

**UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MARINGÁ
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS LETRAS E ARTES
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS SOCIAIS
MESTRADO EM CIÊNCIAS SOCIAIS**

JOEL JÚNIOR CAVALCANTE

**A PRESENÇA NORDESTINA EM MARINGÁ: MEMÓRIA E
SOCIABILIDADE DOS MIGRANTES**

**MARINGÁ
Agosto/2013**

JOEL JUNIOR CAVALCANTE

**A PRESENÇA NORDESTINA EM MARINGÁ: MEMÓRIA E
SOCIABILIDADE DOS MIGRANTES**

Dissertação apresentada ao programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais do Departamento de Ciências Humanas, Letras e Artes da Universidade Estadual de Maringá, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Ciências Sociais.

Área de concentração: Sociedade e práticas culturais.

Orientadora:

Prof. Dra. Simone Pereira Costa Dourado.

MARINGÁ
Agosto/2013

DEDICATÓRIA

Dedico essa pesquisa aos meus familiares, amigos e professores que me fizeram acreditar que um filho de empregada doméstica poderia tornar-se mestre! Ofereço também a todos os ilustres personagens esquecidos pelas esmagadoras forças sociais, especialmente aos nordestinos que bravamente ajudaram na construção desse país...

AGRADECIMENTOS

Queria primeiramente agradecer a minha família que tornou possível meu desenvolvimento como ser humano, ensinando-me valores primordiais sobre caráter e respeito ao próximo. Especialmente a minha mãe, Auricélia Sá Cavalcante, mulher guerreira que enfrentou as mais duras batalhas da vida para nos dar dignidade, sempre com um carinho maternal incondicional e uma fibra de que não ousa desistir.

Ao meu irmão Hugo de Lima Arrais, que figurou como grande inspirador a vida acadêmica, me mostrando desde a tenra idade o fantástico mundo do conhecimento e da possibilidade de sua instrumentalização para a busca de um mundo mais justo e humano. Além de um irmão, um professor, um pedagogo, um amigo, do qual eu tenho eterna gratidão e respeito.

A minha companheira Cilmara Regina Valler, que também me deu forças na vida acadêmica e acreditou no repentino projeto de vir comigo para Telêmaco Borba, para juntos sermos três, com nosso Heitor que se aproxima.

Aos novos e velhos amigos que colaboraram substancialmente com a pesquisa, uns de maneira direta, como o brilhante e gentil historiador João Laércio Lopes, da Divisão de Patrimônio Histórico de Maringá. Apresentado pelo amigo Miguel Fernando, que também forneceu referências bibliográficas vitais. A mais nova amiga de trabalho Mariana Ceminelli Maranhão, que auxiliou questões burocráticas fundamentais de maneira solícita e competente. E também, não poderiam ficar de fora, todos aqueles que estimularam esse projeto indiretamente, com palavras de estímulo e força nos momentos em que tudo parecia perdido, como Adriano Chumowisck, Luiz Renato Vicente, Marcos Yamashita, Clério Melo, Mauro Stefan e principalmente ao casal Hugo Helvécio e Suelen Cristina, amigos de longa data, que mostraram os caminhos das pedras, ao mesmo tirando essas do caminho ao apresentarem o casal de informantes dessa pesquisa.

Aos colegas e professores da turma de Ciências Sociais de 2008 da Universidade Estadual de Maringá, pela oportunidade de ter convivido por 4 anos com pessoas

impares, como Antônio Ozai, Walter Praxedes, Simone Pereira Dourado, Marivânia Araújo, Júnior (departamento), Ana Lúcia Rodrigues, Tássia Idalgo, Rafael Egídio, Francieli Alves, Tiago Valenciano, Fernanda Valota, Celso Romano, Verônica Mori etc.

Aos novos colegas de Telêmaco Borba, Gustavo Conceição Bahr, Romildo Silva, Janaína Carneiro e Luiz Gustavo, que tornaram possível a pequena e desconhecida cidade (até então), num lugar aconchegante e com calor humano, de uma amizade que se construiu de maneira acolhedora.

Aos amigos do IFPR- Instituto Federal do Paraná, instituição da qual tenho imenso prazer em fazer parte do seu quadro docente, sendo apaixonado por sua proposta de ensino, pesquisa e extensão, pautadas na amplitude do conhecimento historicamente adquirido na sua aplicação para humanização e emancipação dos sujeitos. Um agradecimento especial ao camarada Aparício Silva, pelos longos e prazerosos debates filosóficos, e também aos bons amigos Rafael Michelato, Karina Mello Bonilaure e Daniele de Cássia Barreto.

E por fim, a minha orientadora Simone Pereira da Costa Dourado, que me chamou a atenção pela competência e por suas linhas de pesquisa desde o início da graduação, que soube entender pacientemente (e haja paciência!) todas as adversidades “extra-acadêmicas” que surgiram no decorrer do mestrado. Mas, que mesmo assim, afetivamente insistiu em levar adiante a orientação, “puxando a orelha profissionalmente” em várias ocasiões, mas sempre indicando os caminhos a serem trilhados. Agradeço também a compreensão das professoras Marivânia Araújo e Wânia Rezende, que contribuíram significativamente no momento da qualificação.

E, obviamente, aos meus informantes Seu José e Dona Cergídia e familiares, que foram peças-chaves fundamentais para a realização dessa pesquisa. Além de serem informantes ideais, me deram o prazer de conviver (e aprender) com suas experiências por alguns meses, fornecendo não somente valiosas informações para esse estudo, mas também um digno e belo exemplo de vida.

RESUMO

Essa pesquisa aborda a presença nordestina em Maringá, norte do Paraná, utilizando os relatos de um casal de migrantes nordestinos que chegaram ao município em 1957, quando a cidade começava a dar seus primeiros passos. Analisando por meio do resgate da memória oral e das histórias de vida dessas pessoas, como seu deu o processo de partida de seus locais de origem até chegada ao município de Maringá. Trabalhando sistematicamente as biografias pessoais e suas formas de sociabilidade, relacionando com a história da constituição e desenvolvimento do município e suas dinâmicas atuais.

O estudo também apresenta os nordestinos como um grupo pouco lembrado quando se analisa a colonização da cidade, ou como um agente social importante na formação de Maringá, enfatizando a maneira como esses sujeitos vivem atualmente e se relacionam com a história do município no qual também foram construtores.

Os relatos do casal de informantes e suas memórias, além de remontar a história de Maringá, demonstram os caminhos e experiências pessoais de uma típica família de sertanejos trazidos nos movimentos migratórios das Frentes Pioneiras. Por fim, a pesquisa nos proporciona também uma reflexão mais abrangente sobre a migração nordestina para as regiões sul/sudeste, a expansão dos grandes e médios centros urbanos, além dos vários debates sobre o que vem a ser o nordeste e nordestino no imaginário social.

Palavras-chave: Nordestinos/ Norte do Paraná/ Maringá/ Pioneiros/ Memória

ABSTRACT

THE PRESENCE IN NORTHEASTERN MARINGÁ: MEMORY OF MIGRANTS AND SOCIABILITY

This research addresses the presence Northeastern in Maringa, northern Paraná, with reports of a couple of Northeasterners who came to the county in 1957, when the city begins to take its first steps. Looking through restoring memory oral and life histories, as his was the process starting from their places of origin to arrival in the municipality in question. Working systematically personal biographies and their forms of sociability, relating to the history of formation and development of the municipality and its current dynamics.

The study also seeks the visibility of the Northeast, represented as a group seldom remembered and recognized as protagonists in the colonization of the city, emphasizing how these subjects currently live and relate to the history of the municipality in which were also builders.

The reports of the couple and their memories of informants, and traced the history of Maringa, and demonstrate the ways personal experiences of a typical family sertanejos brought in migratory movements of fronts Pioneer. Finally, the survey also provides us a more comprehensive migration to northeastern regions south / southeast, the expansion of large and medium urban centers, in addition to the various debates about what is to be the north and northeast in the social imaginary.

Keywords: Northeastern / Northern Paraná / Maringa / Pioneers / Memory

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	12
SOBRE O NORDESTE E O NORDESTINO.....	25
RESUMO DOS CAPÍTULOS.....	32
1. HISTÓRICO DA CIDADE DE MARINGÁ E A PRESENÇA NORDESTINA	
1.1 Sobre a subjetividade da pesquisa.....	34
1.2 A colonização da companhia de terras.....	36
1.3 As frentes pioneiras.....	37
1.4 A presença nordestina em Maringá.....	41
2. AVENTURAS NO CAMPO	
2.1 O trabalho de “garimpo”	47
2.2 Os descaminhos e encontros na pesquisa.....	48
2.3 O primeiro contato.....	49
3. HISTÓRIA DE VIDA DE DONA CERGÍDIA E SEU JOSÉ: A TRAJETÓRIA TÍPICA DE UMA FAMÍLIA TRAZIDA PELAS FRENTES PIONEIRAS PARA O NORTE DO PARANÁ.....	
3.1 Do Ceará para Maringá: rotas de um Brasil em expansão.....	53
3.2 Lembranças da viagem ao Paraná.....	60
3.3 A chegada- A Maringá da poeira vermelha.....	61
3.4 Os primeiros prefeitos como “coronéis”	62
3.5 Lembranças da Vila Operária e a construção do “rancho”	67
3.6 Vila Operária: de bairro proletário para um lócus “burguês”.....	74

3.7 Caminhos “largos e estreitos”: a força do elemento religioso.....	75
3.8 A Geada Negra como castigo.....	78
3.9 O reencontro com o casal de informantes.....	79
3.10 A memória privilegiada de Dona Cergídia.....	87
3.11 A presença incômoda do gravador.....	83
3.12 Relatos do filho do casal.....	90
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	...93

ANEXOS

Relato de Dona Cergidia sobre sua vida e trajetória.....	97
Fotos.....	114
Referências Bibliográficas.....	117

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

LISTA DE TABELAS

Tabela 1- População nordestina migrante em Maringá.....	39
--	----

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Empório Nordestino.....	43
-------------------------	----

LISTA DE FOTOS

Jornal “O Povo”- Reportagem sobre feitiçaria e bruxaria.....	45
Fotos primeiros Ranchos de Maringá.....	74
Foto atual de Maringá- Parque do Ingá (Vila Operária).....	75
Foto queda do avião em Maringá-Maringá Histórica.....	86

LISTA DE ABREVIACÕES

CMNP- Companhia Melhoramentos do Norte do Paraná

CNPM- Companhia Norte do Paraná Melhoramentos

Minha vida é andar
Por esse país
Pra ver se um dia
Descanso feliz
Guardando as recordações
Das terras por onde passei
Andando pelos sertões
E dos amigos que lá deixei.

(Luiz Gonzaga)

INTRODUÇÃO

Abordar a presença nordestina na cidade de Maringá e na região norte do Paraná é direcionar esforços para um objeto de pesquisa pouco analisado na historiografia local, constatamos no levantamento desses registros quase que uma “*invisibilidade histórica*” sobre o grupo. As narrativas oficiais e acadêmicas, com raras exceções, até reconhecem e brevemente citam a presença e a participação desses agentes no processo de colonização e construção da cidade. Todavia, inexistem registros historiográficos, sociológicos ou antropológicos precisos sobre a presença desses pioneiros na região, mesmo os nordestinos representando uma parte considerável dos agentes partícipes da fundação da cidade de Maringá (cerca de 15% a 20% da colonização), eles são citados apenas em passagens simplórias e que encetam pouco conhecimento e (re)conhecimento dessa população.

Os objetivos dessa pesquisa caminham justamente no sentido de dar reconhecimento e visibilidade para esses sujeitos que não são narrados como atores protagonistas dos eventos que marcaram a fundação de Maringá pela história oficial, sendo tidos, na maioria das vezes, como personagens periféricos ou coadjuvantes nesse processo. Tendo esse grupo uma participação intensa e concreta na construção e desenvolvimento da cidade, tal como outros vários grupos de migrantes que se tornaram pioneiros oriundos de outros estados e países, como os mineiros, paulistas, gaúchos, japoneses, romenos etc.

Outra questão de extrema relevância na justificativa do trabalho é a importância do conhecimento da trajetória desse grupo, focamos especificamente na história de Seu José e Dona Cergídia, um casal de idosos que são os informantes dessa pesquisa. O entendimento sobre esses sujeitos, a maneira que desenvolveram suas trajetórias, o que os trouxeram ao norte do Paraná, a constituição de suas redes de sociabilidade numa cidade de médio porte em expansão, são buscas privilegiadas nessa investigação. Analisando ainda, quais os grupos e espaços que frequentaram, como se relacionam com a figura do “pioneiro”¹, uma identificação valorizada na cidade, e as formas como constituíram suas famílias, seus símbolos e signos culturais.

Utilizamos para tanto o levantamento bibliográfico sobre a história do município e a presença dos migrantes, aliadas aos registros obtidos através de entrevistas com a família realizadas no trabalho de campo realizado entre Agosto de

¹São considerados oficialmente “pioneiros” os sujeitos que chegaram entre a década de 1940 a 1960 na cidade, segundo a lei 931/72 de 3/7/72 da Câmara de Vereadores de Maringá (Correa Júnior, 1991)

2012 a Maio de 2013. O perfil da família pesquisada, em certa medida representa tantas outras histórias de famílias e sujeitos que vivenciaram e experienciaram um fragmento importante da história local. A utilização dos relatos de vida nesse estudo nos permite refletir em que medida as biografias relacionam-se com os episódios das histórias regionais, além de buscar as causas da presença “tímida” desse grupo na historiografia local.

O trabalho, como já dito, também objetiva colaborar academicamente com a manutenção da memória de alguns personagens pouco evidenciados nos capítulos da história da colonização norte paranaense e da cidade de Maringá que se constituiu de um evento múltiplo e plural. Já que, nem sempre todos os grupos partícipes desse processo, como os nordestinos, são incluídos de maneira satisfatória nos registros. Tendo, dessa forma, que ser narrado por um discurso polifônico², e não com uma versão hegemônica apenas dos que “venceram” e tiveram o privilégio de articular as narrativas desse processo histórico.

Quando falamos das abordagens “pouco satisfatórias” associamos a escassez de trabalhos que priorizem especificamente os migrantes nordestinos, ainda mais no que diz respeito as memórias e a constituição da sociabilidade dessas pessoas. Não foram encontrados no decorrer da pesquisa bibliográfica nenhuma obra exclusiva sobre o migrante nordestino em Maringá, nos deparamos apenas com passagens e fragmentos que enfocam brevemente esses sujeitos, como essa citação extraída de um blog maringaense que busca valorizar a história local:

Paulistas, mineiros, nordestinos, japoneses, italianos, portugueses, libaneses: a formação da população bebeu de várias fontes imigrantes. Algumas foram mantidas e preservadas pela memória de pioneiros, livros e pela própria história da cidade. Outras foram esquecidas. (IPES DE MINHA TERRA, Disponível em <http://www.ipesdaminhaterra.com.br/cidade3.htm>.)

²Meireles quando fala de um “sujeito polifônico”, trabalha o conceito de que os indivíduos são portadores de diversas expressões sobre determinado fenômeno, descortinar e evidenciar esses discursos é um dos objetivos dessa pesquisa: “um sujeito polifônico, que se constrói na e pela linguagem, e, portanto, de um processo identitário que se constitui num jogo polifônico, no qual múltiplas vozes e dizeres interpelam, sustentam e/ou fraturam as identidades. Sendo assim, o sujeito não está na origem dos seus dizeres, porque não há o sentido original, os sentidos são históricos; logo, são sempre atravessados por outras vozes que os constituem. Temos um sujeito que constrói sua identidade num movimento social, descontínuo, marcado por rupturas, fragmentações e deslocamentos. Um sujeito fragmentado e polifônico interpelado por uma pluralidade de centros de poder, por diferentes formações discursivas, diferentes vozes.” (Meireles, 2012, pg.2). Sobretudo a concepção clássica do conceito de “polifonia” diz respeito a teoria de Mikhail Bakhtin, que aponta que todo discurso é uma amálgama de vários outros discursos sociais (Pires, Tamanini-Adames,2010).

Esse “esquecimento” é um fator que nos propomos a problematizar, assim como algumas memórias permanecem vivas e louvadas, outras existem superficialmente na história local, indicando que houveram forças sociais deliberadas e específicas que omitiram a importância de alguns grupos em detrimento da exaltação de outrem.

O historiador João Laércio Lopes é um dos principais teóricos que trabalham com essa concepção sobre a historiografia local. Lopes é citado nessa passagem, no mesmo site sobre história, questionando exatamente a invisibilidade nordestina na historiografia local:

O historiador João Laércio Lopes Leal lembra que a colonização de Maringá vai além dos pioneiros que vieram comprar terras ou estabelecer comércios ou negócios na cidade recém-criada. Os nordestinos eram numerosos e deram grande contribuição na formação de Maringá. Vinham abrir picadas, trabalhavam nas lavouras, eram furadores de poço, operários de construção de casas, carregadores de sacos de café. (IPES DE MINHA TERRA, Disponível em <http://www.ipesdaminhaterra.com.br/cidade3.htm>. Acesso em 20/02/13)

Com a constatação de Lopes, de que os nordestinos eram numerosos, uma questão sempre paira sobre esse cenário: será que esse grupo numeroso não construiu nada de significativo simbolicamente além dos contornos físicos da cidade, para estarem em uma condição próxima a um “anonimato histórico”?! Lopes concebe na passagem a seguir, que essas “lacunas historiográficas” não se deram apenas no tocante a migração nordestina, mas também em vários outros episódios dessa trama, privilegiando alguns setores e menosprezando outros:

A maioria dos textos históricos escritos sobre Maringá até os dias atuais tem algumas características merecedoras de destaque. Invariavelmente consagram o modelo trinômico Café/Companhia/Pioneiro, como se inexistissem outras dimensões para serem enfocadas. Quando abordadas outras áreas, elas acabam desaguando no mar dessa tríade, constituindo-se numa espécie de camisa de força da história local. Visto de forma diferente, a predominância desse formato explicativo referenda a opção pelos campos da política e da economia, setores privilegiados pelos estudiosos, que acabam desprezando ou relegando a plano secundário assuntos como religião, sociedade civil, cultura, educação, meio ambiente etc. Se não bastasse a monotematização, tem-se também a visão edulcorada impressa na história de Maringá, como se a cidade, na sua gênese e desenvolvimento, fosse a reedição do paraíso terrestre. (LEAL, 2011, p.40).

Essa observação do pesquisador é um importante norteador do trabalho, já que analisa a cidade contada por um viés histórico que omite assuntos relacionados á cultura, e aos diversos grupos participantes da construção da cidade. Quando fala das “*camisas de força*” da história local, delega esse termo ao reducionismo ideológico que essas narrativas prescrevem. Prova dessa desse caráter narrativo é a “*triade*” mítica, que explica a cidade:

Entende-se que a fórmula trinomial Café/Companhia/Pioneiro, mais do que provocar um reducionismo analítico da história maringaense e regional, também causa sensação enfadonha e insossa, pois segue um tom monocórdico, sem surpresas e descobertas reveladoras. Desposar tal modelo é empobrecer irritantemente a história de uma comunidade rica em lances e nuances. Ao longo do tempo, a hegemonia do trinômio redutor vem cumprindo exitosamente um objetivo maléfico, o de transformar uma experiência vibrante e original em matéria incolor, insípida e inodora. (LEAL, 2011, pg. 43).

Para Lopes, a tríade- café/companhia/pioneiro, embora sejam, de fato, elementos constitutivos importantes da colonização e da historia maringaense, não são os únicos elementos, configurando uma visão “reducionista” e “empobrecida” dos eventos locais. Nesse ponto nos apropriamos dessa crítica para fundamentar nossa problemática fundamental sobre o lugar dos nordestinos na historiografia local e o conhecimento de suas trajetórias nesse espaço.

Com o intuito de encontrar algum tipo de registro sobre os nordestinos na cidade, a fim de encontrar uma base razoavelmente sólida para a construção de algumas hipóteses, procuramos a Divisão de Patrimônio Histórico do Município, até mesmo para evitar o equívoco de afirmar a inexistência de trabalhos sobre a presença nordestina em Maringá. Constatei que existe uma pesquisa em andamento da historiadora Leticia Fernandes (DHI-UEM)³, que visa justamente catalogar estatisticamente os nordestinos da cidade, pensando também na construção da sociabilidade desses migrantes. Os futuros resultados dessa pesquisa podem endossar o debate sobre o tema que estamos abordando, podendo inclusive tecer parcerias entre os pesquisadores e registros levantados.

A descoberta e confirmação dessa escassez bibliográfica, encetada pelo próprio historiador João Laércio Lopes Leal, responsável pela Divisão do Patrimônio Histórico de Maringá, no qual entrevistamos pessoalmente, só fortaleceram a

³A pesquisadora Leticia Fernandes também desenvolve pesquisa sobre os nordestinos junto ao Departamento de História(DHI), na Universidade Estadual de Maringá (UEM).

convicção de que o objeto pesquisado tem vital importância, tanto para a memória desse grupo, quanto para a comunidade acadêmica.

Essa pesquisa reserva-se então às entrevistas e relatos das memórias desses sujeitos, analisando como essas lembranças foram construídas e preservadas pelos informantes, estratégia analítica que também assume um papel de valorização desses personagens. Memórias que remontam não apenas trajetórias pessoais e de grupos, mas também uma importante parcela na história da cidade. Fugindo da concepção simplista e pretensiosa de “*tapar buracos*” ou “*preencher lacunas*” na historiografia, uma tendência trabalhada por muitos autores nesses tipos de trabalho, como comentam os autores:

A historia oral não pode ser pensada exclusivamente para tapar buracos ou lacunas deixadas pelos documentos. A história oral possui uma dinâmica própria, revela e constrói uma forma diferenciada de história, reconhecendo a importância da subjetividade, percepções e experiências dos indivíduos. (MEYHI e HOLANDA apud MENDES e BARROS, 2012, pg. 185).

O trabalho busca, desse modo, problematizar uma história que ainda está sendo construída por historiadores, sociólogos e geógrafos que ainda se debruçam sobre as dinâmicas da história recente de Maringá e do Norte do Paraná. Tendo em vista o caráter ainda jovem da cidade de 66 anos. A opção pela história oral, se apresenta com a ferramenta analítica fundamental para esse projeto, já que prioriza a construção e reconstrução históricas de personagens e lugares “comuns”, buscando ver a história e a memória dos grupos nas conversas de varanda com Seu José e Dona Cergídia, valorizando suas trajetórias e lembranças sobre o espaço no qual também foram construtores.

Ainda na linha das versões sobre a colonização maringaense, João Laércio Leal entende que a história de Maringá e do Norte do Paraná é contada com um viés de uma grande narrativa que despreza ou omite vários eventos que permearam esse processo. Ressalta a importância de trazer à luz esses registros, já que o discurso hegemônico na maioria das vezes obscurece os vários movimentos e conflitos que são inerentes aos processos históricos, sendo mais viável o discurso da colonização que se dá num processo harmônico e parcial, principalmente no enredo bem conhecido na região sobre a figura valente do pioneiro que chega a um lugar “deserto” ou a um “vazio demográfico” (Costa, 2010) e constrói na força de sua honra e trabalho a bela e próspera cidade.

É fato que a história majoritariamente é contada pelos “vencedores” e o caso específico do norte do Paraná e de Maringá não é incomum nessa regra lógica das relações de poder. Contudo, nos interessa o aprofundamento desse caso específico, buscando o entendimento sobre quais grupos sobrepuseram-se em detrimento de outros, e quais as formas que essa conjuntura seletiva de personagens foi criada.

É importante ponderar nesse ponto que a cidade de Maringá foi fundada pela Companhia Melhoramentos do Norte do Paraná (CMNP), companhia de terras, responsável pela urbanização, ocupação e colonização da cidade. Esse processo foi estimulado e impulsionado principalmente pela especulação imobiliária que a cultura do café conferia à cidade, nas épocas áureas do ciclo do café no Paraná, e especificamente no norte/noroeste do estado. João Laércio explica os vários conflitos que se deram entre a companhia de Terras e o Governo Federal, ausente nas narrativas oficiais que mostram uma fusão harmônica entre os poderes públicos e privados na colonização da região. Já que, cabia a empresa apenas o papel de “colonizar” o município e não o poder de “governar” e gerir os rumos burocráticos e administrativos da cidade, o que gerou uma tensão entre os poderes públicos e setores privados.

Outra questão pertinente pontuada pelo pesquisador seria a ausência da figura dos próprios paranaenses na participação da fundação de Maringá. Pontuando que ao lado dos nordestinos, esses personagens figuram um ofuscamento estratégico da Companhia Melhoramentos do Norte do Paraná (CMNP). A importância de se abordar enfaticamente a presença nordestina em Maringá, é apontada pelo historiador com duas demandas acadêmicas básicas:

- 1) O reconhecimento e importância de colocar esses personagens (nordestinos) em cena.
- 2) A limitação dos acervos da própria história da cidade e da região.

Quando apontamos que Maringá, ainda não possui uma historiografia satisfatória sobre sua própria história, entendemos que inexiste um acervo representativo e um acúmulo de obras que possam exprimir a diversidade de grupos e personagens constituintes da história local. As versões existem em abundância, agora uma bibliografia que busque personagens comuns, os diversos grupos que passaram, se desenvolveram e criaram raízes na região ainda são pouco significativas em termos quantitativos. Tomando o exemplo da migração e pioneirismo nordestino na região, acreditamos que a história de Maringá ainda necessita de uma intensa e constante

“reconstrução” e “reinvenção”. Pollack (1987) indica que cabe ao pesquisador “desvendar os terrenos virgens e silenciosos da historiografia”, coincidindo com as palavras de João Laércio sobre as variações e alcances desses tipos de análise, alegando que: “o passado não muda, mas o conhecimento sobre ele sim”.

É provável e quase certo que a “invisibilidade nordestina”⁴ não ocorra somente em Maringá e no norte do Paraná, mas também em muitas regiões que foram pontos geográficos de atração desse grupo. Como na maior cidade nordestina do Brasil- São Paulo, que possui um grande contingente populacional oriundo do nordeste. A pesquisadora Selma Santos Borges em seu trabalho sobre a construção/desconstrução da identidade nordestina em São Paulo indica esses dados:

Dados levantados pela fundação Seade em 2003 apontam que 30% da população de São Paulo são migrantes. A imensa maioria deles são nordestinos, os baianos, em primeiro lugar são 25%, os pernambucanos somam 15% seguidos pelos cearenses que totalizam 8%. (BORGES, 2007, p. 15.)

Segundo Borges a ausência de narrativas sobre a presença nordestina é flagrante na capital paulistana, assim como a ausência de espaços de lazer, sociabilidade e valorização da memória desse grupo. A autora reflete, principalmente sobre o preconceito que os migrantes sofrem na capital paulistana, analisando as várias identidades que são atribuídas e assumidas aos/pelos nordestinos na cidade. Os nordestinos são frequentemente chamados de “baiano”, ou “paraíba”, independente do estado que tenha originado. Geralmente os chamados “paraibas” são vendedores ambulantes informais (de rede, óculos, carteiras, entre outros acessórios). A similaridade de aspectos de estigmatização e invisibilidade desse grupo migrante também em Maringá justificam ainda mais a necessidade de pesquisas sobre esse objeto.

⁴O jornalista Gilberto Dimenstein também levantou a “invisibilidade” nordestina figurada pela ausência de espaços para um público tão significativo para a cidade de São Paulo: “O jornalista Gilberto Dimenstein observa que se computarmos os paulistanos filhos ou netos de nordestinos, veremos que, se, no passado, o paulistano típico tinha um pé na Itália, hoje tem no nordeste. E aí reside um problema. Não se vê na cidade reverência aos nordestinos. Não há um museu decente que conte a saga deles em São Paulo, não fazem parte dos livros didáticos como referências positivas, estão geralmente associados à seca, à miséria e aos políticos corruptos, quase nunca (para não dizer nunca) aparecem como heróis em novelas sobre a vida paulistana, papel sempre oferecido aos italianos. Não raro, ouvem-se comentários maldosos e preconceitos que ligam nordestinos à criminalidade e a falta de cultura.” (Folha de São Paulo, 16/10/03 apud Borges, p.14, 2004).

Recentemente um determinado grupo político aprovou um decreto de lei que dedica um dia á memória da cultura nordestina na capital paulista, como demonstra a passagem abaixo:

O dia 8 de outubro é considerado, por lei, o Dia do Nordeste, na cidade de São Paulo. A comemoração foi instituída por meio da Lei 14.952/2009. O motivo de a homenagem ser criada em São Paulo é por ser a cidade onde vive o maior número de nordestinos de todo o Brasil, fora o próprio Nordeste. Segundo fontes da Fundação Getúlio Vargas (FGV), na Grande São Paulo, 82% da população das cidades têm sua origem nos estados do nordeste e norte. Apesar dos milhares de migrantes que chegam à São Paulo todos os dias, não havia uma data em que a comunidade pudesse comemorar, além disso, a lei é um modo de diminuir o preconceito sofrido por muitos nordestinos que migram para o sul do país, mostrando o valor cultural e social do nordeste brasileiro. Entre os nordestinos que fizeram história no nosso país estão o sanfoneiro, Luíz Gonzaga, o primeiro Presidente do Brasil, Marechal Deodoro da Fonseca, o ex-Presidente, Luiz Inácio Lula da Silva e tantos outros que enriqueceram a história do Brasil todo. (UNIÃO NACIONAL DOS ESTUDANTES, Disponível em <http://www.une.org.br/2012/10/hoje-e-comemorado-o-dia-do-nordestino-em-sao-paulo/> Acesso em 12/12/12)

A lei objetiva a valorização desses migrantes e de sua cultura, buscando obviamente, a desconstrução de elementos pejorativos frequentemente associados ao nordeste e ao nordestino. Embora alguns setores culturais, acadêmicos, estudantis e políticos lutem pelo reconhecimento e valorização da importância da presença nordestina em São Paulo, os dados e análises sobre uma imagem estereotipada e estigmatizada sobre esse grupo, é geralmente a mais marcante nos noticiários, documentários e trabalhos de pesquisa.

Como demonstra o site da internet denominado de “*Desciclopédia*”, portal que é uma versão satirizada do site de buscas “*Wikipédia*”. O conteúdo do site denota a visão que alguns setores paulistanos possuem sobre os migrantes:

“Verdadeira praga! Só vêm pras nossas cidades pra fazer favela!”

“Os nordestinos só existem porque todo país tem de ter uma escória; são famosos por serem nômades deixando sua terra de origem miserável, imigrando-se a caminho das regiões Sul e Sudeste do Brasil em busca de emprego, comida e se possível, um clima mais frio, onde criam favelas igualmente miseráveis (...)”

“Os nordestinos não geram nenhuma riqueza ao Brasil, diretamente ou indiretamente. Com as suas secas no sertão nordestino, obrigando o resto do país

trabalhar para pagar as puxas saquisees de pobre (bolsa familia) oferecidas pelo nosso presidente (...)”

“A segunda maior fonte de renda dos nordestinos vem do turismo sexual. Principalmente, europeus pedófilos e perversos que gostam de comer criançinhas feias de nariz remelento.” (DESCICLOPÉDIA, Disponível em <http://desciclopedia.org/wiki/Nordestino> Acesso em 22/03/13)

O site, seguindo os passos do portal de buscas original (Wikipédia), é construído coletivamente pelos leitores, elencando uma série de postagens livres, com fontes arbitrárias e espontâneas. Mas que, sem dúvidas, exprimem a visão de alguns setores da capital paulistana, já que fazem referência direta ao considerarem nessa população um entrave ao desenvolvimento de São Paulo e do Brasil, os culpando pela formação de favelas e intensificação do número de auxílios do governo federal aos nordestinos e as camadas populares em geral. Esse tipo de visão e aversão sobre esses migrantes, embora seja evidenciada com muita ênfase na capital paulista, é constatada em outros pólos regionais do país com grande concentração demográfica de nordestinos.

Com todas as demandas listadas, temos o propósito de descortinar, pelo menos um fragmento mínimo e modesto da história local, questionando os “silêncios historiográficos”. Analisamos a história oral relatada por nossos informantes, Dona Cergídia e seu José, um casal de idosos de 80 anos, que vieram do Ceará em 1957 e moram em Maringá até os dias atuais. O casal que viu a cidade de Maringá dar “os primeiros passos” nos oferece através de suas informações vários aspectos do surgimento da cidade, como as relações de poder no início do município, os desdobramentos do planejamento urbano, a importância do ciclo do café até sua decadência, e por fim o percurso de suas trajetórias pessoais que se fundem com a própria história do deslocamento de nordestinos para as regiões sul-sudeste.

Aliar as categorias analíticas- memória e história- constituem elementos indissociáveis nessa conjunção segundo Pollack:

Se a memória é socialmente construída, é obvio que toda documentação também o é. Para mim não há diferença fundamental entre fonte escrita e fonte oral. A crítica da fonte, tal como o historiador aprende a fazer, deve, ao meu ver, ser aplicada a fontes de tudo quanto é tipo. Desse ponto de vista, a fonte oral é exatamente comparável a fonte escrita. (POLLACK, 1992, p. 208)

Partindo do ponto de vista consensual de que a historiografia é construída pelas fontes orais, fugindo da concepção positivista de que apenas os documentos fazem da história uma narrativa fidedigna, o discurso do casal tem vital legitimidade e importância para ilustrar a presença nordestina em Maringá.

A pesquisa, de caráter etnográfico, conta com uma investigação metodológica pautada na retomada da memória, fomentadas pelas histórias de vidas de pessoas que chegaram à cidade quando as primeiras ruas foram abertas, e os primeiros lotes estavam sendo ocupados. Investigando a maneira que esses indivíduos se consolidaram no local, as motivações que os trouxeram a Maringá, como constituíram suas vidas pessoais e de que forma se relacionam com os espaços do município e com a figura tão emblemática do pioneiro.

Analisando com uma prioridade secundária se esses sujeitos sentem-se e se vêem como pioneiros, se essa noção de “pertencimento” ou a ausência dela é evidenciada em seus discursos, ou como se reconhecem nas dinâmicas da cidade atualmente.

A pesquisa qualitativa nos coube como opção fundamental dada as especificidades do nosso objeto, que transita nos terrenos da História, da Antropologia e da Sociologia:

A pesquisa qualitativa recobre hoje, um campo interdisciplinar nas Ciências Humanas e Sociais, assumindo tradições e multiparadigmas de análise, assumindo métodos de investigação para estudos situados no local em que ocorrem, e enfim, procurando sentido nesse fenômeno e interpretando o sentido que as pessoas dão a eles. O termo qualitativo implica uma partilha densa com pessoas, fatos e locais que constituem objetos de pesquisa, para extrair desse convívio os significados visíveis e latentes que só serão perceptíveis a uma atenção sensível, o autor interpreta e traduz em um texto, zelosamente escrito, com perspicácia e competências científicas, os significados patentes ou ocultos do seu objeto de pesquisa. (CHIZZOTI, 2006, p.221).

Com essa filiação metodológica buscamos entender o que significou para nossos informantes a vinda para Maringá, as primeiras impressões sobre o local, as formas como esses sujeitos se fixaram e se adaptaram com os locais da cidade, entendendo, de fato, como “partilha” os relatos e memórias valiosas que essas pessoas nos oferecem. Somada pela possibilidade de navegar na dimensão interdisciplinar que esse tipo de análise pode nos levar. Apropriar-se desse conceito nos permite refletir sobre a importância das histórias de vida. Já que, entrar no universo do informante

exige uma sensibilidade tanto intelectual quanto subjetiva, se é que é possível ao dissociar essas fronteiras, estando ou não no exercício da pesquisa.

Além de o autor contemplar a necessidade da perspicácia para captar os elementos “ocultos” que pairam sobre as informações no campo, é necessário um olhar treinado para compor essas unidades subjetivas para dar um sentido inteligível à pesquisa. Em vários momentos foi necessário utilizar essa percepção, já que nem tudo é dito nos momentos da entrevistas, como no caso específico dos motivos da vinda da família para o Paraná que mudou significativamente de conteúdo com o desenrolar dos encontros. Articular história e biografia exige que o pesquisador teça um engenhoso “*artesanato intelectual*” (Mills, 2009), onde relaciona os fragmentos, sentimentos, as frases interrompidas, as motivações e os sentidos da ação social, observando o “detalhe do detalhe”, que pode fazer toda a diferença nessa aventura intelectual.

Essa visão de “artesanato” é utilizada por Wright Mills quando o mesmo define a sua concepção clássica da “imaginação sociológica”:

A imaginação sociológica consiste em parte considerável na capacidade de passar de uma perspectiva para outra, e, nesse processo, consolidar uma visão adequada de uma sociedade total e de seus componentes. É essa imaginação, é claro, que distingue o cientista social do mero técnico. Técnicos adequados podem ser instruídos em poucos anos. A imaginação sociológica também pode ser cultivada; por certo ela raramente ocorre sem muito de trabalho. Há no entanto uma qualidade inesperada em relação a ela, talvez porque sua essência seja a combinação de idéias que ninguém supunha que fossem combináveis – digamos, uma mistura de idéias da filosofia alemã e da economia britânica. Há um estado de espírito lúdico por trás desse tipo de combinação, bem como um esforço verdadeiramente intenso para compreender o mundo, que em geral falta ao técnico como tal (MILLS, 1980, pg. 41).

O “*artesanato intelectual*” compreende também uma noção paradigmática de que a vida social é captada e sistematizada através de um “ofício” do cientista social que não possui “*fórmulas prontas ou acabadas*” para seu exercício intelectual, mas sim métodos que acompanham a formação do pesquisador, o que o diferencia do técnico, como reflete a passagem. Tomamos também o exemplo de Howard Becker quando questiona “*quantas horas se é sociólogo por dia*”, referindo-se a noção de que o trabalho do “*artesão intelectual*” está intimamente ligado à vida cotidiana. Uma mistura que envolve concomitantemente teoria-método e subjetividade, tanto de pesquisador quanto do pesquisado, terrenos que muitas vezes se confundem nessa trama.

Como já exposto, o exercício desse tipo de pesquisa, principalmente na prática da entrevista exige habilidades que vão além do campo intelectual:

Em alguns casos, ser um bom entrevistador é descrito como uma habilidade inata ou qualidade possuída por apenas algumas pessoas e não por outras. Entrevistar, nesta perspectiva, tem sido descrito como uma arte ao invés de uma habilidade ou uma ciência. Em outros casos, entrevistar tem sido descrito como um jogo em que os participantes recebem recompensas intrínsecas. Em ainda outras circunstâncias, entrevistando tem sido descrito como habilidade técnica que você pode aprender da mesma forma que você pode aprender a trocar um pneu furado. Neste caso, o entrevistador é como um operário. A entrevista é descrita como algum tipo de interação face a face, embora exatamente o que distingue esse tipo de interação com os outros é muitas vezes deixado para a imaginação. (LEEDY e ORMROD, 2005, p. 135).

Como visto, a entrevista e a busca pela história de vida dos sujeitos compreende um ritual na pesquisa, em que os critérios metodológicos devem estar intrinsecamente ligados a aguçada sensibilidade do pesquisador. Pollack (1992) concebe as pesquisas que abordam a memória oral e as histórias de vida como método que possibilita a abordagem e percepção de grupos “marginalizados” dos processos históricos convencionais:

Tais pesquisas puderam perseguir um duplo objetivo, cognitivo e político: preencher os lugares vazios e os terrenos virgens da historiografia e, indiretamente, reforçar o sentimento de adesão nos grupos considerados ‘marginalizados’. Assim, tais trabalhos pretendem responder, simultaneamente, a uma demanda de conhecimento e de construção de identidades coletivas. (...) Muito mais que pretender ‘dar voz aos dominados e esquecidos’, a prática da história oral nos força a colocar em questionamento as razões e os degraus diversos do silêncio sobre o passado. Esta abre caminho a uma análise das estruturas que subentendem o silêncio e a utilização do degrau do silêncio como indicador da dominação ou do traumatismo que pesa sobre este ou aquele grupo e indivíduo. (POLLAK, 1992, p. 13-16)

Nota-se que essa abordagem só tem legitimidade acadêmica quando busca questionar os motivos dos “silêncios” historiográficos. Nesse sentido, a história de Seu José e Dona Cergídia nessa pesquisa, intencionam objetivos para além da idéia de “*dar voz aos esquecidos*” da história, mas sim buscar ao menos problematizar o lugar que os grupos ocupam no imaginário social local, sendo esse o “papel” do investigador, segundo citação seguir:

Parece-nos que o papel do investigador hoje é o de revelar, através da investigação, as mudanças sociais ocorridas como resultantes das decisões e interações cotidianas e não apenas nos nível das grandes transformações. E isto, por certo, ocorrerá na medida em que nosso interesse se volte para as pessoas que se encontram cotidianamente fazendo parte do cenário da nossa própria vida, mas compreendidas, em sua existência, a partir da prática real e do seu processo de desenvolvimento histórico-social. (MENDES e BARROS, 2012, pg. 178).

As histórias de vidas, como sinalizam os autores acima, nos cabe como opção metodológica prioritária de análise por entendermos que a história e a sociedade não se constrói ou se explicam apenas pelas macro-narrativas, ou nos grandes eventos. Mas também nos vários movimentos do cotidiano, com vários personagens anônimos, que também impulsionam, de uma forma ou outra, esses episódios nunca estáticos, buscando um novo paradigma, como alternativa a história convencional, que sempre foi contada por “grandes nomes”, como abordam adiante:

Durante vários séculos, e ainda hoje, a história, de maneira geral, tem sido o relato dos ‘grandes’ feitos e dos ‘grandes’ homens. Se antes as figuras ‘grandiosas’ eram centrais, hoje a história, que nós propomos, se preocupa com aqueles que Foucault chamava de infames, ou seja, indivíduos sem fama, anônimos. De acordo com Loriga(1998), a redescoberta das biografias e o interesse pelos fatos cotidiano acabam por estender o campo da história aqueles que, historicamente, ficaram à margem. (MENDES/BARROS, 2012, p. 183).

Dessa forma, concebemos que os vários movimentos que ocorrem na vida em sociedade e que movimentam a história não são realizados necessariamente por grandes figuras míticas e emblemáticas, dos grandes heróis, que a história convencional desde o início de nossa vida escolar nos ensinou e estimulou a pensar, mas sim por personagens anônimos, nos relatos sem palanques e nos “*lugares-comuns*” do cotidiano.

A opção pelas histórias de vida nos coloca como adeptos de um paradigma muitas vezes questionado no interior das próprias Ciências Sociais, já que esse tipo de investigação pode trazer elementos demasiadamente parciais e subjetivos, como corrobora Bourdieu (2006), um dos maiores críticos desse método analítico. Segundo o sociólogo optar pela história de vida é reproduzir a noção de que “*a vida constitui um todo, um conjunto coerente e orientado, que pode e deve ser apreendido como intenção subjetiva e objetiva unitária de um projeto*” (BOURDIEU, 2006, pg.184). Ou seja, o autor problematiza a ideia de que a metodologia da história de vida despreza

toda a complexidade da vida social, perdendo de vista e mecanizando vários movimentos da vida em grupo que são ‘*simplificados*’ para se adequarem as teorias, levando a uma “*criação artificial do sentido*”.

Embora reconheçamos os limites desse referencial analítico, é preciso também ponderar que todos os métodos possuem suas limitações. Tendo em vista que também são construídos e perpassados por questões subjetivas, que são intrínsecas as várias áreas do conhecimento, usando as palavras de Mendes e Barros:

Na maior parte das vezes, a crítica que se faz á historia oral está associada á sua cientificidade. Aqueles que criticam o saber produzido na história oral comumente questionam: até que ponto as memórias são confiáveis? Em que medida as experiências pessoais podem distorcer os fatos? Uma resposta possível a esta critica é que nenhuma narrativa, assim como nenhum documento histórico (seja ele oficial ou não), deve ser interpretado como verdade única e absoluta. A noção de cientificidade sofreu profundas alterações á partir de meados do século XX. A possibilidade de uma pesquisa neutra e objetiva é hoje considerada um ideal irrealizável nas diversas áreas do conhecimento. (MENDES , BARROS, p.190, 2012)

Muito já se foi comentado sobre a relação entre objetividade e subjetividade nas pesquisas científicas, como apontado acima. Sendo extremamente razoável e coerente a noção de que as Ciências Humanas, como as outras áreas do saber humano, também possui imbricados seus interesses e direcionamentos específicos.

Por fim, o trabalho estabelece em vários momentos uma relação entre o geral e o particular que é fundamental na pesquisa. Já que a trajetória pessoal da família, dotada de sentimentos, projetos, planos, ideias e todo um acervo subjetivo dessas pessoas tiveram um papel ativo na formação da cidade. Mas também foram influenciadas pelos processos de mudança no qual estavam inseridos, buscando os acontecimentos e memórias que nortearam tanto suas vidas, como a força dos eventos e imperativos históricos e sociais que estavam inseridos.

Cabe a pesquisa social avaliar sistematicamente os impactos atuais do entrelace entre as historias de vidas particulares e a emergência desses centros urbanos, já que a fusão desses elementos deu o tom dos processos de urbanização em nosso país.

SOBRE O NORDESTE E O NORDESTINO

Quando nos propomos a debater e tomar como objeto de estudo o “nordestino em Maringá” é imprescindível que façamos uma breve análise sobre o que é o

nordeste, tanto para os nativos quanto para outras regiões do Brasil. Uma vez que as categorias “**nordeste**” e “**nordestino**” não pressupõem uma demarcação cultural e geográfica consensual tanto no debate acadêmico como no próprio imaginário social.

A pesquisadora Cristina Rigamonte faz esse exercício analítico em sua obra “*Sertanejos contemporâneos: entre a metrópole e o sertão*”, analisando os caminhos dos migrantes sertanejos na cidade de São Paulo, investigando como esses personagens se integram a grande metrópole paulistana em toda sua complexidade cultural e econômica, diagnosticando as formas como esses migrantes preservam suas relações de sociabilidade e expressam sua “*nordestinidade*” por meio das expressões artísticas, buscando essas relações nos espaços de lazer e trabalho. Problematisa o que São Paulo representava para os nordestinos e o que os migrantes representavam para a maior cidade da América Latina. A autora trabalha com a preocupação teórica de captar a realidade social nos personagens anônimos, em suas vivências e espaços cotidianos, usando a citação de Caldeira para justificar a importância de utilizar essa categoria analítica nesse tipo de pesquisa:

Embora frequentemente desprezada, a vivência do *tempo livre*, não é de modo algum, destituída de importância nem para as pessoas, nem para os grupos sociais, e nem para a vida em sociedade. Aí se adquire um nome, uma identidade, um papel social e se aprende a viver e se vive de acordo com ele. Ainda mais: no trabalho não se é fulano ou sicrano, jovem ou adulto, mas apenas um trabalhador. Embora tais identidades sobre os quais se estrutura em grande medida a vida social-podem repercutir na hora de vender a força de trabalho, não é nem mesmo no mercado de trabalho, que elas se constituem e são transmitidas, mas basicamente na família, no bairro, onde se mora junto com colegas e vizinhos. (CALDEIRA apud RIGAMONTE, 1984, p.18)

A citação contempla a relevância de atentar-se aos aspectos tidos como triviais na realidade, já que nos espaços do cotidiano são formulados, criados e reinventados os papéis sociais. Chama a atenção, nos relatos do casal de entrevistados dessa pesquisa, a presença marcante das relações que estabelecem com o mundo do trabalho em suas trajetórias, sendo um dos fatores determinantes para o itinerário de suas biografias pessoais do Ceará até o Paraná, embora a vinda seja contada controversamente, ora invocando questão familiar, o pedido da “benção”, ora acionada ao deslocamento devido ao trabalho.

Deve-se ponderar, entretanto, que a realidade social é múltipla e complexa, sendo o mundo do trabalho, apenas um dos espaços que constituem esse complexo

“*mosaico social*”, abrangendo a importância dos outros espaços, como os de lazer, o ambiente familiar, o religioso etc.

Outra obra de referência para essa pesquisa é a obra intitulada de “*O que faz ser nordestino*”, de Maura Penna (1992), estudo que também prioriza a questão da identidade dos grupos migrantes nordestinos. São abordadas as várias classificações que os grupos dão ao “nordeste” e a “*nordestinidade*”, usando como recorte o caso de Luiza Erundina, mulher, socialista, migrante nordestina e pobre que chega a prefeitura de São Paulo em 1989 pelo Partido dos Trabalhadores. O episódio gerou vários debates e polêmicas na elite política e intelectual paulistana, já que uma parte significativa da classe média relacionava que grande parcela dos problemas da cidade eram causados pela grande presença de nordestinos, como citado anteriormente, na constituição de imagens estigmatizadas sobre esse grupo.

Os debates da época, além de girarem em torno da massiva presença nordestina na cidade de São Paulo, problematizavam também o papel da mulher na política, e ascensão das “classes subalternas” ao exercício do poder. Apesar do eixo temático amplo dos debates, as maiores polêmicas sempre recaíam nas reflexões sobre que era o Nordeste e o nordestino, polarizando defensores da região, frente aos ideólogos que nutrem aversão pelo nordeste e pela presença dos migrantes nos espaços da capital paulistana.

Penna (1992) apresenta os autores que criticam a percepção de que a categoria “nordeste” carrega consigo uma “*ideologia do atraso*”, contrapostos por outros intelectuais que enxergam positivamente essa classificação geográfica, como uma forma de representar conceitualmente a cultura e a identidade do povo nordestino.

A pesquisadora também reflete sobre os contornos dos debates sobre a questão regional, que tomam corpo a partir do episódio Erundina. Embasados nesse dilema antropológico, muitos intelectuais debruçaram seus esforços no entendimento: sobre o que é o “nordeste” e o “nordestino”? Alguns foram apologistas à concepção que essa denominação-*nordestino*- atende a fins políticos e ideológicos de dominação, outros reafirmam a necessidade dessa representação política e geográfica para a região, discurso que reivindica uma identidade local.

Nesse debate também entram em cena outros intelectuais brasileiros, como o economista Celso Furtado que compreende a criação desses espaços regionais bem demarcados para concentrar e centralizar a economia e a produção industrial focada na região sul/sudeste, classificando o nordeste como “terceiro mundo do Brasil”, ou “*o espaço do terceiro mundo no terceiro mundo*” (Penna, 1992, p. 34).

Nessa linha de pensamento Francisco de Oliveira analisa que o fracasso da Sudene (Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste), órgão criado para desenvolver a região nordeste, não se deu apenas pelo fracasso institucional e burocráticos, mas sim pelas diferenças regionais como frutos da divisão internacional desigual e combinada pelo capitalismo, a concentração de capital em alguns lugares e ausência em outros é prova emblemática desse caráter segregador do capital, segundo Oliveira (Penna, 1992, p. 30).

Como vimos, a questão regional sobre o nordeste tornou-se um debate ideológico e político, em que vários elementos, imagens, suposições, teses, foram trazidos em cena. Penna aponta que discurso regionalista se funde com o lema do “atraso” e da pobreza na região, algo presente com frequência na literatura clássica nordestina, como Graciliano Ramos, José Lins do Rego, Raquel de Queiroz, como problematiza a autora:

A imagem do nordeste como um conjunto, vale dizer, enquanto região, marcada pelas idéias de pobreza e subdesenvolvimento, se encontra hoje difundida e portanto ‘disponível’- e como persiste o discurso regionalista, através do exame de alguns materiais didáticos e jornalísticas, artístico e acadêmico. (PENNA, 1992, p.32).

Esse tipo de literatura sempre invoca um viés denunciante de um nordeste sofrido e atrasado contra um sul evoluído e rico. Sendo essa imagem do nordeste proliferada também no imaginário social. Além dos aspectos sociais e econômicos, é sempre encetado o debate sobre a singularidade nordestina, sempre procurando denominar o que é a cultura nordestina. *“Essa procura do que é ser nordestino em conjunto, é um dado da cultura regional. Ela está presente nos discursos de certas elites nordestinas e penetra no sentimento do povo” (Cavalcanti apud Penna, 1988, p.36)*. A singularização e o apelo a uma “identidade” para alguns legitimam estrategicamente a reivindicação política diante do atraso e do descaso pela região nordeste por parte do governo federal para os que defendem a idéia da separação geográfica, para outros agem como um modelo ideológico para dar um sentimento de “pertencimento” e coesão á uma região plural, ofuscando as contradições entre as classes sociais.

Penna sinaliza os perigos do primeiro caso, já que essas definições “essencializantes” cristalizadas com dados, estatísticas, sobre a região nordeste encobre e camufla varias especificidades locais, climáticas e econômicas, já que existem vários “nordestes” “dentro” do próprio nordeste.

Marcelo Cabral, em seu artigo “*Pelo fim dos nordestinos*”, comunga também uma concepção contrária á um “único nordeste”:

Esse termo, tão usado, tão comum, o ‘nordestino’, alimenta a preguiça em relação a pensarmos melhor o nosso país, conhecê-lo mais de verdade possível, sem colocar aquele amontoado de Estados Pequenos, seus povos e culturas, sotaques e costumes, na mesma categoria: os nordestinos. (CABRAL, Marcelo. Disponível em <http://www.overmundo.com.br/overblog/pelo-fim-do-nordestino>, Acesso em 10/02/2013)

Alega que essas imagens que se tem sobre o nordeste só denotam ainda mais o desconhecimento geográfico e as generalizações que existem sobre o nordeste no imaginário social no resto do Brasil. Apontando que a categoria “nordestinos” é uma construção histórica e cultural que reforça o preconceito, criando uma imagem mítica, idealizada, “preguiçosa” que deturpa toda a diversidade do próprio nordeste.

Ainda nesse artigo o autor questiona a abstração generalizadora que o nordeste é classificado:

Muito me estranha que o carioca seja carioca, com sua identidade e lugar no espaço territorial desse Brasil nacional, e não um **sudestino**. O carioca é carioca, o mineiro é mineiro, tal qual o paulista e também capixaba. Ninguém é **sudestino**. O nordestino é uma construção cultural histórica que perpetua o preconceito de forma muito sutil. Portanto eu digo: Pelo fim do nordestino! (CABRAL, Marcelo. Disponível em <http://www.overmundo.com.br/overblog/pelo-fim-do-nordestino>, Acesso em 10/02/2013)

Indica que existem questões políticas e de cunho depreciativo que nutrem e reforçam a “suposição” de que existe “um” nordeste. O sociólogo Eduardo Diatahy Bezerra Menezes segue uma linha de pensamento semelhante a de Cabral, intitulado sarcasticamente seu artigo “Existe nordeste?”, versando que:

(...) o nordeste é um ponto cardeal e uma representação geográfica que foi imposta. O nordeste esteve destinado a fornecer matéria-prima aos senhores da civilização, houve a necessidade da **invenção do nordeste**. (MENEZES, 2005, p.125)

Menezes assim como Francisco de Oliveira, enfatiza que o nordeste, tal como conhecemos, foi eleito para pagar o preço pela característica de nossa colônia de exploração, sendo o lócus prioritário das demandas logísticas que o sul/sudeste

necessitara. Contando com um exército industrial de reserva continuamente disposto a favorecer o sul, lamentando que os nordestinos deixaram-se ser “**nordestinizados**”.

Outra obra analisada sobre a migração nordestina na capital paulistana- “*O Nordestino em São Paulo: desconstrução e reconstrução de uma identidade*” (2007) de Selma Santos Borges, também aborda a identidade e a reconstrução desses mecanismos de classificação e pertencimento do nordestino. Utiliza a opinião do dramaturgo, poeta e romancista nordestino Ariano Suassuna para trabalhar sua argumentação.

Veja que nossos atores não estão mais falando com a gente. Estão falando como atores de televisão imitando a gente. Imitam a imitação. É falta de auto-estima. O povo nordestino está querendo ser do sul. (SUASSUNA apud BORGES, 2007, p.14).

Nessa citação o intelectual corrobora com a idéia da “estereotipação” da cultura nordestina, que fora incorporado inclusive pelos próprios nordestinos. Problematizando que o “*modo de ser nordestino*” se transformou num subproduto rearranjado pelos artistas do Nordeste, sendo uma roupagem apropriada pelos agentes midiáticos. Vendendo uma imagem distorcida, estática e empobrecida do nordeste para o resto do Brasil.

A outra linha interpretativa sobre o nordeste, indo para outro extremo frente a concepção trabalhada acima, remete a imagem que comumente os meios de comunicação apresentam o nordeste, imagem espraiada no imaginário social. No que tange aos símbolos nordestinos e a maneira peculiar do comportamento dessa região.

Segundo Silveira (1998) “*a pobreza e a situação precárias tornam todos os nordestinos unidos num mesmo destino, mobilizados e solidários diante da crise (pg.5)*”. Uma das classificações constantes que se faz do povo nordestino é a de um povo solidário, festivo e receptivo. Sendo muitas vezes complementada por uma narrativa de um passado idílico e heróico, acometido no presente pela miséria na região, passagem de um artigo de jornal que Penna (1992) apresenta em sua obra:

Este sertão feudal, parado no tempo e esquecido na História, encontrado pela prefeita eleita da maior cidade do país, contudo, está perdendo seu orgulho inquebrantável de outros tempos. Hoje, ao contrário do homem forte encontrado por Euclides da Cunha em sua peregrinação pelas caatingas da Bahia na virada do século, o sertanejo é um ser domado pela miséria e pela falta de perspectivas. (O ESTADO DE SÃO PAULO, 4/12/88 apud PENNA, 1992, p. 101)

Essa passagem é extraída de um artigo do jornal “*O Estado de São Paulo*”, logo após a vitória da candidata nordestina Luiza Erundina, nas eleições de São Paulo, exaltando a característica “aguerrida” do nordestino diante da dificuldade, embora lamentamente o “cansaço” dessas pessoas com o prolongado sofrimento. Outra referência imagética bem sedimentada do nordestino em relação á sua bravura e coragem, arquétipo trazido nesse debate por João Miguel Banzilla:

A poesia sertaneja justifica essa aura imputando ao cangaceiro um fator moral, uma injustiça original, como o assassinato impune de familiares de Lampião, que desencadeia seus atos de violência. Mesmo após tantas décadas da derrocada dessa forma de banditismo, a figura do cangaceiro persiste como ícone de coragem e força. (BANZILLA apud PENNA, 1992, p.169)

Banzilla busca os traços da “**nordestinidade**”, nas manifestações culturais do nordeste através dos repentes. Apontando que o conteúdo dos repentes está quase sempre relacionado com temas pornográficos, escatológicos, que tentam exaltar a masculinidade do emissor e desqualificar a do desafiante.

Como percebemos a imagem histórica do cangaceiro toma seus contornos relacionando-se com questões da virilidade e da força do “*cabra-macho nordestino*”, sendo sem dúvida um dos elementos marcantes do que se convencionou a chamar de “*cultura sertaneja*”. Aliados a várias outras manifestações culturais e simbólicas como o elemento religioso, as Festas de São João, a imagem de Padre Cícero, a culinária, a musicalidade, o sotaque, os pontos turísticos, as festas, paisagens naturais e artificiais, além de um vasto repertório cultural que é associado á tradição nordestina.

Através dessa polêmica regional, percebe-se que o nordeste é controversamente versado por intelectuais brasileiros, a citação abaixo sintetiza bem essa polarização:

Desde o início o que passou-se a chamar de nordeste foi visto como um espaço regional, histórico, geográfico, político e cultural que sempre esteve em movimento como qualquer outro no país, mas que foi interpretado, ora ressaltando-a como lugar do homem forte e destemido, ora colocando esse indivíduo como um ser cujo grau de civilidade se distingue. (BORGES, 2007, p.46)

Diante dessas várias versões sobre o “nordeste” e sobre o “nordestino”, o nordeste do “homem forte” e paradoxalmente do “oprimido”. Por fim, reconhecemos e concordamos que essas classificações padronizadoras, sem dúvida, trazem implícitos e explícitos conteúdos ideológicos, projetos econômicos e políticos em disputas pelos mais variados grupos. Penna alerta sobre os equívocos dessa visão totalizante:

As dificuldades de se delimitar uma cultura nordestina, que não é dado, advém do fato de que esta demarcação, ao mesmo tempo em que expressa as diferenciações internas sob a marca do típico, com o risco de cair numa abstração que mascare a multiplicidade de relações se situam as práticas culturais, enquanto manifestações vivas e cheias de significados. (PENNA, 1992, p.72)

Concordamos que se deve ponderar e relativizar toda a diversidade regional, climática, econômica e cultural do nordeste para não cairmos em generalizações ingênuas e superficializantes. Já que, essa pluralidade de sentidos culturais citadas acima nos revela o risco de falarmos de uma cultura tipicamente nordestina nessa pesquisa, mesmo sobre os nordestinos em Maringá. Todavia, por outro lado, não podemos afirmar também a inexistência de similaridades simbólicas em muitas regiões desse espaço.

Sem pretender aprofundar esse debate, que fique convenionado que quando tratamos do “nordeste” e do “nordestino”, estamos nos referindo prioritariamente ao nordestino migrante de regiões do nordeste para o sul/sudeste. Sobre esses indivíduos que construíram suas vidas nos espaços urbanos em expansão, e mais especificamente, seguindo rigorosamente nosso critério metodológico das histórias de vida, nossos informantes Seu José e Dona Cergídia.

RESUMO DOS CAPÍTULOS

O primeiro capítulo versará brevemente sobre a história da cidade de Maringá relacionando com a presença nordestina no município, buscando nos relatos históricos os registros que a cidade possui sobre essa população, locais de concentração dos pioneiros nos espaços da cidade, e a visão que alguns setores da cidade tinham sobre os nordestinos no seu início. Visando convidar o leitor a um sobrevôo histórico que permita compreender vários aspectos da cidade, facilitando a noção do local, tanto geográfico, como social, que os nordestinos ocuparam nesse cenário.

As dinâmicas da colonização, os principais grupos migrantes, os projetos políticos, econômicos e culturais que foram idealizados para a cidade desde seu início e os desdobramentos e impactos desses projetos na atualidade também serão contemplados, analisando como os migrantes nordestinos se inseriam nesse espaço urbano em ascensão.

No segundo capítulo abordaremos as dificuldades do trabalho de campo, desencontros e êxitos nos caminhos percorridos para a realização dessa pesquisa,

demonstrando passo a passo os trajetos, por vezes tortuosos e angustiantes que a pesquisa toma. Narrando desse modo, a busca pelos informantes, os primeiros contatos, o relacionamento com os informantes e a rede de relações que permitiram a construção do campo.

O terceiro e último capítulo, contará com os relatos da trajetória de seu José e dona Cergídia, um casal de pioneiros nordestinos de 80 anos, moradores na Vila Operária, um dos primeiros bairros da cidade que fora criado exclusivamente para alojar a população trabalhadora de renda baixa que chegava ao município. Nesse capítulo se apresentam as conversas com os informantes que foram colaboradores vitais e generosos da pesquisa, oferecendo as narrativas de suas histórias de vida e suas memórias para remontarmos uma parte significativa dessa história regional. Focando principalmente a memória da chegada em Maringá, os relatos de suas primeiras experiências, os motivos da vinda, como se integraram a cidade e desenvolveram suas redes de relações, as formas como experimentaram os episódios históricos mais significativos desde o início da cidade até os dias atuais, usando tanto seus relatos orais, quanto a emoção que expressam ao retomarem essas lembranças.

Nas considerações finais é feita uma análise panorâmica dessa pesquisa, buscando as questões que ficaram em suspensos nessa investigação, as conclusões e os questionamentos que esse trabalho levantou. Será analisada brevemente uma homenagem feita para os nordestinos em Maio de 2013, no aniversário de 66 anos de Maringá, realizada pela prefeitura do município. A festa composta por um desfile que homenageou a cultura e a participação dos nordestinos na colonização de Maringá marcou um episódio inédito na história da cidade, que pela primeira vez valoriza formal e oficialmente a figura desses pioneiros. Refletimos nesse desfecho quais as forças que movem esse ofuscamento histórico que indicaremos ao longo dessa obra, e quais os movimentos recentes que fazem aparecer repentinamente o nordestino, antes migrante, agora “pioneiro”, numa cidade que valoriza tão enfaticamente os pioneiros paulistas e na maioria das vezes proprietários.

1. HISTÓRICO DA CIDADE DE MARINGÁ E A PRESENÇA NORDESTINA

1.1 Sobre a subjetividade da pesquisa

Devemos reconhecer que o desenvolvimento da pesquisa, e até mesmo a escolha do tema está indelevelmente atrelado á subjetividade do pesquisador. Sendo nítida em algumas passagens a marca impressa, e talvez indissociável, entre objeto e observador. Contudo, não vemos necessariamente essa questão como algo negativo ou um entrave severo á realização dessa pesquisa, uma vez que a curiosidade da investigação tem seu alicerce justamente nesse envolvimento, mesmo que indireto.

Sendo neto de nordestinos, tanto paternos quanto maternos, cresci ouvindo histórias sobre a saga desses migrantes, principalmente as relatadas pelo meu avô materno, mais um Francisco como tantos trazidos pelas Frentes Pioneiras. Relata com orgulho sua saída da cidade Pio-IX, município com menos de 18 mil habitantes no interior do Piauí, para abrir ‘picadas’⁵ num lugar ainda coberto pelo matagal, mas já famoso Brasil a fora, já que Maringá era conhecida no seu início pelo seu rápido desenvolvimento em boa parte do Brasil, sendo associada ao “lugar do dinheiro” por muitos trabalhadores “aventureiros”. Rememora sempre o roteiro conhecido na trajetória da maioria dos migrantes, característico dos personagens que a pesquisadora Lidia Cardel(2008) chama de “*migrante-padrão*”, que veremos adiante. “Padrão” por ter roteiros e trajetórias muito semelhantes, narradas pelas viagens sofridas nos famosos ‘*pau-de-arara*’, ao trabalho intenso de desbravamento em suas chegadas, a saudade do sertão e a dificuldade de adaptação nos grandes centros urbanos em expansão. No caso específico da história de meu avô, esse “trabalho duro”, iria em pouco tempo criar uma cidade próspera e moderna.

É evidenciado também nos discursos de migrantes que os motivos principais dos seus fluxos são feitos com a pretensa ideia de “reeditar vida no paraíso”, de tentativa de “vencer pelo trabalho” e depois voltar para a terra natal, ou mesmo construir uma vida financeira confortável longe dos locais de origem. Essas trajetórias pessoais permeadas de desejos subjetivos impulsionaram, em boa medida, a expansão urbana no Brasil. Todavia, preferimos chamar o casal apresentado nessa pesquisa de

⁵“Picadas” eram chamadas as primeiras vias abertas em meio ao matagal que cobria a cidade, sendo instrumentalizadas como vias de acesso e mobilidade temporárias para a cidade em expansão, posteriormente essas picadas seriam as ruas da cidade. Nesse trecho de um site de História da Cidade, o nordestino é narrado como um dos principais responsáveis pelas picadas: “Os nordestinos eram numerosos e deram grande contribuição na formação de Maringá. Vinham abrir picadas, trabalhavam nas lavouras, eram furadores de poço, operários de construção de casas, carregadores de sacos de café”. (IPES DE MINHA TERRA, Disponível em <http://www.ipesdaminhaterra.com.br/cidade3.htm>. Acesso em 20/02/13).

“pioneiros”, já que esses fixaram residência e constituíram suas vidas no espaço em que chegaram, ao contrário do “migrante”, denominação dada a pessoas ou grupos fazem um deslocamento geográfico constante, em busca de trabalho, renda e moradia, fixando-se provisoriamente onde for oportunizado tais condições de subsistência. O migrante vive o “provisório permanente”, enquanto os pioneiros experienciam o arraigamento a terra que adota para ter como “sua”, buscando nesse espaço a oportunidade de criarem os filhos, perpetuarem a família, constituírem suas histórias, tornando-se aos poucos partes de uma história regional.

Diante dessas narrativas de migrantes/pioneiros, sempre me fascinou e causou curiosidade a trajetória desses sujeitos, e que em grande medida estimulou a procura por esses registros que imaginei que existisse em proporções pelo menos razoáveis. Essa ausência histórica frente a tantos José’s, Maria’s, Francisco’s e tantos outros que fundiram suas biografias pessoais nesse itinerário, impulsionou substancialmente a investigação.

Max Weber em seu amplo e clássico debate sobre a relação entre objetividade e subjetividade no terreno das Ciências Sociais, quebra o paradigma ingênuo da possibilidade da realização de pesquisas científicas sem as particularidades afetivas e preferências do observador:

Não há dúvida de que o ponto de partida do interesse pelas ciências sociais reside na configuração real e, portanto, individual da vida sócio-cultural que nos rodeia, quando queremos apreendê-la no seu contexto universal, nem por isso menos individual (...) A validade objetiva de todo saber empírico baseia-se única e exclusivamente na ordenação da realidade dada segundo categorias que são subjetivas. (WEBER, 1992, p.152)

Nessa passagem o autor reflete que a própria consciência do real já é uma construção subjetiva permeada de sentido pelos agentes. O antropólogo Márcio Goldman (2003), ao relatar suas pesquisas sobre o movimento negro e o candomblé, fala das dificuldades do antropólogo no campo quando pesquisa algo próximo a sua realidade, tirando a dimensão do “nativo”. Observa que a concepção do “crente” que analisa o “cético” e do “cético” que analisa o “crente” sempre terá implícita uma visão de mundo peculiar e parcial. Comenta seu estudo no movimento do qual participava:

Dado o caráter segmentar desse movimento, foi preciso e inevitável que essa convivência fosse diferenciada. O que significa que, o que costumamos denominar “ponto de vista nativo”, não deve jamais ser

pensado como atributo de um nativo genérico qualquer, negro, de classe popular, ilheense, baiano, brasileiro ou uma mistura judiciosa de tudo isso. Trata-se sempre de pessoas muito concretas, cada uma dotada de suas particularidades e, sobretudo, agência e criatividade. (GOLLDMAN, 2003, p.462)

Goldman contempla as relações entre observador e observador participante á partir dos debates de Malinowski (1998), alegando a necessidade de mudança de comportamento em relação ao grupo enquanto pesquisador.

Apesar do reconhecimento dessa impossibilidade de dissociação entre investigador e investigado, os autores trabalhados ponderam que é preciso que os rumos da pesquisa não sejam norteados apenas pelas paixões subjetivas, que muitas vezes incidem em trabalhos que buscam encaixar as premissas e hipóteses do “pesquisador militante” nas teorias sociais vigentes.

1.2 A colonização da companhia de terras

Entender o processo de colonização norte paranaense é lançar-se a um desafio analítico no qual o pesquisador se depara diante das várias narrativas da chamada “historia oficial” que foram sedimentadas. Incorporo as críticas feitas, dentre outros pesquisadores Tomazi (1997), Dias e Gonçalves (1999), Noeli e Mota (1994), denunciam a omissão, e a desvalorização dos vários eventos e personagens partícipes desse processo.

Esse grupo de analistas apontam que a versão oficial da historia de ocupação do norte do Paraná almejava deter o monopólio e a legitimidade sobre um processo de dominação específico, mas ao mesmo tempo bem peculiar quando tratamos de frentes que colonizaram várias regiões no país á base da força, da violência tanto física quanto simbólica, constituindo a invenção dos vários “*mitos fundacionais*”, segundo a classificação de Tomazi (1997).

Nesse cenário de disputas travadas no interior do espaço do debate acadêmico, inserimos mais um personagem: o nordestino! Ou mais especificamente os nordestinos que também colonizaram a cidade Maringá.

1.3 As frentes pioneiras

Os nordestinos que migraram para a região do norte do Paraná acompanharam um processo econômico e demográfico que mobilizou pessoas de várias regiões do país, as chamadas Frentes Pioneiras:

Essa migração se intensifica a partir da década de 1940 com o crescimento da indústria que requer uma crescente quantidade de trabalhadores. O grande contingente populacional que se encontra na região nordeste é marcado pela impossibilidade da sobrevivência no campo, cuja política, voltada para a concentração fundiária, favoreceu a agricultura de exportação e acaba por abandonar os pequenos agricultores que se dedicam às culturas de subsistência. (BORGES, 2007, pg. 33)

As Frentes Pioneiras podem ser caracterizadas sucintamente pela “chegada” do capitalismo em locais que ainda não possuíam a existência de tecnologias relacionadas ao cultivo, como a mecanização da terra, a grande propriedade, as parcerias entre empresas-grande produtores e o estado. Ou seja, representou um novo ciclo tecnológico e produtivo que refletiu e impactou significativamente os movimentos migratórios, criando várias rotas que foram pontos de atração desses sujeitos.

A expansão da cultura do café nas primeiras décadas do século XX como expoente desse processo, acenava a possibilidade de melhores ganhos e condições de vida para um exército grandioso de pessoas, mesmo que essas atividades fossem realizadas longe de seus locais de origem. Derivada também da necessidade de intervir nos espaços regionais para promover o capitalismo no país, houve vários incentivos governamentais para essa migração (Penna, 1992). Esse fato motivou à mobilização de nordestinos em massa para as regiões sul/sudeste dada a degradação da propriedade comunal e o advento da grande propriedade, e a formação dos latifúndios para abastecer a indústria em acelerada expansão do país.

Inseridos nesse contexto de industrialização, expansão urbana e transformações na produção agrícola, um enorme contingente de pessoas viram-se forçadas a se deslocarem para o foco dessas mudanças, as zonas economicamente produtivas dessas transformações. Dessa forma, oriundos de muitos estados do Brasil, várias pessoas se aventuraram e trouxeram a família e na maioria das vezes os poucos pertences que possuíam, numa saga que mistura aventura, fé, trabalho, dificuldades financeiras, mas, sobretudo uma incansável busca por uma vida melhor para si e para seus filhos. A ilustração abaixo denota as direções principais desses fluxos migratórios:

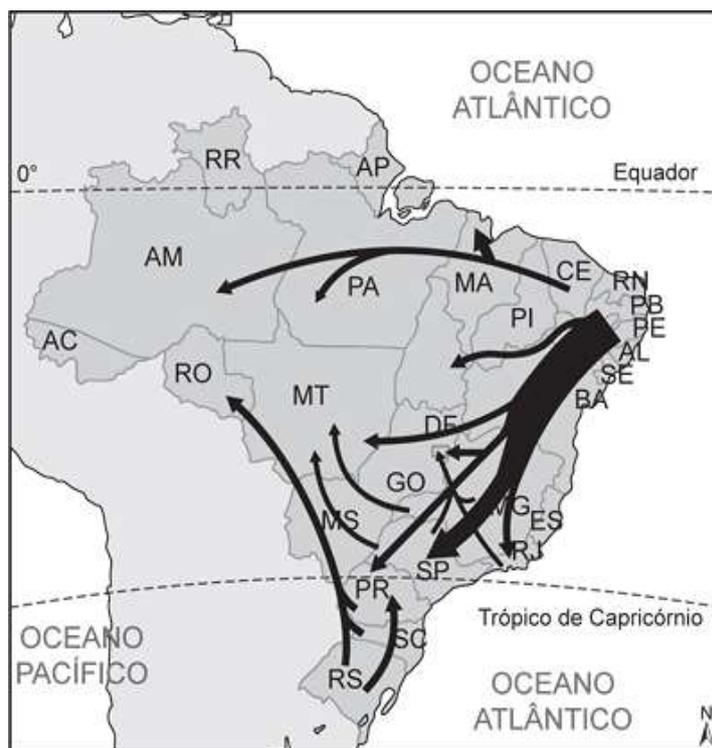


Figura - Imagem ilustrada das frentes pioneira no século XX
 Fonte: Notícias Portal Terra - Educação - Simulado Ciências Humanas.

As setas indicam o deslocamento das pessoas de seus locais de origem para ocupações de postos de trabalho em outros estados, principalmente nas regiões centro/sul/sudeste, mas é importante ressaltarmos que as frentes não compreenderam necessariamente a vinda dos nordestinos para o sul. Já que, houve também inúmeros outros fluxos e movimentações “internas”, como o a mobilidade de gaúchos para o Paraná, cariocas para o Distrito Federal, nordestinos para o norte do país, sul mato-grossenses e goianos para Mato Grosso etc.

Contudo, nos interessa o destaque da grande leva de trabalhadores nordestinos que vieram construir suas vidas nas regiões sul, mas especificamente os que se moveram para o norte do Paraná. Tendo uma importante e efetiva participação no desenvolvimento econômico, industrial e urbano dessas regiões. No Paraná essas “frentes” vieram principalmente motivadas pela expansão da cultura do café, como pontua Luz:

A frente pioneira progrediu pelo Paraná, com a instalação de fazendas de café do tipo tradicional paulista nas “terras roxas” dos espigões da margem esquerda do referido rio. A fertilidade dessas terras atraiu numerosos fazendeiros mineiros e paulistas. Foram surgindo em virtude dessa corrente migratória, vários núcleos

urbanos do Norte-Velho, na segunda metade do século passado e no início desse, a princípio pequenos povoados, tiveram crescimento demográfico de 100% e em alguns casos de mais de 200% no período intercensitário 1920/40. (LUZ, 2007, p.22)

Percebe-se na citação de Luz que os proprietários de terra eram basicamente paulistas e mineiros, os agentes mais visibilizados na colonização da cidade de Maringá. É nesse processo, que direta ou indiretamente, surgem as principais cidades do Norte do Paraná, como Maringá, Cianorte Londrina e Apucarana. Sendo imprescindível abordarmos que esses núcleos foram colonizados pela Companhia de Terras Norte Do Paraná (CTNP), que segundo Luz, teria concentrado atividades nos seguintes setores:

1) Colonização, incluindo o planejamento, o loteamento e vendas de terras; 2) Construção de estradas, essenciais ao escoamento da produção e à ligação dos vários núcleos de povoamento com os principais centros do país, 3) Implantação de núcleos urbanos (cidades e patrimônios), destinados a concentrar atividades econômico-sociais e servir como pólos irradiadores desse toda obra colonizadora. (LUZ, 1997, p.37)

Todo esse processo, ilustrado acima não poderia ser narrado sem a presença dos pioneiros que foram personagens responsáveis por toda a expansão oriunda da intensa mobilidade desses fluxos com variados sentidos geográficos, mas quase sempre com os mesmos objetivos pessoais e/ou coletivos. A pesquisadora Cristina Patriota Moura ressalta a importância dos pioneiros na expansão urbana e modernização brasileira, mais especificamente tomando como objeto de análise a construção de Brasília, capital do país, que surgiu com o projeto de desenvolvimento do interior, sendo possível graças a expansão das frentes de trabalho, que imprimiram toda a subjetividade e “criatividade” desses sujeitos na construção das cidades:

Para participar da cidade é preciso desempenhar um papel importante nesta expansão criativa. Assim, a importância dos pioneiros como personagens que articulam materialidade urbana com ações, valores e subjetividades, encarnado em pessoas que estão imbricadas nas relações com várias dimensões da cidade. (MOURA, 2004, p.4)

Como observa Moura, a expansão urbana, necessitou não apenas a força de trabalho desses agentes, mas também da “criatividade” desses sujeitos, que saíram de suas casas e foram morar há milhares de quilômetros de seus locais de origem.

Garantindo assim a efetivação de um projeto de expansão urbana, que incluía a afirmação de pólos no interior e modernização da economia com a dinamização de diversos setores.

Embora não se tenha dados oficiais, estima-se que 12% dos migrantes que ocuparam e colonizaram a região enfocada (norte do Paraná) eram do Nordeste do país, sendo que os paulistas e mineiros, de fato, foram maioria (Fernandes, 2012). Um número expressivo para um grupo de pessoas que possuem suas histórias de vida e seus laços de sociabilidade pouco inventariados pela produção acadêmica. Deve-se considerar, entretanto, que muitos acompanharam outras frentes pioneiras em outros estados e não fixaram residência na cidade, contudo ainda assim um número significativo continua habitando e recriando a sua história na cidade de Maringá. Esses dados embora sejam imprecisos coincidem com muitos dos registros históricos sobre a naturalidade dos migrantes, como demonstra a tabela abaixo:

QUADRO Nº 3
MARINGÁ
NATURALIDADE DOS PIONEIROS

LOCAL DE NASCIMENTO	Nº
São Paulo	43
Minas Gerais	20
Bahia	6
Paraná	5
Rio Grande do Sul	3
Pernambuco	2
Rio de Janeiro	2
Santa Catarina	1
Mato Grosso	1
Portugal	3
Japão	3
Alemanha	2
Áustria	2
Itália	2
Romênia	2
Espanha	1
Suíça	1
Síria	1
TOTAL	100

Figura – Naturalidade dos pioneiros de Maringá
Fonte- Luz, 1997, p.99

Percebe-se que dos 100 pioneiros entrevistados pela pesquisadora 8% são da região nordeste, composto por 6 baianos e 2 pernambucanos, confirmando a proximidade das estimativas citadas. Entretanto, embora tenha se apresentado

migrantes de apenas dois estados da região nordeste, contamos com a presença de todos os estados nordestinos, como é o caso do casal de cearenses entrevistados para essa pesquisa.

1.4 A presença nordestina em Maringá

Dado o registro da materialidade da presença desse grupo, é interessante recuperarmos o que temos presente na historiografia e em alguns documentos oficiais, relatando a presença de nosso grupo de análise na cidade, são registros escassos e aleatórios, mas que podem nos apontar elementos significativos sobre a presença desses migrantes e o espaço que ocupam na história local. O urbanista e topógrafo Edgar Werner Osterroht, que prestou serviço para a companhia colonizadora da região (CMNP), lançou um livro colorido com imagens sobre acervos históricos dos espaços da cidade de Maringá: em sua fundação, um desses ambientes ilustrados é o “Empório Nordestino”, como nos apresenta Edgar:

Bar de secos e molhados que comercializava de tudo: cordas, querosene, lampiões, ferramentas, gêneros alimentícios, cerveja “Crush” (uma laranjada artificial). E todos tomavam uma pinguinha de brinde após as compras. Assim era o empório na Avenida Paissandu, Vila Operária, o qual foi derrubado recentemente. (OSTERROHT, 2007, p.23).

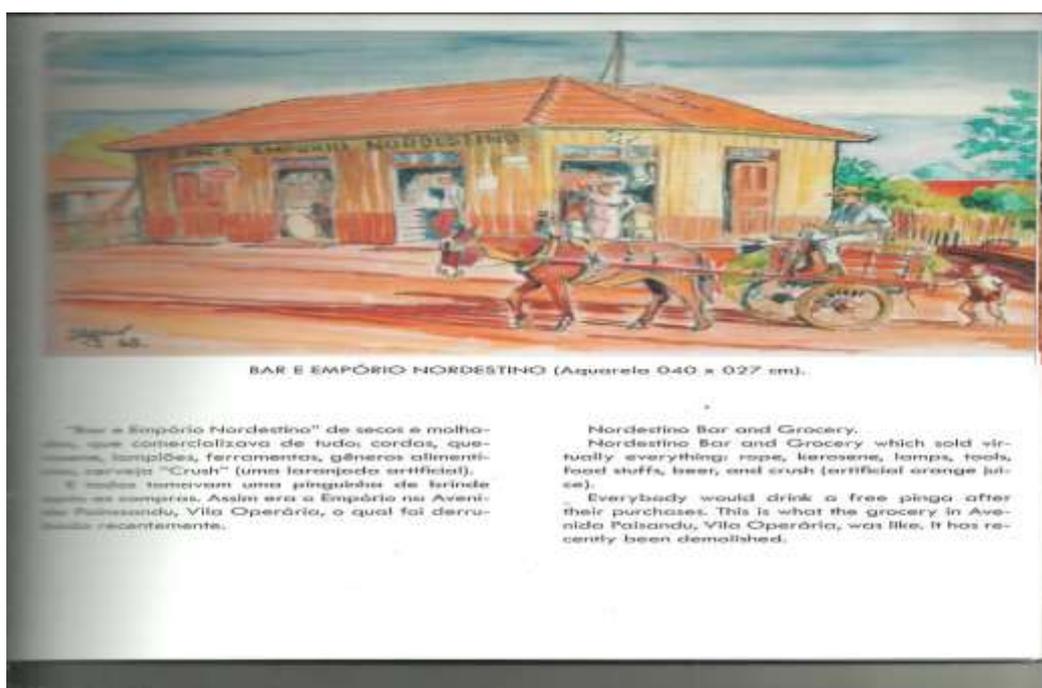


Figura – Empório Nordestino
Fonte: Osterroht, 2007

Essa ilustração é do chamado “Empório Nordestino”, um espaço de sociabilidade dos recém-chegados migrantes nas ‘décadas de 1950/1960, como nos apresenta Osterroht. O registro dessa mercearia voltada ao público nordestino remonta a análise de que havia uma demanda de produtos e utensílios para esse público, provavelmente frequentada majoritariamente pelos migrantes nordestinos trazidos pelas frentes pioneiras e também por simpatizantes da cultura, dos utensílios e culinária nordestina.

A Vila Operária, bairro em que nossos informantes moram, fica localizada atualmente na região central da cidade, mas difere muito do que foi o bairro início da cidade, já que o local era pouco valorizado e destinado apenas aos trabalhadores, o que explica o sugestivo nome. O bairro tradicional do comércio maringaense nessa época era o chamado “Maringá Velho”, uma região de parada temporária dos viajantes recém-chegados a cidade. Mais adiante abordaremos com mais profundidade a história e a importância desse local.

Retomando a presença dos nordestinos, encontram-se também registros negativos e preconceituosos dotados de uma carga pejorativa da presença desses no início da cidade. Isso se evidencia na publicação de um jornal local datado de 1 de Dezembro de 1954 (“O Jornal”), apontando que o crescimento de umbandistas e curandeiros era motivado pela crescente chegada de nordestinos a cidade:



Figura – Jornal O Povo-Reportagem sobre os “curandeiros” nordestinos
 Fonte: Acervo Maringá Histórica / Biblioteca Bento Munhoz da Rocha Netto.

Embora não exista a citação direta sobre o envolvimento dos nordestinos com as práticas religiosas, a reportagem em tom “denuncista” proliferava pela cidade os boatos que relacionavam os nordestinos as práticas de religiões afrodescendentes e a

feitiçaria. Aponta que o local em que o “charlatão” morava e fazia seus rituais estava situado na Estrada Mandacaru (hoje Av. Mandacaru), outro espaço que se consolidou como um local onde os nordestinos se instalaram (daí o nome Mandacaru, uma árvore típica do nordeste). Lá havia uma serraria chamada Philips, onde nordestinos, em sua maioria, trabalharam.

Num desses raros acervos sobre a presença dos nordestinos em Maringá, encontramos uma passagem do historiador Arthur Andrade que reconhece não somente a presença, como a importância do nordestino não apenas como trabalhador braçal na colonização da cidade, mas também como pioneiro da cidade:

É indiscutível a assertiva de Euclides da Cunha de que “o sertanejo é antes de tudo um forte”. Sim, o homem das caatingas quando aqui aportou tinha de si uma enorme floresta que o contemplava toda impotente. Mas ele não estava só. Brasileiros de outras plagas ali se encontravam dispostos a ajuda-lo a vencer a batalha que se prenunciava difícil e imprevisível. Tal qual soldados a utilizar-se de armas de que dispunham. E com manobras rápidas e certeiras, as foices, os machados, as enxadas, os enxadões vibravam no ar. E lentamente, a floresta tão exuberante e impenetrável cedia lugar áqueles homens intrépidos e valentes. Eram os cedros, jacarandás, perobas, marfins, pau-d’alhos, que tombavam sob o vigor do machado pioneiro, assim surge a exuberante Maringá. (ANDRADE, 1979, p.61)

Esse trecho foi retirado da obra “*Maringá: ontem, hoje e amanhã*” (1979). Percebe-se que o pesquisador valoriza o trabalho dos pioneiros nordestinos que abriram as “primeiras picadas” da cidade, ou seja, as primeiras ruas e vias de acesso em meio á vegetação e o matagal que tomavam conta dos territórios da região. O que mais chama a atenção, é que os nordestinos são relacionados, finalmente, com a identidade de “**pioneiros**”, uma classificação nem sempre encetada pela história oficial do município, já que o termo por vezes carrega um sentido ideológico sobre os grupos que narram a história.

Nessa discussão é importante abordarmos quem é considerado formalmente como “pioneiro” maringaense segundo a lei do município:

A Lei 931/72, de 3/7/72, sancionada pelo prefeito Adriano José Valente, instituiu em Maringá a outorga de títulos a seus pioneiros que comprovassem residência no município no decênio 1940/50. Muitos desses pioneiros ainda não inscritos nesse rol receberam convite para depor no Projeto Memória e lá não foram. Outros não gostam de aparecer e se enclausuraram no anonimato, enquanto outros tantos nem devem saber da medida. O vereador Laércio Nora Ribeiro, filho do pioneiro Antônio Nora Ribeiro, apresentou projeto

de lei na câmara para ampliar o prazo dessa honraria até o ano de 1954. Uma emenda na primeira discussão do projeto, de autoria do vereador Antonio Paulo Pucca, foi além e estendeu-se para o ano de 1960. Diante do fato, nova campanha deverá desenvolver-se para ampliação desses registros. (CORREA, 1994. p.107)

Obviamente que uma classificação subjetiva do “ser pioneiro” é sempre invocada por diversos segmentos que participaram direta ou indiretamente desse processo. Contudo, segundo a lei do município transcrita acima, a institucionalização oficial que garante a “titulação” aos “pioneiros” só seja conferida aos primeiros moradores que chegaram em décadas específicas, dos anos de 1940 á 1960. Desse modo, a identidade do pioneiro maringaense é delegada legalmente por um marco cronológico, não especificando supostamente competências, títulos, classe social ou agregação familiar para tal definição.

Recentemente o *Rotary Club* de Maringá prestou homenagem a alguns pioneiros da cidade, buscando a valorização da contribuição profissional desses sujeitos em suas respectivas profissões. O evento foi noticiado da seguinte forma por um jornal local:

O *Rotary Club* Maringá Colombo promove nesta quinta-feira (23) a 10ª edição da noite do Mérito Profissional, que neste ano homenageia seis pioneiros em suas áreas de atuação na Cidade Canção. Em 2013, os homenageados são: Altamiro Tavares, de 75 anos, um dos primeiros palhaços e trapezistas de Maringá; Antonio Manfrinato, de 91 anos, um dos primeiros desbravadores do município; Antonio Mario Manicardi, de 88 anos, primeiro funcionário da Prefeitura e ex-vereador por três legislaturas; Antenor Sanches, de 86 anos, ex-vereador por sete legislaturas; Laura Boro Fregadolli, de 86 anos, cafeeicultora de família pioneira no cultivo; e Minao Okawa, de 70 anos, médico e um dos mentores da implantação do Hospital Paraná. Logo após cada homenagem, haverá apresentações de músicas baseadas na preferência de cada pioneiro, com o grupo Maringá Seresta. (JORNAL “O DIÁRIO DO NORTE DO PARANÁ, Disponível em <http://maringa.odiario.com/maringa/noticia/746155/seis-pioneiros-sao-homenageados-por-merito-profissional>. Acesso 22/05/13)

Percebe-se que boa parte dos homenageados são profissionais liberais, cafeeultores e políticos da cidade. Curiosamente, um dos homenageados- o senhor Antonio Mário Mandicardi- foi um dos primeiros patrões de Seu José, nosso informante. Essa é a rotina da atribuição do título de pioneiro em Maringá, sendo imprevisito que a reverência seja atribuída aos sujeitos que vieram trabalhar na derrubada da mata, aberturas das fazendas de café, serviços gerais que passavam a ser

uma demanda nesse novo núcleo urbano. O historiador João Laércio Lopes analisa a simbiose de elementos que corporificam a “imagem” do “pioneiro” em Maringá:

A figura epopéica do pioneiro é mais uma construção ideológica, difícil de ser desmontada. Talvez, dentre os três componentes mitificadores da história maringaense, seja o detentor do maior potencial simbólico, superando os dois anteriores, a Companhia e o café. Isso porque hoje em dia é o único sobrevivente, pelo menos no plano material. A complexidade do pioneirismo advém do fato de ser uma ideia, um conceito. As pessoas vestiram o personagem e não fizeram, nem fazem, questão de largar. A palavra “pioneiro” é polissêmica, dotada de numerosos significados; contudo, neste texto, basta explorar o advento do termo em Maringá, a fim de compreendermos sua evolução e posicionamento atual. Desde o decênio 1940, os migrantes abastados –proprietários de bens – e ocupantes de cargos políticos e administrativos se reconheciam na condição de pioneiros. A percepção de estar sendo o primeiro em determinada atividade numa zona pioneira, e capitalizar tal condição para ganho próprio, parece ter sido comum em Maringá. (LEAL, 2011, p.42)

O historiador além de fazer uma crítica ao que chama de figura “da história maringaense”, analisa a arbitrariedade de critérios na identificação dos pioneiros:

Em termos práticos e objetivos, o manuseio ideológico do pioneirismo apaga diferenças, por exemplo, entre nordestinos retirantes e paulistas abonados, além de cair reiteradas vezes em elogios e apologias ao fato de alguém ter chegado primeiro e permanecido na cidade. O mito embriogênico é um dos sustentáculos do estado de coisas reinante em Maringá. Muitas situações se explicam ao considerar esse elemento na formação histórica do município. (LEAL, 2011, p.43).

Vimos que existe um questionamento sobre o que é de fato o pioneiro maringaense e quem são esses sujeitos, por quais razões práticas a eles foram dadas essa titulação, enquanto outros grupos com trajetórias parecidas mantiveram-se no anonimato, como os “retirantes nordestinos”. Na tentativa de libertar ou desconstruir esse “*enclausuramento do anonimato*” que as forças históricas sedimentam, que essa pesquisa ancora suas bases analíticas, mesmo sabendo que nossos trabalhos nem sempre se impulsionam até o alcance necessário para serem paradigmáticos de contextos históricos específicos.

Vimos que os trabalhos historiográficos dos autores citados no início do capítulo fazem uma crítica pontual a uma suposta história “subentendida”, no que diz respeito ao reconhecimento dos vários sujeitos que colonizaram a cidade, e como esses constituíram suas trajetórias. O capítulo seguinte tenta responder essas questões

quando enfoca o encontro do pesquisador e o contato com a história do casal de pioneiros cearenses.

2. AVENTURAS NO CAMPO

2.1 O trabalho de “garimpo”

Encontrar nordestinos na cidade de Maringá para o encaminhamento da pesquisa configurou uma tarefa árdua, causando o incômodo do pesquisador em saber que esses existem em grande número, mas não tendo o conhecimento de onde e como encontrá-los. Somando-se ao fato das especificidades da pesquisa, que não buscava apenas “nordestinos”, mas sim “nordestinos que chegaram ao início da cidade”, personagens que não se sabe a quantidade ou onde estão, configurando um desconhecimento qualitativo e quantitativo desse objeto, já que oficialmente essas pessoas não catalogadas por algum censo específico. Enfim, estávamos á procura de um objeto difuso, impessoal com personagens “semi-invisíveis” na história local.

Na tentativa de identificar esses sujeitos procuramos a Secretaria de Cultura e a Divisão de Patrimônio Histórico do Município que realizara um trabalho de valorização da memória, espaços e personagens históricos da cidade, o Projeto Memória (2003). Coordenado pelo historiador João Laércio Lopes Leal, o projeto teve publicado apenas um exemplar, um livro com fotos raras da cidade. Dedicado exclusivamente a Vila Operária, justamente o bairro que o casal mora há mais de 50 anos, curiosamente o nome de ambos não está registrado na lista dos moradores antigos do histórico bairro da cidade.

Esses sujeitos, como vimos, estão espalhados pela cidade, rarefeitos e avulsos, não constituindo de fato um “grupo” de pioneiros nordestinos, já que ideia de “grupo” remete a uma forma de organização coletiva de determinados agentes em torno de objetivos comuns. Configuram, desse modo, personagens aleatórios e esparsos na complexidade de uma cidade média, que ainda inventaria sua história local e seus desdobramentos.

Essa não caracterização talvez se dê pela ausência de espaços associativos para os nordestinos na cidade, como museus, espaços culturais, casa de *shows*, restaurantes, associações, lojas típicas etc. A suposta “identidade nordestina” não encontra espaços sólidos ou reconhecidos para alicerçar-se simbolicamente. Constatamos apenas algumas casas típicas de produtos alimentícios derivados do nordeste, as famosas

“Casas do Norte”, e um restaurante denominado “Aliança Nordestina”, que serve pratos típicos da culinária dessa região. Prova desse cenário é a primeira tentativa de aventura no campo, descrita nos diários da pesquisa:

Em meio a uma procura já desanimada e sem perspectivas, encontro um endereço em um *site* de buscas na *internet*, intitulado como “Associação dos Nordestinos de Maringá”, pronto! Acreditei ter encontrado a chave para a inserção no universo da pesquisa e a possibilidade de um encontro que poderia abrir “as portas” para objeto, uma vez que um órgão como esse, supostamente contaria com vários membros associados que poderiam ser futuros informantes, um acervo de fotos e símbolos da cultura nordestina, e um repertório razoável de elementos que narrassem a história dos nordestinos que chegaram e colonizaram essa região.

Tomado pela empolgação característica de todo iniciante no universo da pesquisa, me dirigi ao endereço que constava na página do *Google*, chegando ao local me deparo com uma casa grande e moderna próxima a região central da cidade. A impressão inicial é de que esse imóvel fosse uma residência, pelo seu formato doméstico e não um espaço caracteristicamente institucional com um escritório e outras formalidades. Deduzi que talvez essa seria a intenção, já que uma associação de nordestinos talvez preservaria aspectos cândidos e modestos, querendo remeter a uma suposta “simplicidade nordestina”. Ledo engano! O dono da residência me recebeu atenciosamente, explicando pacientemente que era morador há 30 anos naquele endereço e nunca tinha ouvido falar de uma instituição desse gênero!

2.2 Os descaminhos e encontros na pesquisa

Após esse dissabor inicial, desabafava com alguns amigos próximos sobre as dificuldades encontradas em minha pesquisa, mais propriamente na dificuldade de encontrar informantes com um perfil tão específico, não me interessava apenas nordestinos, mas sim nordestinos que chegaram para “criar” a cidade.

Para minha agradável surpresa, essa colega a quem relatava minhas angústias disse que seus avôs paternos atendiam a todas essas características que eram necessárias naquele momento, e que podia apresentar-lhes sem maiores problemas. Essa conversa ocorreu em um sábado à noite, no domingo pela tarde já estava sendo apresentado para o casal de pioneiros cearenses. Nesse momento senti que o campo começou a se expandir, e que meu passaporte para esse universo estava carimbado.

2.3 O primeiro contato

O primeiro contato com Dona Cergídia, 84 anos e seu José-88 anos, ocorreu numa tarde de domingo em torno das 15:00 horas. Os amigos pessoais, que eram seus netos, me levaram à residência do casal, localizada na Vila Operária, bairro que se situa numa região central da cidade, e carrega um histórico do pioneirismo na cidade⁶.

Fui apresentado para o casal que me recebeu de maneira solícita e amigável, principalmente Dona Cergídia, uma senhora muito simpática e carismática que aceitou sem oscilar a minha proposta de entrevista, mesmo sem saber ao certo a minha tarefa e o que me levava aquela curiosidade. Fato que também não fez questão de saber, já que aparentava ânimo e uma prontidão em contar suas histórias de vida, mesmo antes de uma explanação mais detalhada sobre o que eu desejava com esse estudo. Afirmou com bom humor *“a gente tá velho mesmo, agora a gente tem é que contar história”*. Encantou-me em pouco tempo a serenidade, a disposição e a lucidez invejável, que se revelou posteriormente diante da riqueza de detalhes ao narrar suas histórias.

O objetivo desse primeiro encontro seria de uma apresentação formal para agendarmos possíveis visitas futuras, e até demonstrar por meio da indicação dos familiares que o pesquisador “era de confiança”, já que o casal mora sozinho. Entretanto, empolgada com a ideia de narrar sua história, minha informante privilegiada começou a disparar uma série de informações aleatórias sobre sua chegada a cidade, ouvi atentamente angustiado por não ter ido munido de qualquer material para anotações, sendo preciso o registro mental de alguns tópicos para os próximos encontros. Lembrei-me dos conselhos de Wright Mills (1980) sobre a necessidade do cientista social sempre andar acompanhado de seu bloco de anotações.

Após duas semanas desse primeiro contato retornei a casa de meus informantes, onde novamente fui bem recebido em uma conversa mais à vontade, uma vez que nessa ocasião só estavam presentes o casal na residência, sem presença de parentes ou terceiros que pudessem interromper ou dispersar o foco da entrevista.

⁶A obra que citamos anteriormente “Memória dos Bairros- Vila Operária” (MARINGÁ, 2002), faz um apanhado das lembranças entre fotos, personagens e eventos que mantém viva a história desse lugar tradicional em Maringá. A obra elucida o importante papel que essa localidade e espaço teve no início do desenvolvimento urbanístico da cidade, tendo sido planejado estrategicamente para grupos específicos, memórias que iremos nos aprofundar com mais intensidade nos capítulos seguintes.

Somando-se ao fato de ter ocorrido em um dia de semana pela tarde, com datas e horários estrategicamente escolhidos a fim de que a conversa transcorresse de modo livre e ininterrupto, e foi o que fato aconteceu. Dona Cergídia relatou quase toda a sua vida numa conversa de varanda que se estendeu agradavelmente pela tarde.

A simpática senhora tinha o dom de articular as memórias e ligá-las uma a outra, sempre relacionando as experiências pessoais com eventos históricos do município, postura discursiva que “caiu como luva” diante do encaminhamento metodológico da pesquisa. O caráter dinâmico da memória de nossa informante rendeu um sub-capítulo específico nesse estudo, no qual transcorremos com detalhes essa habilidade da informante que tornou possível essa pesquisa.

Seu José mantinha-se presente, mas com a atenção dispersa, alternando-se em momentos que participava da conversa, outros em que ia fazer alguma tarefa doméstica, como alimentar os pássaros, varrer a calçada, olhar o tempo. O senhor possui um problema auditivo, o que provavelmente o afastava de uma conversa mais prolongada- essa era pelo menos a minha suspeita. Posteriormente, percebi que o distanciamento dele devia-se, na verdade, ao incômodo que o relato de suas vidas pessoais causava, provavelmente com a sensação da invasão de sua privacidade, posteriormente essa questão também será abordada. A esposa, destoando dessa postura, falava aberta e eloquentemente sobre a vida da família, desde a infância no nordeste, até os dias atuais.

Dada as agruras iniciais da pesquisa na busca pelo objeto, esse primeiro encontro abriu um manancial de hipóteses e dúvidas sobre os caminhos que o trabalho deveria tomar. A dúvida e as dificuldades na pesquisa foram elementos motivadores para incursão num campo analítico que se abria naquele momento.

3. HISTÓRIA DE VIDA DE DONA CERGÍDIA E SEU JOSÉ: A TRAJETÓRIA TÍPICA DE UMA FAMÍLIA TRAZIDA PELAS FRENTES PIONEIRAS PARA O NORTE DO PARANÁ

A história de Seu José e Dona Cergídia tem similaridade com a trajetória de vida de grande parte dos migrantes nordestinos trazidos pelas Frentes Pioneiras, ficando explícito nas narrativas do casal um enredo familiar a quem acompanha histórias de vidas semelhantes.

Tanto Seu José quanto a esposa são oriundos da cidade de Barbalha, interior do Ceará, localizada a 551 km de Fortaleza (Quatro Rodas, 2013), ambos provem de famílias que divergem dos modelos e núcleos familiares tradicionais. Desde a tenra idade, motivados pela morte de um dos pais e desentendimentos e maus tratos com padrastos e madrastas que lhes obrigaram a aventurar-se precocemente no mundo do trabalho, emancipados á base das circunstâncias forçadas de falta de uma estrutura familiar. Sempre trabalharam em propriedades alheias e viveram como agregados dessas famílias empregadoras, recebendo como provento apenas o básico para a subsistência, como alimentação e moradia.

Dona Cergídia que é natural do estado de Pernambuco teve uma vida itinerante, quando sua mãe faleceu, ainda criança, foi morar com sua avó, quando a avó faleceu foi morar com um tio. Em certa ocasião conhece uma senhora, que denomina de “Dona Dazinha”, esposa de um proprietário de terras no Ceará, que havia ido ter um filho em Pernambuco. Dona Dazinha faz um convite a Dona Cergídia, para que ela fosse trabalhar na casa da família na região rural de Barbalha-CE. Como Dona Cergídia mesmos nos conta:

Foi assim: eu morava no Pernambuco com minha avó, por que minha mãe morreu. Depois que minha avó morreu eu fui morar com meu tio, aí ele casou de novo e fui morar no Pernambuco. Aí Dona Dazinha, que era mulher do seu Cazé, foi ganhar um filho perto de onde a gente tava. Dona Dazinha precisava de uma pessoa para ajudar a cuidar do filho. Ai eu fui morar com a dona Dazinha. Ninguém queria que eu fosse, mas eu fui, por que acho que era coisa que era para acontecer né, porque quem manda na gente é Deus né. Aí eu fui. (Dona Cergidia).

Dona Cergídia delega sua ida para o Ceará como obra do destino, pois saiu do Pernambuco para conhecer o futuro esposo e constituir sua família. Foi então nessa época que o casal se conhece, mas especificamente na casa de um primo de seu José- o Seu Cazé, esposo de Dona Dazinha. Ele lidando com as questões da terra e as criações, ela prestando serviços domésticos, que iam da limpeza aos cuidados com as crianças. Conheceram-se, apaixonaram-se e se uniram. Como Dona Cergídia relata:

Aí eu conheci o Zé, nós casamos e ficamos morando sítio deles. Eles gostavam muito da gente, até hoje quando vou pra lá, é como se fosse nossa família. O seu Cazé e dona Dazinha já morreram, mas os filhos dela me consideram como uma irmã, apesar de ter ficado apenas 2 anos e meio é como se fosse uma família. Aí o Zé construiu uma casa e nós fomos morar um pouquinho mais longe, mas sempre trabalhando no seu Cazé. (D. Cergidia).

Após a união do casal e a terceira gravidez de Dona Cergídia, o marido sai do Ceará e parte para o Norte do Paraná, buscando a “benção” e o reencontro da mãe que já encontrava-se no Sul, movido também pela busca de uma vida melhor para a nova família que acabara de constituir. Um ano após essa chegada, tendo se adaptado e arrumado emprego fixo na nova cidade de Maringá, Seu José retorna ao Ceará para buscar a esposa e os filhos pequenos.

Esse fato causou muitas indagações na pesquisa, sendo impossível dissociar os juízos de valor do pesquisador diante dessa atitude, já que Seu José deixa a esposa com 3 filhos pequenos, para vir pedir a “benção” para a mãe, tendo retornado somente após um ano para o Ceará. No decorrer das entrevistas percebemos que além da saudade da mãe, haviam outras questões que motivaram essa vinda, como veremos mais adiante, como as questões relacionadas ao mundo do trabalho e a busca por melhores condições de vida, que já tinha sido o motivador da vinda da mãe de Seu José, que trabalhava como feirante com o esposo.

Além dos acasos do destino e da degradação familiar vivida por Seu José e Dona Cergídia, o casal também foi unido pela simplicidade. Tinham como objetivo de suas vidas apenas formarem uma família e trabalharem para garantir o sustento, como a senhora nos conta:

Eu acho que deu certo assim porque ele nunca foi de luxo e nem eu. Não sei se você lembra daquele sapato pé de gato? Ele usava e nem ligava, era só viver e criar os filhos, ele fez a casinha ali e nós moramos, antes era 4 cômodos, hoje é 6, o Iris morava no fundo, aí depois o marido da Lucélia bebia muito. Aí nos voltou pra nossa casa que tava alugada, aí aumentamos a casa. (Dona Cergídia).

Seu José vem visitar a mãe em Maringá em 1956, fica um tempo trabalhando na cidade e vai buscar a esposa após um ano. Fizeram uma extensa viagem até chegarem a Maringá em Novembro de 1957, onde trabalharam no início da cidade e viram rumos e os contornos que ela ia tomando desde seu surgimento até o seu rápido desenvolvimento. Constituíram uma família numerosa e narram suas histórias de vida, ricas de conteúdos pertinentes para uma análise sobre os processos migratórios, os arranjos familiares e suas tradições, nos permitindo uma cuidadosa observação que estabelece um diálogo com o desenvolvimento da história de Maringá.

O livro “*Maringá, ontem, hoje e amanhã*” (1979), traz em um dos seus capítulos uma homenagem aos nordestinos que trabalharam no começo da cidade de Maringá, intitulado de “*O Bravo Irmão Nordestino*”:

Segundo Josué Castro, “os grupos humanos não se distribuem pela terra de uma maneira uniforme”. Isto tem ocorrido com o nordeste, onde as áreas do litoral e do agreste permitem que o homem ali se fixe, enquanto que no sertão as populações se deslocam com mais intensidade. Por mais que lute, o nordestino é obrigado a curvar-se diante da terra seca e da inclemência do sol abrasador. Os problemas enfrentados pelos nordestinos em seus deslocamentos para outras áreas é deveras triste pois as distancias são tão grandes tais como ocorrem com as migrações internacionais, não lhe restam outra alternativa a não ser agarrarem-se nos pau de arara. Pelas condições da viagem e para não expor ao perigo os seus familiares, o migrante nordestino deixa a família e parte na esperança de tudo correr bem e um dia poder mandar buscá-la. (ANDRADE, 1979, p.59).

A história relatada pelo casal, salvo algumas particularidades, se aproxima em aspectos gerais com o a citação acima, pois apesar de terem constituído uma sólida rede de sociabilidade, já eram amigos muito próximos da família na qual trabalhavam se vêem obrigados a deixar o lugar pelas condições materiais adversas. Exceto a citação de elementos como a seca, embora relatem a precariedade das relações de trabalho não se refere propriamente a seca, fator climático que levou muitos nordestinos a outras regiões, já os outros fatores narrados parecem fazer parte de um roteiro comum a tantos migrantes, em histórias que convergem em formato e conteúdo. A luta por melhores condições de vida é uma variante comum na maior parte desses registros biográficos, sendo uma alternativa para o casal que trabalhava na propriedade alheia, em condições mínimas de subsistência. Além de ressaltar a vinda solitária do migrante á principio, objetivando “se estabelecer pelo trabalho” para buscar a família.

3.1 Do Ceará para Maringá: rotas de um Brasil em expansão

Dona Cergídia, como já foi dito, é uma informante ideal para qualquer pesquisador, já que associa espontaneamente um assunto a outro de maneira muito dinâmica, dotada de um raciocínio rápido e perceptivo, sempre dialogando com o interlocutor nas suas falas: “*você conhece?*”, “*já ouviu falar, isso é do seu tempo?*” eram frases corriqueiras que demonstram o anseio de ser compreendida e transmitir claramente o conteúdo de seus relatos.

Com essa postura discursiva é que contou que vieram do Nordeste, ela, o esposo e os 4 filhos pequenos. Saíram do município de Barbalha no Ceará, no dia 2 de Novembro de 1957, 10 anos após a fundação de Maringá. Seu José já se encontrava na cidade havia um ano, tendo vindo do Nordeste para o Paraná para pedir a “benção” à sua mãe que estava na cidade fazia 2 anos. Acabou gostando e se adaptando a nova cidade durante a visita, arrumou emprego e após 12 meses trouxe o restante da família- a esposa e 4 filhos pequenos. Como ela mesmo, explica:

“O Zé veio, ficou um ano e um mês aqui trabalhando na prefeitura, daí ele foi me buscar no Ceará com as crianças. Nós viemos na empresa de Chácara Bezerra, no dia 2 de Novembro, Dia de Finados, de 1957. Era só os quatro, Dedé foi daqui do Paraná, nós ficamos 9 dias até São Paulo, e de São Paulo pra viemos de trem, mais dois dias, foi 13 dias que a viagem levou”. (D. Cergídia)

A empresa que Dona Cergídia comenta “Chácara Bezerra” é o nome de um bairro de Fortaleza, chamado de Antônio Bezerra, em homenagem ao poeta e historiador cearense. Alguns chamam também de “chácara”, pois é uma região de veraneio, um local tradicional de turismo e comércio na capital cearense. Quanto ao “Dedé”, esse é o apelido do filho mais novo do casal- Francisco, o único filho que nasceu no Paraná.

Com os relatos iniciais do casal, muitas questões já ficaram em suspenso, estremecendo alguns dos pressupostos inevitáveis que o pesquisador carrega em suas indagações. Primeiramente retornando a questão da vinda de nosso informante e da família por uma questão meramente afetiva e religiosa, já que veio em busca da “benção” e do reencontro da mãe, e não determinado pelas condições objetivas, como a busca por melhores condições de vida e trabalho, como muitos migrantes dessa época, e curiosamente que a sogra de Dona Cergídia já teria vindo pelas questões de trabalho:

“Foi aí que minha sogra veio pra cá, e ele veio atrás depois tomar benção à mãe dele, veio e ficou um ano e meio.” (D. Cergídia)

Pelo contrário, Dona Cergídia relata um nordeste próspero e pujante, onde não faltava a “farinha, o feijão, a carne seca, o arroz, e a fomalha imensa” que produzia os bijus dos mais variados recheios. Complementa ainda que a região de Barbalha possui várias serras que minam fartamente água potável, concebendo rios e riachos que são usados para pesca e para os mais variados fins:

“Nós tinha roça, feijão, milho, andú, arroz. O arroz era cana-roxa, esse arroz subia e crescia mais que uma pessoa. Eu tinha prazer de colher aquele arroz sabe, que a terra era boa. Ai ele tirava aquele “de come” um pouco para vender, e outra parte para a gente comer.” (D. Cergídia)

A descrição de Dona Cergidia coincide com a pesquisa que fizemos sobre a cidade de origem de nossa informante, sendo caracterizada da seguinte forma pelo IBGE- Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística:

Nascida em terrenos particulares, sob o signo de uma verdadeira prosperidade econômica, dentro da qual se desenvolveu uma sociedade laboriosa, afortunada e nobre. A cidade de Barbalha originou-se nas terras de Capitão Francisco Magalhães Barreto Sá, casado com D. Maria Polucena de Abreu Lima, sergipana, em Vila Nova, o qual, obtendo licença do visitador Manuel Antônio, dando-lhe o patrimônio de meia légua de terras e gados, cujo templo foi sagrado pelo padre André da Silva Brandão, Vigário de Missão Velha, aos 23 de dezembro de 1790, em obediência à provisão firmada por Dom Diogo de Jesus Jardim, Bispo de Pernambuco, datada de 6 de junho de 1778 (IBGE, Disponível em <http://www.ibge.gov.br/cidadesat/painel/painel.php?codmun=230190>. Acesso em 26/06/13).

Observa-se que o município, de fato, surge mediante uma economia abastada, já que a famílias que a constituíram e o colonizaram eram “nobres” e proprietárias, tendo uma prevalência econômica maior voltada a agropecuária. A convergência desses dados socioeconômicos com a versão e as lembranças de Dona Cergídia só ampliava mais o questionamento do pesquisador: por que então eles saíram de lá?!

Somando-se ao fato que essa vinda motivada apenas pela “benção” representou uma divergência nos relatos, já que Dona Cergidia afirma a busca do esposo pelo reencontro da mãe, contrariados pelo relato do filho do casal que explica que saíram do nordeste devido às condições climáticas desfavoráveis e a pobreza do local. Esse fato foi contrariado na fala do filho mais velho do casal- Iris, que também foi entrevistado para essa pesquisa:

“As terras lá eram ruins, lá não produzia tudo que plantava, é um estado pobre, não é igual aqui. Lá era um pessoal pobre, muita seca”. (Iris- filho casal)

A fala de Iris despertou uma dúvida sobre os reais motivos da saída da família do nordeste, uma vez que os motivos expostos pela mãe divergem do relato do filho. Esse enigma e os motivos da dissonância só foram esclarecidos após outros encontros.

Além do mais, intriga o fato de Seu José ter saído do Ceará mesmo com Dona Cergidia estando grávida do terceiro filho, apenas para vir pedir a benção à mãe, fato que é comentado até pela informante:

“O Zé trabalhou com o Vilanova uns dois meses apenas. Isso foi em 1956, que ele deixou eu no Ceará e veio visitar a mãe, eu já estava esperando a Socorro aquele tempo, a caçula. Ele ficou morando aí 1 ano e 1 mês. A dona Dazinha, mulher do Seu Cazé, primo dele, perguntava: “José, como você vai deixar a Cergidia assim? Mas eu vou deixar dinheiro para ela.” Ele toda vida foi trabalhador sabe?!” (D. Cergidia)

Independente dos motivos reais da vinda do casal para Maringá, se evidencia em vários trechos a importância significativa da família na fala de Dona Cergidia. Cabe um olhar atento, ao peso que a família exerce como instituição social fundamental ao entendimento dos processos sociais, já que a organização da família compõe a base constitutiva dos grupos, influenciando e sendo influenciada pelos fatores externos e internos desse importante agente da vida coletiva. Vale ressaltar o relato constante da presença da família- exemplificados na importância da benção a mãe que trouxe Seu José ao Paraná, o papel da mulher nos serviços domésticos e a reprovação pelo trabalho feminino fora dos limites da casa, entre outras várias citações impossíveis de serem ignoradas em nossas análises.

A atuação de Dona Cergidia no mundo do trabalho fora dos ambientes domésticos também foi bem oscilante e por vezes contraditória no discurso da informante. Falava muitas vezes que Seu José não permitia que ela trabalhasse fora de casa, outras ela afirmava que havia trabalho em outros locais, quando chegaram a Maringá:

“Aí eu lavava roupa no poço, e pegava roupa dos outros pra lava em casa porque o meu Zé não deixava eu trabalhar pra fora. Lavava eu e a Sunta, minha vizinha. Aí fiz uns serviços por Banco Comercial do Paraná, que hoje é o Bamerindus. Foi quando morreu aquele menino que mataram no hotel, o Clodimar Pedrosa Lô⁷, quando passou o enterro nos estávamos lá sentado na praça. O povo fala que ele faz milagre, mas eu não acredito não, é que judiaram muito dele, os policiais achavam que ele tinha roubado. Aí o pai dele veio

⁷O especialista em História Miguel Fernando possui um livro dedicado ao caso Clodimar Pedrosa Lo, um jovem que trabalhava no Hotel Palace, tradicional hotel da cidade, tendo sido morto injustamente por um furto que não havia cometido. O caso causou grande comoção na cidade, sendo ainda hoje presente no relato das pessoas que viveram na época, e lembrado por historiadores que se interessam pelas histórias de Maringá “A história de Clodimar Pedrosa Lô é uma tragédia que faz parte do imaginário de Maringá. Seu túmulo é o mais visitado do Dia de Finados e o jovem, assassinado pela Polícia em 1968, conquistou o status de santo popular. (Jornal “O Diário do Norte do Paraná-02/10/10-Coluna D+)”

para se vingar e matou o gerente do hotel, o hotel ficava ali na avenida Brasil pertinho daquele banco da esquina na praça da Pernambucanas. Eu trabalhei 10 anos naquele banco, 5 anos com registro e 5 sem.” (Dona Cergídia)

Na fala de Dona Cergídia, fica subentendido que ela trabalhava “para fora” mesmo a contragosto do esposo, por isso talvez as contradições na fala, se esquivando de uma explicação concreta para não causar um constrangimento entre eles, já que seu José, mesmo contrariado, sempre participava das conversas.

O peso da instituição familiar nas narrativas de vida dessas pessoas, nos faz refletir sobre as mudanças que essa instituição vem sofrendo, acompanhando os processos de modernização e urbanização recentes. Pelo tom dos relatos, o fato da esposa trabalhar fora do ambiente doméstico era como uma afronta para o marido, que considerava que mulher deveria trabalhar em casa, enquanto o homem deveria ser o provedor do lar, tanto financeiramente, como em outros direcionamentos da família.

Em relação á ênfase na importância do grupo familiar, Dona Cergídia fala da árvore genealógica de sua família em contínua expansão com muito orgulho:

“Nós casamos no dia 1 de Fevereiro de 1930 em Barbalha no Ceará, casamos no civil às 15 hrs e no religioso e no religioso às 16. Tivemos 5 filhos, já todos casados, quem casou primeiro foi a Maria do Rosário, ela casou e depois de 7 anos se separou e casou de novo, tem 4 filhos. Depois casou a Francisca com o Luis e teve dois filhos, depois casou o Iris e tem 3 filhos, depois foi a Socorro que casou e também se separou.” (Dona Cergídia)

O casal teve ao todo cinco filhos: Iris, Lucélia, Socorro, Maria do Rosário e Francisco, sendo que os quatro primeiros nasceram no Ceará, tendo vindo para o Paraná quando tinha apenas 4 anos de idade, sendo portanto 2 homens e 3 mulheres. No período da mudança Dona Cergídia já estava grávida da segunda filha do casal- Socorro, tendo mais três filhos em terras paranaenses, atualmente quatro filhos moram em Maringá, e apenas um dos filhos- o caçula Francisco, mora em Marialva, cidade vizinha de Maringá localizada apenas à 20 km. Constituíram uma família extensa, já que os cinco filhos do casal tiveram filhos, e os netos do casal nordestino já começam a formar suas famílias. Dona Cergídia e Seu José, já possuem bisnetos, o que é motivo de grande orgulho para os dois, sempre narrando essa conjuntura familiar com um tom de voz que exprime sua sensação de ‘missão cumprida’:

“Depois das filhas tudo criada, até a caçula já casou, já tem 21 anos, a Talita, filha de Socorro, agora eles já tem até um filho- o

Tiago, que já vai fazer 3 meses. O Francisco casou e mora em Marialva, e também tem 2 filhas. “(D. Cergídia).

As questões relativas aos matrimônios, nascimentos de filhos, netos, a unidade familiar, eram sempre narrados com detalhes por Dona Cergídia Pontuando também, em tom professoral, que sempre dá dicas para a manutenção da união e bom convívio da família:

“Eu falo pra eles que a gente tem que saber viver, tem gente que qualquer coisinha já fica bravo, então a gente tem que ter paciência, porque a gente tendo paciência a gente vence, vence tudo né. Às vezes um está nervoso, o outro não pode ficar mais nervoso, porque daí briga né. Nossa, o amor é tudo pra mim, igual eu e o meu véio, nós estamos velhos, mas ele me chama de “minha bonequinha”(risos). Eu digo: “ah essa bonequinha tá velha”(risos). Mas a gente é assim, graças a Deus a gente tem carinho um pelo outro e nós vivemos bem graças a Deus, estamos fazendo 60 anos de casados.” (D. Cergídia)

Nossa informante ao falar da importância da família, tanto para ela quanto para seu José brinca ao falar dos familiares de Seu José que estão enterrados em Maringá:

“ É, minha sogra é sepultada aqui, o padrasto dele e tudo. Ele (Seu José) fala que nos temos que fazer uma economia para comprar um lugarzinho para nós morar quando nós morreremos, daí nos fomos lá no cemitério ele escolheu pertinho do túmulo da mãe dele, já tudo certinho, mas eu falei pra ele que não tinha pressa não de morar ali. (risos). Mas eu falei pra Lucélia, quando nos morreremos não deixa enterrar no mesmo dia, porque tem gente que acorda. Sabe que lá enterraram uma moça que tinha desmaiado por tomar remédio de emagrecer e depois tava virada no caixão, por isso eu digo pra me enterrar só no outro dia.” (Dona Cergídia)

Dona Cergídia, na maior parte das vezes narrava suas experiências de maneira leve e descontraída, sempre intercalando os capítulos de sua trajetória com casos que ouvira falar ou havia presenciado. Transmitindo na fala, nos gestos corporais e expressões faciais, muito bom humor e uma serenidade de quem aparentemente passa pela existência sem ser atingida por grandes aborrecimentos, dada a sua postura esportiva diante até dos problemas e imponderáveis da vida.

Voltando aos “motivos da vinda ao Paraná”, a informante aponta, como já exposto, que foi motivada apenas por relação tão próxima que prezavam pela família, já que fala da região que moravam como um lugar próspero. Ao detalhar idilicamente esse cenário, enfatiza que essa produtividade estava envolta da fazenda em que moravam, terra de propriedade de um novo personagem “Seu Cazé”, primo e sócio de

Seu José. A riqueza da terra e a fartura narrada realmente convencem o ouvinte, tendo em vista o discurso encantado e saudoso de um nordeste próspero e feliz, pormenorizando os detalhes e traços das paisagens e também das técnicas da “lida” com a terra que jorrava a produtividade tão aclamada. Contudo, apesar do tom honesto e emotivo do relato, questões ficaram em suspenso: como o que levou então a família optar pela saída do Ceará, uma vez que saíram de lugar que garantia a subsistência e que possuíam laços de sociabilidade consolidados? Somado a versão do filho totalmente contrária à fala da mãe.

Obviamente, não se pretende aqui duvidar da honestidade do relato ou da credibilidade dos informantes, mas sim problematizar o trabalho espontâneo inconsciente e racional da memória e seus desdobramentos na formulação dessas imagens, talvez idealizadas, omitidas, projetadas e editadas. Todavia, esse pressuposto ainda corrobora uma hipótese que provavelmente se tornará mais clara em outros encontros e entrevistas, antes de pretensão ousada de “tentar falar pelo informante”.

Entretanto, é preciso considerar que apesar da “pujança” e da estabilidade da vida no Ceará, o casal vivia nessa terra num sistema de parceria, onde Seu José trabalhava 3 dias na área em que ocupava com a sua família e o restante da semana na propriedade do primo, que era detentor das terras. Lançamos mão, desse modo, de um pressuposto que talvez a busca pela propriedade particular tenha sido um elemento motivador para a vinda ao Paraná. Embora essa intenção não seja explicitada claramente nos relatos, essa suposição surge como uma proposta de investigação na história de vida, fato que pode elucidar muitas questões sobre a região.

Essa dúvida se intensificou á medida que dona Cergídia narra as dificuldades da viagem e dos primeiros tempos no Paraná. A passagem abaixo aborda as várias motivações pessoais que impulsionam os movimentos dos migrantes:

Os motivos que impulsionam o migrante a sair da terra de antes em busca de novas formas de viver, são decorrentes de inúmeros fatores, tais como: questões econômicas-miséria, fome, desemprego, latifúndio, exploração nas relações de trabalho, de terra para a economia de subsistência, estratégia camponesa para preservação do sítio, implantação de atividade pecuária, questões ambientais-variações climáticas(enchentes e secas), esgotamento de solos, questões psicossociais, frustrações, desavença nas relações familiares, busca do imaginário urbano, vontade viver outras experiências etc. (BAPTISTA,1998, p.106).

Baptista elenca acima várias razões que mobilizam os migrantes para saírem de seus locais de origem. O caso de Seu José, provavelmente se encaixa nas relações da

terra, na qual trabalhava para um parente apenas como forma de subsistência. Embora não apareça no relato do casal a ambição ou o mero desejo de serem proprietários, a posse da terra devia ser algo projetado pela família, já que o regime de trabalho não era satisfatório para a família, que resolve nesse momento, mudar-se para o Paraná.

3.2 Lembranças da viagem ao Paraná- Quando os sertanejos viram “pés-vermelho”

Nossa entrevistada lembra que a viagem foi extremamente sofrida e cansativa, a família veio a bordo do convencional “*pau de arara*” (ônibus de construção rudimentar que cortava os sertões rumo á várias partes do Brasil), presente em várias histórias dos migrantes nordestinos. A viagem durou 10 dias de Barbalha á São Paulo, e mais 2 dias de São Paulo á Maringá (percurso feito de trem), somando um total de 13 dias de viagem, e um percurso de pouco mais 2.800 km. Tiveram que suportar as paradas para conserto do veículo em todas as cidades, dadas ás más condições do veículo e das estradas. Além do itinerário arbitrário e do embarque de várias famílias ao longo do extenso trecho, famílias que embarcavam com sua prole enfileirada portando os poucos pertences que detinham, relembra nossa entrevistada.

Esses grupos iam se dissolvendo e intercalando-se conforme a passagem nos estados. Dona Cergídia conta que muitos nordestinos desembarcaram em Minas Gerais, outros tantos em Brasília, que emergia sua construção. Segundo ela o ônibus esvaziou-se pela metade quando passou pela futura capital federativa que atraia milhares desses trabalhadores. Dona Cergídia conta com detalhes os itinerários dessa viagem:

“Nós saímos de lá dia de Novembro, pertinho de onde nos morávamos tinha uma cidade chamada Missão Velha, o ônibus começou a estragar naquela cidade, toda cidade que nós passamos o ônibus estragava. O ônibus tinha um arco de ferro, as cadeiras com um plástico duro. Aí tinha um povo que ficou em Minas Gerais, e outros em Brasília, porque Brasília tava construindo, aí ia deixando um pouco em cada canto. Daí foi nesse tempo que tinha aquela doença asiática, que a pessoa vomitava sangue, e veio um rapaz no ônibus, sorte que ele tava lá no fundo do ônibus. Naquele tempo morreu muita gente com essa febre asiática. Naquela noite nós chegamos em São Paulo, lá vem Zé com aqueles prato de comida, ninguém comeu porque todo mundo tava enjoado da viagem, 13 dias de viagem. Aí o Zé comprou uma cadeira para os

dois filhos menor, os outros vinham no colo. De São Paulo pra cá nos viemos de trem.” (Dona Cergídia)

Chama a atenção nessa cena o relato do que Dona Cergídia chama de “Febre Asiática”, que na verdade foi uma epidemia de gripe que se alastrou na época, matando 2 milhões de pessoas no mundo. Conhecida popularmente como “Gripe Asiática”, essa pandemia ocorreu entre os anos de 1957/1958 (Revista Super Interessante, 2011), justamente o ano em que estavam se deslocando para o Paraná. Reaparece também a saga de vários migrantes nordestinos para várias regiões do país, sujeitos que se pulverizaram Brasil á fora. Motivados principalmente pelas demandas econômicas da época, derivados pelo crescimento e expansão de um Brasil que se urbanizava e se industrializava rapidamente.

O relato sobre o itinerário da viagem é pontuado também pelo filho mais velho do casal, ressaltando as dificuldades desse deslocamento:

Foi 13 dias de viagem, por que o ônibus também estragava, enguiçava, o ônibus era muito antigo. Uns ficaram no meio do caminho, até chegar aqui na região. Maringá, Marialva, a cidade nova aqui, pra Terra Boa também, muita gente vinha pra plantar café e colher. (Iris- filho casal).

O filho do casal lembra-se dessa passagem, mesmo tendo apenas 4 anos de idade na época, rememorando o grande número de pessoas que vinham trabalhar na cultura do café na época, em constante e acelerada expansão.

3.3 A chegada- A Maringá da poeira vermelha

Ao discorrer sobre a chegada em Maringá, uma lembrança enfática aterroriza a memória de dona Cergídia- a poeira vermelha:

“Era uma poeira vermelha, essa rua aqui era um buraco, o povo amarrava os burros aqui para comer capim, chovia e vinha aquela enxurrada.”

Registra uma cidade se construindo com uma poeira colorada constante no ar, que lhe casou um impacto inicial negativo, narrando os primeiros anos da cidade como um local “atrasado, sujo e empoeirado”. Contrapondo e achando curiosa essa coloração da terra, quando comparada ao “chão batido e preto” nordestino, ou então pela “areia branca” derramada sobre o solo de muitas cidades da região nordeste.

Outra característica marcante da personalidade de Dona Cergídia, é a capacidade de observação e percepção sobre o mundo a sua volta. Ao chegar a Maringá, já observa um dois maiores traços físicos desse lugar, que é justamente a “terra vermelha”, a terra basáltica classificada pela geologia como um solo fértil, de origem vulcânica, encontrado em poucos lugares nos mundo. Sendo talvez esse o motivo da admiração imediata da nordestina que pisava pela primeira vez em terras paranaenses, impactada pelo choque cultural, deflagrada na impressão de quem inconsciente compara as diferenças regionais do Brasil, tão opostas geográfica e culturalmente, mas ainda sim, pertencentes ao mesmo país.

3.4 Os primeiros prefeitos como “coronéis”

Ao chegarem ao local, seu José trabalhou com os mais variados tipos de serviços, com ocupações temporárias, até conseguir um emprego na Prefeitura de Maringá, ofício que desempenhava com múltiplas funções como carpintaria, jardinagem, consertos, entre outros serviços gerais. Apesar do cargo público, a ocupação não representava prestígio ou estabilidade, uma vez que além do serviço penoso, cotavam com os atrasos no pagamento, isso quando o provento não era abatido coercitivamente em compras nas mercearias da cidade em determinada época. Dona Cergídia, relata como um tempo difícil, a época do mandato do então prefeito Américo Dias (Gestão 1957 – 1960), que não pagava os funcionários em dia alegando que a prefeitura “não possuía dinheiro”. Dando como opção aos trabalhadores o saldo dos seus salários em produtos alimentícios na mercearia conveniada à prefeitura, essa era a forma que o poder público mantinha a subsistência de muitos de seus recém-chegados pioneiros. Dona Cergidia diz que se viu obrigada a ir pedir uma ajuda na casa do então prefeito, narra emocionada essa época:

“Aquele tempo eu fui na casa do Américo Dias, nós pegava coisa lá nas freira do Maringá Velho. Ai a pessoas faziam ficha pra pegar o que comer lá em uma igreja. Ai eles visitavam as casas, não tinha leite. Ai que eu resolvi ir na casa do Américo, cheguei lá dizia que não tinha arroz, a prefeitura dava um vale pra gente pegar, mas não tinha arroz, o macarrão era azedo. Ai eu pedi leite e arroz na casa de Américo Dias, ai a moça me deu um pouco de arroz. Mas graças e Deus que hoje melhorou, hoje a gente tem pra dar”. (Dona Cergídia)

Esse período é narrado de maneira tensa pela informante, configurando a imagem de um prefeito com um perfil político despótico e centralizador, dotados de ações autoritárias, agindo com um verdadeiro “coronel” na cidade. Curiosamente a família sai de uma região do nordeste que lhes garantiam ao menos o suprimento de necessidades básicas e quando chega ao Sul do país, região tida rica e próspera, passam por agruras no início da cidade de Maringá, como abordaremos mais adiante.

O historiador que nos auxiliou nessa pesquisa, João Laércio Lopes comenta que a não participação nordestina, ou a presença tímida nos registros locais, se dá pelo tipo de trabalho desempenhado por esses migrantes na época da criação da cidade, já que eram reservados para esses sujeitos os serviços braçais mais árduos. Conta, que os trabalhadores oriundos de regiões secas do nordeste eram convocados nas primeiras atividades de perfurações de poços artesianos, já que a experiência dessas pessoas nas adversidades das secas os davam habilidades e uma aprimorada percepção para encontrar as “lâminas d’água” que encontravam-se submersas na cidade, principalmente nas regiões do parque do ingá inicialmente. Nota-se a importância concreta desses trabalhadores no desenvolvimento de serviços primários e vitais para o desenvolvimento da cidade de Maringá, que seguindo a lógica contraditória do capital desvaloriza a prestação dos serviços braçais e manuais, que também exercem uma função fundamental na divisão social do trabalho.

As informações do historiador e de Seu José se confirmam, quando nosso informante relata as condições de trabalho na prefeitura da cidade:

*“Olha, eu varria rua, trabalhava no caminhão de lixo, na cidade inteira. Eu trabalhei naqueles caminhão de lixo caçamba, quebrei meus dentes tudinho, emprego ruim era meu, salário ruim era meu.”
(Seu José)*

A ocupação de Seu José como funcionário público no setor de serviços gerais, revela uma ação mais ampla da participação dos nordestinos na cidade. Já que os nordestinos não apenas “abriam” poços artesianos, ou trabalhavam nas fazendas de café. Mas há de se considerar um ponto em comum no exercício das profissões desses migrantes, as condições sub-humanas da execução de todas essas funções catalogadas pelas pesquisas.

É provável que as condições precárias de trabalho de Seu José se expliquem também pela questão de classe, e não necessariamente por ser nordestino, mas conclui-se que esses tipos de serviços eram realizados por pessoas pobres e “desqualificadas”

pelo poder público, incluindo os nordestinos. É interessante vermos a confirmação do relato vivo com a narrativa histórica de que os nordestinos de Maringá, chegados na época da colonização da cidade, em grande parte das vezes, trabalhavam em serviços sub-humanos, o que provavelmente colaborou com a partida de muitos, e com a invisibilidade histórica desses sujeitos, já que a história é feita na maioria das vezes por “grandes personagens”.

“As coisas só melhoraram”- como desabafa Dona Cergídia, quando o prefeito João Paulino Vieira Filho (Gestão 1961 – 1964), assumiu o cargo do executivo municipal, quitando todas as dívidas atrasadas com os funcionários de maneira retroativa. Nesse momento a situação da família começa a melhorar, sendo possível a aquisição do primeiro terreno e a construção da primeira casa, ou “o primeiro rancho” como intitularam- localizado na Vila Operária.

O que chama a atenção nessa passagem, é que, pelos relatos do casal a família se deslocara do nordeste basicamente pelas questões relacionadas ao mundo do trabalho, já que a o sistema de parceria e subsistência no interior do Ceará embora garantisse necessidades básicas, não satisfazia subjetivamente a família, e talvez até materialmente a escassez fosse um fator de incomodo, embora isso não tenha sido relatado especificamente. Entretanto, o fato é que Seu José e Dona Cergídia cortam o Brasil e vieram para o Paraná com desejos de melhoria nas condições de vida, formas mais dignas de trabalho e paradoxalmente encontraram situações até mais adversas no sul “industrializado e pujante”, como relatam acima.

O trabalho tem um peso simbólico e objetivo muito importante para o migrante nesses processos, como reflete Baptista:

O migrante necessita do trabalho para firmar-se no urbano e garantir sua sobrevivência e reprodução. Sem o vínculo formal com o trabalho e o recebimento de salário não consegue viver com dignidade e nem adquire um espaço de cidadania na sociedade, pois é descredenciado para ser reconhecido, sendo visto discriminatoriamente. (BAPTISTA, 1998, p.149)

Falar na cidadania do migrante é resgatar uma questão importante, essencial para ser ressaltada nos trabalhos sobre os processos migratórios. Já que esses sujeitos recém-chegados ao espaço urbano, na grande parte das vezes possuem pouca escolaridade e uma dimensão limitada dos seus direitos de cidadania. O fato de seu José trabalhar e receber como proventos apenas a alimentação básica e ainda insuficiente, sobre a alegação suspeita da prefeitura de uma cidade em expansão “não

ter dinheiro para pagar”, denota a desvalorização e a desqualificação que esses agentes eram vitimados desde o início da cidade. Nosso informante não demonstra muita contrariedade ao lembrar-se da falta de pagamentos por parte da prefeitura, demonstrando ter legitimado e aceitado a alegação de que a prefeitura não possuía renda para o provento de seus funcionários:

“A prefeitura não tinha dinheiro, naquela época não dava muita renda não. Hoje em dia a prefeitura recolhe muito dinheiro.” (Seu José)

Observa-se que a formalização no mundo do trabalho, o emprego no funcionalismo público estável, não garantiu condições básicas de subsistência para a família. Denotando ao processo de violência no qual eram submetidos os migrantes e seus dependentes. Baptista comenta a seguir o processo de proletarização e expropriação que o migrante sofre:

A vida do trabalho do migrante é a expressão da violência que sofre no centro urbano. O migrante passa de camponês a proletário. Percebe-se que a migração leva à transformação dessas redes de relações que tornava para si o espaço significativo, essas mudanças radicais no modo de vida em relação ao trabalho vão refletir na identidade. A migração significa a quebra de vínculos, sejam eles familiares, grupais, culturais, sociais e econômicos. Todavia a migração se impõe para o migrante como uma alternativa viável diante das dificuldades que enfrenta. (BAPTISTA, 1998, p.155).

Essa constatação nos coloca diante de um paradoxo da inoperância e abuso do poder público municipal nessa época, já que o Estado, justamente o órgão responsável pela garantia dos direitos básicos de cidadania desses sujeitos, acaba usando um mecanismo para explorar a força de trabalho desses migrantes, aproveitando-se da “incapacidade” desses trabalhadores de visualizarem e reivindicarem seus direitos básicos de cidadania.

Segundo a análise de Bezerra Menezes Baptista, a migração em muitos casos, representa uma violência do ponto de vista simbólico, se materializando na quebra de vínculos culturais, aliadas também à “proletarização” precarizada, que o migrante é vitimado. No caso de Seu José e Dona Cergídia, visualizamos nitidamente essa constatação, principalmente no que diz respeito às relações de trabalho sub-humanas que encontram na cidade. Seu José tendo que trabalhar numa ocupação pública, como auxiliar de serviços gerais, ofício que não lhe garantia segurança, evidenciado quando narra que tiveram todos os dentes quebrados no caminhão de coleta de resíduos, além

de não ter também garantida a remuneração, a gratificação que asseguraria a sua sobrevivência e de seus dependentes.

Nesse momento que muitos migrantes frustram-se com a saída de suas terras natais, havendo atualmente um movimento significativo de retorno desses sujeitos para seus lugares de origem. A citação a seguir denota o sentimento de frustração que muitos migrantes nordestinos experienciam quando se deparam com o acirrado mundo de trabalho nas regiões sul/sudeste:

Alguns migrantes constatam que a migração é uma ilusão. A ilusão de que havia emprego para todos, riqueza fácil, que poderiam ganhar muito dinheiro para ajudar os parentes e até comprar uma terra. A ilusão, o imaginário, o subjetivo, o desejo são fundamentais para entender e explicar a trajetória dos migrantes. O homem necessita subjetivamente de ter uma ilusão, uma utopia. A apropriação do migrante do seu desejo do seu desejo acha-se suspensa na tradição, entre a ação prática e o imaginário. (BAPTISTA, 1998, p.51)

Quando debatemos os motivos que trouxeram Seu José e Dona Cergidia, devemos obviamente atentar para as razões práticas, mas também não devemos desprezar os significados simbólicos e subjetivos que envolvem os processos migratórios, já que a esperança e a busca por “viver bem”, tem seus mais variados sentidos, tanto concretos quanto psicoafetivos.

3.5 Lembranças da Vila Operária e a construção do “rancho”

Vila operária, fazenda, usina, bairro proletário, núcleo urbano, núcleo residencial, núcleo fabril, cidade operária, cidade - companhia, cidade – empresa e cidade – nova são algumas das designações que essas aglomerações têm recebido entre nós dependendo de suas características quanto ao tamanho, à forma, à localização e à condição político-administrativo, do tipo de atividade à qual estão ligadas e do momento histórico em que surgem. (CORREIA, 2001, p.1).

O primeiro lugar que o casal residiu ao chegarem a Maringá se localizava em uma casa simples na Vila Operária, um bairro que confunde sua história com a cidade de Maringá, já que a sua fundação teve um importância vital no planejamento urbano da cidade, como veremos adiante.

Lembranças do desenvolvimento das primeiras ruas na Vila Operária são relatos constantes na fala dos migrantes, o bairro guarda expressões históricas significativas da história da cidade. Cabe então um olhar mais atento a esse local, que nos serve de recorte sócio espacial no presente trabalho, a começar pela sua definição técnica:

A Vila Operária, ou Zona 03 (designação preferida por alguns), está situada na banda oriental de Maringá, quer dizer, localiza-se à direita da área central, na assim chamada Zona sul. Sua dimensão total é de 70 alqueires (1.683.000,00 m), divididos em 70 quadras de tamanhos diferentes, retalhadas em 1.434 datas, sem contar o espaço destinado às indústrias, atrás da Avenida Mauá, influenciando de maneira decisiva no perfil da vila. Integram o bairro 05 avenidas, 15 ruas e 05 praças. (PREFEITURA MUNICIPAL DE MARINGÁ, 2002, p.21)

Como podemos observar, o bairro construído numa região central possui dimensões espaciais vantajosas, projetadas para receber o intenso número de trabalhadores que iriam edificar a cidade, como demonstra a caracterização seguinte, mais voltada aos aspectos sociais e as especificidades das camadas que ocupariam o local:

A Vila Operária integra, juntamente com outros sete bairros, aquilo que se convencionou nominar de plano urbanístico primordial de Maringá (a famosa planta desenhada por Jorge de Macedo Vieira em resposta à encomenda da Companhia Melhoramentos Norte do Paraná), e por essa razão suas funções cidadinas foram estabelecidas

antes mesmo de alguém ir morar lá. Segundo o planejamento, o bairro deveria ser um misto de área residencial, comercial e industrial, prevalecendo o primeiro caso, justamente para garantir a moradia aos trabalhadores das empresas fixadas nas imediações. Essa preocupação, demonstrada pelos diretores da CMNP, traduziu-se nos preços baixos dos lotes, se comparados aos da Zona 1, Zona 2 e outros. A diferença entre os valores cobrados pelos terrenos contribuiu para a caracterização do tipo social ocupante no bairro, um segmento despojado de riquezas materiais, que terá na sua força de trabalho o único bem a ser negociado. Todos os aspectos de sua vida serão pontuados pela pobreza e simplicidade, desde a moradia até a roupa e a alimentação. (PREFEITURA MUNICIPAL DE MARINGÁ 2002, p.23)

As “Vilas Operárias” surgiram como alternativas de moradia as pessoas de menor poder aquisitivo na expansão do espaço urbano no Brasil. A pesquisadora Telma de Barros Correa, em seu trabalho *“De Vila Operária a Cidade-Companhia: As Aglomerações criadas por empresas”* (2001), faz um estudo sobre a emergência desses bairros no país, como ilustra a passagem:

Originalmente usado no Brasil para nomear um grupo de moradias destinadas a operários de um mesmo empreendimento fabril, o termo “vila operária” logo seria estendido para designar grupos de casas modestas semelhantes produzidas por outros agentes. Sob a denominação “vila operária”, eram reunidas no país, até os anos trinta, as experiências mais diversas: conjuntos construídos por empresas imobiliárias para aluguel ou venda a proletários urbanos, por empresas ferroviárias para seus funcionários, por indústrias, minas, frigoríficos e usinas para seus operários, técnicos e administradores, e pelo Estado.

Posteriormente, o termo “conjunto habitacional” se difunde, tanto em referência às moradias em blocos de apartamento, quanto às casas unifamiliares. Nas primeiras décadas do século XX, as “vilas operárias” surgiam como modelo privilegiado de reforma da habitação do pobre urbano, a qual era apontada como um dos problemas centrais da cidade. As “vilas operárias” definiam-se como um padrão de moradia popular oposto à favela, ao mocambo e ao cortiço, supondo ordem, higiene e decência. O termo sugeria casas salubres e dotadas de ordem espacial interna, que se distinguia da falta de higiene, de espaço e de conforto atribuída às casas dos pobres urbanos. Também sugeria casas de famílias de trabalhadores estáveis, em oposição às misturas entre estes últimos e os indivíduos afastados dos empregos regulares (autônomos, vadios, prostitutas etc.), favorecidas pelas formas de moradia e relações de vizinhança nas habitações coletivas e em moradias precárias. A difusão do termo “vila operária” para designar tais grupos de casas, à medida que ele é estendido dos empreendimentos fabris para aqueles realizados por empreendedores imobiliários e pelo Estado, revela a grande aceitação do modelo pelas elites.

(CORREIA, 2001, p.84)

Nota-se que esse modelo urbano voltado para grupos específicos foi ao encontro dos objetivos da Companhia Melhoramentos Norte do Paraná (CMNP), já que aglutinar proletários com renda fixa e emprego estável, representou uma

alternativa viável economicamente para o capital imobiliário, além de estabelecer um controle do espaço que fosse favorável ao planejamento urbano pretendido pela empresa.

Essa racionalização da distribuição espacial por classes e suas ocupações na dinâmica produtiva local ascendente, beneficiou a aquisição dos lotes para os recém-chegados trabalhadores. Esse último dado evidencia e remete à fala dos meus informantes, ao relatarem que a compra do primeiro lote foi “facilitada” pela companhia, tendo parcelado lotes com mensalidades amigáveis, com preços simbólicos e irrisórios, pois nutriam interesses na instalação desses trabalhadores no novo empreendimento. Prova desse benefício é que seu José parcelou e quitou em apenas dois anos o lote, mesmo tendo como remuneração apenas um salário mínimo que a prefeitura pagava na época. Dona Cergídia nos fala das facilidades de aquisição de terrenos nesse trecho:

“Olha, ele pagou 8 conto de entrada, e ficou de pagar o resto em dois anos. Foi barato né, no outro ano quitou tudo. Era baratinho, se fosse hoje não dava, uma casa como a nossa hoje está custando 200 mil. Tinha um corretor que queria comprar a nossa casa para construir prédio e a gente tinha um terreno do lado, ele queria pagar 200 mil em cada um. Ai nós não quisemos, e 200 mil hein, onde agente acha esse dinheiro hoje?” (Dona Cergídia)

A fala da informante revela que houve uma total clareza da família quanto o processo imobiliário que estava submetido. Mesmo tendo adquirido lotes a valores irrisórios, tinham a consciência de que aquele tinha sido um momento estratégico e impar na cidade, mesmo após a valorização do terreno e do bairro, não houve o interesse da família em se deslocar do lugar, que haviam constituído parte de suas história e de seus familiares.

Assim o casal narra que o primeiro lote em que habitaram foi defronte ao tradicional Colégio João XXIII:

“O Zé já tinha trabalhado na prefeitura. Ai o irmão dele comprou uma casa em frente ao João XXIII, hoje derrubaram essa casa, tá vazia a data. A data tinha uma casinha de 3 cômodos na frente e no fundo era para gente. Ai nos ficamos morando naquela casa. Até que meu cunhado comprou uma casa na rua Itapura, Vila Operária. Mais aí resolvemos separar porque os meninos começaram a crescer e brigavam muito. Foi aí que o Zé comprou essa casa da companhia (Melhoramentos Norte do Paraná) e construímos o ranchinho,

mandou cavar o poço, aí nos moramos no ranchinho um ano, aí o Zé fez a casa.” (Dona Cergídia)

A senhora nos conta que morou a princípio com o cunhado, posteriormente com a sogra e padraсто de Seu José para depois conseguirem adquirir o terreno próprio. Entretanto, é importante que se diga que nem todas as regiões da cidade eram acessíveis aos recém-chegados migrantes. Relatam que a área “nobre” da cidade se localizava onde atualmente é a Zona 6, conhecido popularmente na atualidade como “Maringá Velho”. Nos dias atuais ironicamente, a Vila Operária acabou tornando-se vizinha do Centro, Zonas 1 e 2, área mais nobres da cidade, enquanto o Maringá Velho, que foi onde a cidade começou passou por uma certa desvalorização.

Na Vila Operária era o extremo das áreas nobres da cidade, tanto geograficamente quanto socialmente. O local era visto como um bairro desvalorizado e marginalizado segundo a memória dos informantes. Dona Cergídia conta que existia até a lenda de que *“o homem que era bom pra mulher, quando chegava ali ficava ruim”*. Essa é uma das muitas crenças populares da época, que a senhora não soube nos informar a procedência. Dona Cergídia comenta sobre bairro como uma área marginalizada quando é questionada se era uma das “lavadeiras do parque do Ingá”, já que muitas mulheres lavavam suas roupas no lago onde hoje existe o Parque do Ingá:

“Ia bastante gente lava roupa ali, mas a gente não ia porque nos tinha medo, aí falaram que um dia acharam os ossos de uma pessoa que tinham matado lá. Aí eu lavava roupa no poço, e pegava roupa dos outros pra lava em casa porque o meu Zé não deixava eu trabalhar pra fora. Lavava eu e a Sunta, minha vizinha.” (Dona Cergídia).

O filho do casal, Iris, também aponta que o bairro tinha muitos pontos de boemia nessa época, por conta de bares, casas de prostituição e jogos:

“É rapaz, lá saia briga direto, naqueles barzinho lá, o povo só ali jogando, bebendo. Saia briga de faca ali, mataram muita gente ali.” (Iris, filho mais velho casal.)

Constata-se que mesmo o planejamento das Vilas Operárias como prescreve Correia (2001) tenham tido como propósito a “higienização” e controle social dessa camada da população, ainda havia condições conflituosas e ameaças a população trabalhadora, ao menos nessa “vila operária”. Contudo, esses “perigos” e estereótipos

nunca representaram problemas para o casal, muito pelo contrário, nossa informante conta que uma das maiores realizações de sua vida foi a construção do primeiro “rancho”, que tinha esse nome já que consistia numa casa de madeira e de apenas dois cômodos, construída rudimentarmente. O ‘rancho’ serviu de moradia provisória até que fosse construída uma casa mais ampla para uma moradia definitiva na parte de frente do lote.

Os “ranchinhos” do início da cidade de Maringá são lembrados várias vezes por Dona Cergídia:

“Foi aí que o Zé comprou esse terreno da companhia (Melhoramentos Norte do Paraná) e construimos o ranchinho, mandou cavar o poço, aí nos moramos no ranchinho um ano, aí o Zé fez a casa. Ele pegava troncos da Laguna pra baixo, era só mato. Ele chegava do serviço, e ia tirar madeira, aí ele tirava madeira e fez o rancho, ele fez tudo em volta, dava uns dois desse (apontando a medida da varanda), dava um quarto e uma cozinha. Nós moramos um ano, aí foi o tempo que João Paulino entrou de prefeito, aí pagou os atrasados que Américo Dias não pagava, aí o Zé começou a construir a casa. Vixi, ali para baixo do cemitério tinha uma favelas, aí aquela favela tinha umas casinha ruim, e dentro do cemitério o povo pegava coisa para comer, melância, abóbora, o povo plantava as coisas e comia ali. Daí tirou a favelinha dali, e colocou no cidade alta, ali pra baixo, no Santa Felicidade.” Dona Cergídia.

Dona Cergídia conta com detalhes a construção desses ranchos, além de narrar a transposição do que chamou de “favelinhas” que começaram a formar-se na região abaixo do cemitério central da cidade. É interessante que até os dias atuais esse bairro citado- Santa Felicidade- apresenta problemas estruturais graves, decorrentes desse processo de segregação estabelecido já nos anos iniciais da cidade, uma vez que manter construções precárias e pessoas de baixo poder aquisitivo numa região central da cidade representava prejuízo à cidade que antes de ser gestada, já era planejada como rica e moderna.



Figura – Primeiros ranchos de Maringá

Fonte: Acervo Maringá Histórica- Bce



Figura – Primeiros ranchos de Maringá

Fonte: Acervo Maringá Histórica- Bce

As fotos demonstram que as moradias intituladas de “ranchos” tinham esse nome porque o cenário, de fato, ainda era bem semelhante ao ambiente rural. Percebe-se que não há densidade demográfica, construções, ou ao menos vizinhos próximos. O historiador João Laércio Leal Lopes aponta que Maringá na época dos ranchos, tinha menos de 100 mil habitantes, sendo que 70 mil moravam na área rural, com a abrupta explosão demográfica e imobiliária das décadas de 60 e 70 esse cenário se transforma radicalmente (Leal, 2002). Essas imagens destoam muito da adensada cidade de Maringá, que cresceu aceleradamente.

A foto abaixo demonstra os contornos da Vila Operária nos dias atuais:



Figura – Imagem Parque do Ingá- Contornos Vila Operária

Fonte- “O Diário do Norte do Paraná”- Coluna/Blogs/Blog do Edson Lima- Postado em 25/09/2009)

A imagem da foto retrata ao centro o Parque do Ingá, área ambiental e de recreação que concentra uma mata nativa e uma lagoa na região central da cidade. O local foi decretado segundo a Lei Orgânica do Município em 1991, como uma área de preservação ambiental permanente (Site Maringá.COM/Pontos Turísticos). Boa parte da extremidade esquerda a oeste ao sul da imagem corresponde a Vila Operária. A casa de Dona Cergídia e Seu José ainda permanece no mesmo local, aproximadamente há três quadras do local. É interessante pensarmos a evolução e a velocidade do processo de urbanização em Maringá quando comparamos os “ranchinhos” relatados por nossos informantes e ilustrados nas imagens com o cenário moderno atual da cidade, repleta de prédios, arborização abundante e largas vias de acesso.

Dona Cergídia rememora o domicílio simples e temporário de maneira muito singela e saudosista. Exprimindo o brilho nos olhos de um abrigo que foi construído com ‘*as próprias mãos do meu Zé*’, que extraia laboriosa e pacientemente a madeira das árvores nas margens do lago do Parque do Ingá, se entrecruzando com a história da cidade. João Laércio comenta a rápida expansão da cidade e a engenhosa fabricação dos ranchinhos da época:

A expansão urbana de Maringá é muito ligeira. Mas, quando ainda a cidade era uma grande sítio, as primeiras casas, chamadas de

ranchinhos, eram feitas de tronco de palmito, que era cultivado na cidade naquela época e que servia para a construção e para a alimentação” (LEAL, 2002, p.15)

A conceituação dos chamados “ranchos” pode nos indicar mais uma evidência da tentativa desses migrantes de uma tentativa de resgate e ou manutenção de uma vida rural e um desejo pela busca da propriedade. Aqui bibliografia e depoimentos coincidem harmonicamente, historiadores confirmam que esse tipo de moradia reinou em Maringá das de 1940 a 1960.

3.6 Vila Operária: de bairro proletário para um lócus “burguês”

Com a explosão imobiliária na década de 70 relatada acima, Maringá sofre uma expansão demográfica acentuada, saltando de 168 mil para 240 mil pessoas em apenas uma década. Nesse momento de crescimento populacional que surge “*boom imobiliário*” presente na cidade. Há nesse período uma tentativa de “expulsão” de antigos moradores, prática que se desdobra pela execução de várias obras de “melhorias” do bairro pela prefeitura, elevando automaticamente o valor dos impostos e dos imóveis. Muitos dos primeiros moradores e pioneiros foram pressionados a mudar para outras regiões. Alguns foram para a região do Jardim Alvorada e adjacências, outros para a cidade vizinha de Sarandi, que foi planejada pela companhia- CMNP- exatamente para a ocupação da classe trabalhadora de extratos sociais mais baixos. O êxito das ações e dos planejamentos da companhia deflagraram o perfil expansionista e segregador desse empreendimento.

A distribuição domiciliar dos parentes de Seu José e Dona Cergídia é representativa desses dados, uma vez que seus três filhos residem em bairros afastados de regiões centrais, como o Jardim Oásis aproximadamente a 7 km do centro da cidade, e no município Marialva, 25 km do centro de Maringá. Eles são, portanto, exemplos desse “afastamento geracional” dos núcleos centrais da cidade. O casal é exemplar de uma parcela de antigos moradores da Vila Operária que resistiram as investidas do capital imobiliário ascendente.

Pensar o bairro e a cidade nessa época trazendo para os dias atuais, nos permite um interessante exercício reflexivo sobre a segregação sócio-espacial, deflagrada na gênese da cidade que se perpetua até os dias atuais. Sendo observáveis também nesses processos de mudança na dinâmica imobiliária que acompanhou o crescimento da

cidade. Tais fatos comprovam-se pelo fato do bairro enfocado atualmente estar conjugado a região central, próximos de importantes pontos de referência do município, como o Parque do Ingá e a Catedral Nossa Senhora da Glória, ponto turístico na cidade, denota a valorização que o bairro antes proletário obteve nos seus desdobramentos urbanísticos.

3.7 Caminhos “largos e estreitos”: a força da instituição religiosa

Outra questão importante observada nas falas é a intensidade e a recorrência dos discursos religiosos, presente em quase todas as histórias narradas. Dona Cergídia, com seu tom sereno de voz, narra até as maiores dificuldades com uma postura tranquila mesmo quando fala dos imponderáveis da vida. Remetendo sempre ao discurso: *“mas Deus é que dirige tudo”*, *“mas é por que era pra ser assim”*, sempre delegando ao destino e as vontades divinas todas as situações e fatos que ocorreram com sua família desde a vinda do Nordeste.

A evidência dessa forte relação do casal com as questões religiosas já é sugestiva pelo nome de uma das filhas- Maria do Rosário, escolha do nome de cunho religioso que é permeado de sentido para a família de dedicada devoção religiosa. Relatou que foi por muito tempo católica, lembra das várias festas juninas e quermesses que participavam, eventos festivos, dotados de significados muitos particulares para o catolicismo. Conta ainda, que tinha tanto padrinhos de batismo na igreja, quanto “padrinhos de São João”, que eram batizados na beira das fogueiras dessas festas e declara que nutriam muito respeito a esses rituais, tendo um respeito paternal também por esse tipo de apadrinhamento:

“Nas missões o padre benzia, as muié levavam fósforo, vela, eu não levava não. A gente ia na missa, eu tinha padrinho de São João, madrinha, minha madrinha preta, e a gente respeitava como se fosse mesmo.” (Dona Cergídia)

O fato do mês de junho representar um tempo de fartura e de festa está ligado ao ciclo agrícola (Baptista, 1998). Esses rituais festivos narrados por Dona Cergídia, além do caráter lúdico da festa em si, carrega um enorme conteúdo simbólico para os

nordestinos, já que estabelecem relações com várias outras práticas sociais de sua vivência⁸.

Dona Cergídia conta que ao chegar a Maringá tentou acompanhar algumas festas desse gênero, entretanto Seu José nunca teve o hábito de sair, tendo hábitos caseiros por uma questão de escolha e valores pessoais. Diz que conseguiu “arrastar” o marido a contragosto em uma apresentação do filme do comediante Mazaroppi, no lendário e já extinto cinema da cidade, o Cine Horizonte. No momento da transcrição desse relato Seu José interrompe com um tom professoral para falar que não se arrepende de ter levado uma vida reclusa, afinal “*esse era o caminho largo da vida, e ele tinha escolhido o caminho estreito*”. Remetendo a interpretação de que o caminho “largo”, provavelmente era escolha pelas múltiplas possibilidades que o mundo oferece, optando pelo caminho “estreito” que seria a disciplina aos ensinamentos religiosos, a estabilidade de uma vida centrada na família, no trabalho e na religião. A esposa reclama da postura do marido em determinado momento da conversa:

Eu não sei, o Zé nunca gostou de sair de casa. Às vezes eu chamava para assistir o filme do Mazarropi no Cine Horizonte, porque aquele tempo eu não era crente né?! Ele dizia que não ia, mas depois ele ia, depois ficava falando que ia na marra. Ele (Seu José) nunca gostou de nada, ainda hoje é só em casa. Quando chamam pra ir em algum canto ele pergunta se tem bagunça. (Dona Cergídia)

É bem claro na fala de Dona Cergídia que o mundo exterior de suas vidas pessoais é dividido entre o “sagrado” e o “profano”, entre o que é “secular” e “mundano”. Comenta que havia ido ao cinema, mas que ainda não era convertida ao protestantismo. O fato da conversão aparece como um divisor de águas para nordestina que frequentava as festas de São João e tinha apadrinhados de diversas formas na tradição católica.

Aí notamos a força que as religiões neopentecostais possuem na região sul/sudeste, aparecendo como um fenômeno que substitui subjetivamente muitos dos elementos da tradição católica e dos conteúdos simbólicos que a senhora trouxe da região nordeste, como ela cita quando comenta sua conversão:

⁸ A clássica música “Asa Branca” de Luiz Gonzaga, que se tornou uma espécie de “hino do Nordeste”, retrata os sofrimentos da vida no sertão, na letra o autor reflete sobre a condição dos nordestinos, justamente em uma Festa de São João, em que deveriam estar comemorando o sucesso da colheita: “*Quando olhei a terra ardendo com a fogueira de São João eu perguntei a Deus do céu, ai, por que tamanha judiação. Eu perguntei a Deus do céu, ai. Por que tamanha judiação. Que braseiro, que fornalha. Nem um pé de plantação, por falta d’água perdi meu gado, morreu de sede meu alazão*”

“Me converti á Presbiteriana Renovada, mas no começo ia na Cristo Jesus, veio um pastor de São Paulo, nos ia tudo lá na Francisco Glicério, até hoje a igreja é lá, o pastor hoje é Pedro Paulo. Aí eu batizei em Dezembro, dia 29, do ano de 1969. Aí ele (Seu José) nunca me empatou de eu ir na minha igreja e eu também não.” (Dona Cergídia)

Apesar do comentário sobre o respeito que Seu José tinha pela religião da esposa, ele a interpela no momento dessa fala:

“Mas como eu vou empatar se não entendo nada de crente!” (Seu José)

Nesse comentário é perceptível certa tensão entre a diferença de culto do casal, já que a frase *“não entendo nada de crente”*, remeteu a ausência de sentido que Seu José via na doutrina evangélica, sendo retrucado em seguida por Dona Cergídia:

“Mas era bom que entendesse, porque a gente acha que tá bem certo... Mas tá bom, na igreja católica tem o evangelho e tudo. Mas o padre é responsável por muita coisa que não explica para pessoas, que eu acho errado. E ele vai ser responsável quando Jesus chamar, mas nos evangélicos também tem muita gente que não é evangélico nada, em toda igreja tem isso né. Mas tá bom...Ele vai na missa e eu vou no culto.” (Dona Cergídia)

Após o início de uma leve tensão sobre a diferença religiosa, Dona Cergidia defende seu ponto de vista, mas logo em seguida contemporiza e ameniza um possível conflito de ideias. Cabe uma consideração sobre a postura de Seu José nesse segundo encontro. Embora permanecesse quieto e por vezes disperso, tinha agora uma conduta menos desconfiada com a minha presença. Colaborando eventualmente com alguns relatos, mas ainda apenas os complementando, acompanhando os fatos narrados pela esposa. Como pesquisador, tentei sem sucesso, fazer perguntas direcionadas para o desconfiado senhor, com uma forma de analisar um pouco melhor as motivações dessa conduta retraída e talvez enigmática.

Nesse momento da pesquisa, sentia-me perto de Seu José *“um estranho diante de sua presença, mas um estranho que não incomodava mais”*. (Vianna, 1998), parafraseando a reflexão do antropólogo Hermano Vianna, quando adentra num universo totalmente desconhecido - os bailes *funks* cariocas.

3.8 A Geada Negra como castigo

Dona Cergídia aborda em muitas passagens a lembrança sobre cultura do café na época, produção que impulsionou a colonização e desenvolvimento da região norte do Paraná:

Da segunda metade do século XIX até a década de 1930, o café foi o principal produto econômico brasileiro, sendo sua produção voltada à exportação. De acordo com Chies (2007, p.25) “o café expandia-se muito rapidamente em razão das vantagens que sua produção oferecia, já em 1860, havia cortado o território paulista e chegado às terras do norte paranaense, porém, ocupação mais representativa se deu no início do século XX”. Sendo assim, o processo de colonização do norte paranaense está intrinsecamente relacionado à expansão da cafeicultura, sobretudo das terras mineiras e paulistas no final do século XIX. (CHIES, YOKOO, 2012, p.28).

Embora as épocas áureas dessa cultura tenham ocorrido no período anterior a chegada dos migrantes que entrevistei, a produção cafeeira teve êxito até meados da década de 70 no estado do Paraná. Dona Cergidia conta que nas décadas de 1950/60 milhares de toneladas do produto eram desperdiçadas diariamente. Sendo habitual a passagem de caminhões com suas caçambas abarrotadas com o produto passavam pela Vila Operária, boa parte produto era jogados nos fundos de vale, outra era queimada. A prática obedecia a uma lógica de mercado, oferta e demanda, uma vez que “o desperdício” valorizava o produto, que tinha preços ameaçados pela produção excedente, que nem sempre acompanhava as demandas da comercialização. Nossa informante conta como essa abundância do café era percebida em seu cotidiano:

“O café aquela época não tinha preço, era bem baratinho, a prefeitura dava sacos de café para o povo. Olha, eu não sei de onde veio tanto café, eram caminhões noite e dia levando café para queimar. Era lá pro lado de onde é hoje o Cesumar. Tinha muito café estocado e eles levavam pra lá pra queimar tudo, e não podia pegar nenhum quilo, até os empregados que estavam trabalhando também não podiam pegar.” (Dona Cergídia).

Diz que parte do café, a parte “quebrada”, quase inapropriada para o consumo chegava a ser doada pela prefeitura. Até que a “grande geada” dá fim a toda a fartura e pujança do produto, fato que marcou profundamente a época, narrado até nas passagens históricas com tons dramáticos:

O dia 16 de julho de 1975 ficará marcado na memória de muitos paranaenses. Um dos maiores fenômenos climáticos já observados no Paraná, queimou milhares de pés de cafés. Era a Geada Negra. A partir daquele momento, gradativamente os pés de cafés deram espaço para a plantação de soja e milho, além de provocarem o êxodo populacional para os grandes centros urbanos do Paraná. A Geada de 1975 deixou marcas na população. Esse fato significou o triunfo da justiça divina frente ao desperdício e a ambição que o “ouro-verde” tinha gerado. (RODRIGUES, PELEGRINI, 2012, p.1)

Os autores da citação acima também remetem o ocorrido a uma suposta “vingança divina”, diante de todo o desperdício do café. A versão da “geada como castigo”, como relata nossa informante, parece ter se tornado uma crença popular no imaginário social.

O fenômeno climático alterou profundamente os ciclos de produção local, com o prejuízo total da cultura na região, o episódio acabou dando espaço a outras formas de cultivo na região. Nossa informante afirma que a geada de 1975, significou um ‘castigo de Deus’ mediante o desperdício anterior, uma espécie triunfo da justiça divina frente ao desperdício e a ambição que o “ouro-verde” tinha gerado.

3.9 O reencontro com o casal de informantes

Após a primeira conversa, embora produtiva, cometi um equívoco que não pode ser ignorado em uma entrevista: não havia gravado uma tarde inteira da fala dos meus informantes. Voltei a casa de seu José e Dona Cergídia cerca de um mês e meio após a primeira visita, dia 12/12/12, em uma quarta-feira, um dia não muito oportuno para o religioso casal que tinha compromisso sagrado nesse dia da semana. Adiantei-me algumas horas para dar conta do resgate das falas com tranquilidade.

Dona Cergídia como sempre me recebeu com cortesia e não hesitou em relatar novamente sua vida e suas memórias, bem como a relação de suas vidas pessoais com o nordeste e com a cidade de Maringá. Percebia que esse tipo de conversa por algum motivo lhe conferia muito prazer. Ao contrário de Seu José, que embora nunca tenha sido severamente áspero a minha presença, também nunca se mostrou muito à vontade com o com o relato das memórias emitidas com muita espontaneidade e satisfação pela esposa. Buscava corresponder e ser recíproco às falas de Dona Cergídia, como uma verdadeira relação de troca entre entrevistador-entrevistado.

Fernandes (2010) aborda que essa relação só entre emissor e interlocutor só é possível quando existe a reciprocidade no ato:

Um relato de vida – e isto é verdadeiro para todas as outras formas de testemunho – não existe a não ser quando cessam as respostas às questões, quando se inicia o prazer de contar sua história, de transmitir sua experiência a outro. É preciso então que este prazer seja compartilhado por aquele que escuta. Uma vez estabelecida esta reciprocidade e esta troca, as lembranças podem demonstrar suas riquezas. (FERNANDES, 2010, p.20)

Como pesquisador me esforçava para captar atentamente cada detalhe da conversa buscando retribuir e corresponder todo o entusiasmo contido nas narrativas, postura fundamental para obter confiança do entrevistado.

O incomodo de Seu José se aflora e se materializa quando falo da necessidade da gravação da conversa, irritado e com tom irônico questiona: *“Pra que gravar isso, foi o Presidente da República que mandou?!”*. Dona Cergídia achava graça nas indagações do marido, estando a todo momento contemporizando e tornando leve a conversa a fim de facilitar o trabalho e tornar menor o desconforto, creio eu. A inquietação de Seu José se manifestava dessa vez para além das palavras, contando com gesto e atitudes que demonstravam certa ansiedade com a ocasião. Chegou a varrer várias vezes regiões muito próximas á conversa, emitindo frases diretas de descontentamento: *“Esse menino veio aqui só pra isso?! Olha já está chovendo”*. As dificuldades nesse momento se intensificaram, temi que o andamento da entrevista tivesse que ser interrompido dado o desconforto de seu José. Ultrapassar as “fronteiras” dos sujeitos nem sempre é uma tarefa fácil, a citação abaixo reflete o quão delicada é essa comunicação:

Ao procurarmos fazer da entrevista um espaço aberto para a construção de um diálogo efetivo, esbarramos sempre em obstáculos, por vezes dificilmente perceptíveis e, por outros, causando-nos estranhamentos. Entendemos esses obstáculos como expressões de fronteiras sociais e culturais, físicas ou imaginárias, por meio dos quais nos comunicamos. As pessoas são um amalgama de muitas experiências que se constituem e se transformam na vida diária, vivendo e se comunicando através de fronteiras e transitando entre elas. (KHOURY apud BORGES, 2004, p.127)

Essas intervenções do informante durante a fala da esposa ocorriam por meio de frases soltas que ora censuravam a conversa, ora demonstrava fazer pouco caso das informações proferidas. Esbarrei nessa e em várias dificuldades na entrevista,

já que esse exercício no desenvolvimento da pesquisa, quase nunca é algo confortável que flui sem maiores constrangimentos e imprevistos.

A citação de Khoury (2004) trabalhada acima aponta uma constatação muito importante no universo da pesquisa, as fronteiras culturais existentes entre as pessoas se comunicam no momento do diálogo. Talvez tenha sido essa a motivação do incômodo de Seu José, que segundo familiares e a própria esposa, sempre foi um sujeito caseiro e recatado, provavelmente encarou o pesquisador como um “invasor”, que penetra de repente no universo íntimo dos sujeitos por meio de um diálogo nada convencional, afinal não é sempre que recebemos alguém em nossa casa querendo saber sobre toda a trajetória de nossas vidas. Uma atitude compreensível e digna de suspeita no entendimento do entrevistado. O pesquisador, muitas vezes, rompe involuntariamente barreiras sagradas e silenciosas, como o cotidiano de Seu José, um indivíduo discreto e preso às suas tradições, o que representou uma espécie de ‘fronteira social’ na entrevista. Além de, obviamente, a presença do gravador que gerou um estranhamento e irritação numa figura pouca afeita a “exibicionismos” do mundo exterior e extremamente ligado a privacidade do seu reduto doméstico.

Longe de lançar algum julgamento moral ou pejorativo sobre o comportamento do meu informante, considere extremamente aceitável e compreensível a atitude, uma vez que pelos relatos da esposa e da família como já citado, o mesmo sempre foi dono de uma personalidade retraída e pouca afeita ao mundo exterior. Frequentando apenas a igreja e o trabalho, ambientes sociais que lhe conferiam conforto e credibilidade. Voltou-se a mim o desconforto por “invadir”, mesmo que provisoriamente, a rotina de toda uma vida e uma maneira muito peculiar de viver do casal. A citação a seguir aborda o quão delicada é a utilização das histórias de vida como técnica de pesquisa:

Diante dos textos biográficos, eu sempre tenho a impressão de não estar suficientemente atento e sensível para compreendê-los a fundo. Tenho também a impressão de não merecê-los (...) São pessoas, seus rostos, o diálogo direto. Pessoas e não papéis. A sensação é a de violar os espaços secretos das pessoas. (FERRAROTTI, 1980, pg. 223).

Esses desafios se aglutinam uma vez que o pesquisador sempre encontra-se numa posição de “superioridade’ frente ao entrevistado (Queiroz, 1983), posição desconfortável e constrangedora para seu interlocutor. As questões sempre parecem remeter a uma invasão de suas vidas pessoais que são resgatadas no terreno da memória. O pesquisador deve atentar, antes de tudo, para o aspecto humano do

informante, que antecede os interesses e as demandas da pesquisa, para á partir daí tentar minimizar o desconforto gerado.

Outra problemática implícita na utilização dessa técnica é capacidade afetiva e a sensibilidade no tocante ao respeito para com o universo do entrevistado, habilidades que estão além da competência teórico-metodológica do pesquisador, aspectos que devem estar presentes em todas as etapas desse processo: gravação, transcrição e análise, para obter assim uma melhor compreensão dos entrevistados. (Fernandes, 2010). O uso das histórias de vida, por conta dessas sutilezas metodológicas é uma técnica não consensual nas Ciências Sociais, embora tenha uma ampla adesão por importantes pesquisadores. Queiroz (1983), como entusiasta desse método defende seu ponto de vista:

A partir do momento em que se admitiu que valores e opiniões tinham base coletiva, que não eram produto essencialmente individual que as historias de vida ganharam importância para a Sociologia, compreendendo o social não apenas o que se realiza por meio dos homens, mas como é vivido e agido por eles, tendo o individuo como criador a criatura do grupo. (QUEIROZ, 1983, p.162)

Os adeptos das histórias de vida, como a autora acima, defendem que a técnica é uma forma de captar o aspecto social engendrado nas opiniões e memórias particulares, que se relacionam automaticamente com o coletivo. Ancorados na concepção consensual de que os indivíduos não são meramente agentes passivos na construção da realidade social exterior, sendo, portanto, “produtos” e “produtores” nesse diálogo dinâmico entre indivíduo e sociedade.

Rigamonte (2001) relata em sua pesquisa sobre os nordestinos de São Paulo, as dificuldades e imprevistos que surgem no trabalho de campo, contrariando muitas expectativas iniciais do pesquisador:

O processo de inserção no universo da pesquisa não foi um caminho trilhado com total segurança e conhecimento, há surpresas a todo momento, o que exige articulação e novas estratégias a todo momento. Acredito que essa necessidade de um constante jogo de cintura faz do trabalho de campo, algo que contribui para o enriquecimento individual de cada um dos envolvidos. O contato com o outro, a troca, a negociação, a adaptação constituem estratégias fundamentais para nos manter vivos em campo. (RIGAMONTE, 2001, p.47).

A minha “surpresa” em campo foi sem dúvida, o temor inicial da “ausência do campo”, na dificuldade de encontrar nordestinos pioneiros e posteriormente a inquietação de seu José durante as entrevistas. É curioso quando o pesquisador

encontra seus informantes imagina que o trabalho irá brotar apenas com a sistematização dos métodos, sem atentar-se muitas vezes com outras dificuldades que inevitavelmente aparecerão na pesquisa. O que me fez “*ficar vivo em campo*”, foi sem dúvida a postura flexível, serena e conciliadora de Dona Cergídia, sempre acompanhada de uma disposição paciente e maternal ao fazer o relato de suas histórias.

3.10 A memória privilegiada de Dona Cergídia

Não poderia deixar de ressaltar algo que chamou a atenção desde o primeiro encontro- a excelente e dinâmica memória de minha principal informante- Dona Cergídia- além da disposição de transmitir suas lembranças, da simpatia e a imagem de doçura de uma avó, dessas que costumamos ver nos contos infantis. Transparecia um interesse em deixar vivas suas memórias, vendo como uma espécie de “serviço” ou “função” que deveria prestar á sociedade, “*já estamos velhos mesmo, o que nos resta é contar histórias*”, afirmava de maneira descontraída e sorridente.

Dona Cergidia, ao entender rapidamente do que se tratava a pesquisa, desde o início denotava uma percepção lúcida sobre a necessidade de suas informações, mesmo sem ter a noção exata do que seria uma pesquisa de mestrado, como brincava. Desse modo, cabe uma análise detalhada dos caminhos da memória de nossa colaboradora, lembranças orais de sua biografia que fazem conexões importantes com a história de Maringá e de sua expansão urbana, sob as lentes de uma pioneira que viu a cidade dar os primeiros passos. Empolgado com a ótima saúde mental percebi que um dos elementos analíticos primordiais de minha pesquisa estava salvo, que era justamente adentrar e percorrer os caminhos da memória.

Episódios como a queda de um avião narrada pela informante merecem uma análise mais cuidadosa. No dia do aniversário da cidade, 11 de Maio 1957, próximo ao Terminal Rodoviário da Cidade, ocorriam as festividades em homenagem aos 10 anos de Maringá, cinco aviões da Força Aérea Brasileira (FAB), do Grupo Esquadrilha da Fumaça garantiam um espetáculo nos céus da cidade, quando um desses choca-se contra um mastro de grande porte e altura. Dona Cergídia lembra-se do dia:

“O Zé estava trabalhando nesse dia, a gente só ouviu o povo comentando e o tumulto”. (Dona Cergídia)

Esse episódio é um dos mais emblemáticos da história de Maringá, tendo sido registrado também no site “Maringá Histórica” do pesquisador Miguel Fernando:

A data do acontecimento é 11 de maio de 1957, durante a semana de festividades do décimo aniversário da cidade. Em meio aos cortejos e desfiles que cruzavam a Avenida Brasil, vieram cinco aviões da Força Aérea Brasileira (FAB) para prestigiar o evento com manobras, impressionando o público. Dentre eles, uma atingiu o solo prematuramente. A aeronave de prefixo T-6-D-1634 tocou uma de suas asas em um dos mastros fixados na Praça Raposo Tavares, destacando-a do equipamento. Já desgovernado, chocou-se contra a casa do motor de luz da Rede Viação Paraná-Santa Catarina, na Estação Ferroviária. Os dois ocupantes: 1º Tenente Dagoberto Seixas dos Anjos e o 2º Tenente Afonso Ribeiro Melo, tiveram morte instantânea.



Figura – Queda do avião
Fonte: Site Maringá Histórica

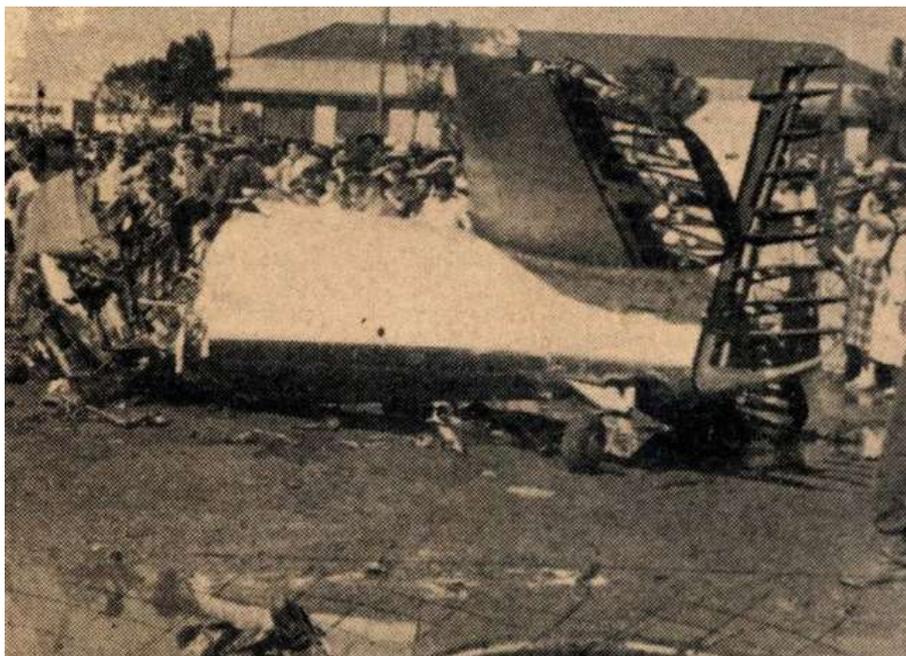


Figura – Queda do avião
Fonte: Site Maringá Histórica

Esse fato marcou profundamente a história da cidade, por uma soma de fatores. A começar pela grande concentração de pessoas nesse dia justamente no centro da cidade por conta das festividades do aniversário do município, onde ocorreu o acidente, como demonstra a foto. E o mais curioso é que é contado por Dona Cergídia mesmo ela tendo chegado à Maringá apenas 7 meses depois do ocorrido, no dia 2 de Novembro de 1957, ou seja, estava no Ceará no dia da queda, mas conta como se tivesse presenciado a cena. Essa dissonância entre relato e evento, longe de representar uma “mentira” proferida pela nossa informante, denota os caminhos que a memória percorre, rejeitando elementos vividos e registrando cenas que não foram presenciadas, mas que se tornaram imagens “reais” dada a sua representatividade e significado no imaginário social.

A fala detalhada sobre episódios marcantes da vida de Maringá, como a queda do avião, o assassinato do menino Clodimar Lopes Pedrosa, a Geada Negra entre outros episódios, desde o primeiro encontro me remeteu automaticamente ao conceito de “memória coletiva” trabalhada por autores como Michell Pollack, que versa sobre essa característica “flutuante” da memória:

Se destacarmos essa característica flutuante, mutável, da memória, tanto individual quanto coletiva, devemos lembrar também que na maioria das memórias existem marcos ou pontos relativamente invariantes, imutáveis. Todos os que já realizaram entrevistas de histórias de vida percebem que no decorrer de uma entrevista muito longa, em que a ordem cronológica não está sendo necessariamente obedecida, em que os entrevistados voltam várias vezes aos mesmos acontecimentos, há nessas voltas a determinados

períodos da vida, ou de certos fatos, algo de invariante. É como se, numa história de vida individual-mais isso acontece igualmente em memórias construídas coletivamente houvessem elementos irreduzíveis, em que o trabalho de solidificação da memória foi tão importante que possibilitou a ocorrência de mudanças. (POLLACK, 1992, p.202).

Essas constatações de Pollack, sobre o caráter coletivo e também sobre as projeções da memória, foram muito bem visualizadas várias vezes nos relatos nossa colaboradora:

Além das diversas projeções, que podem ocorrer em relação a eventos, lugares e personagens, há também o problema dos vestígios datados da memória, ou seja, aquilo que fica gravado como data precisa de um acontecimento. Em função da experiência de uma pessoa, de sua inscrição na vida pública, as datas da vida privada e da vida pública vão ser ora assimiladas, ora estritamente separadas, ora vão faltar nos relatos da biografia. Quando fizemos entrevistas com donas de casa da Normandia que passaram pela guerra, pela Ocupação, pela Libertação, etc., as datas precisas que pudemos identificar em seus relatos eram as da vida familiar: nascimento dos filhos, nascimento de sobrinhos, sobrinhas (POLLACK, 1992, p.203)

Contemplando esse caráter duplo citado acima das dinâmicas da memória, primeiro no tocante a similaridade dos eventos históricos quando narrados por outras pessoas, como a queda do avião e a morte do jovem, e também pela repetição/“invenção” de algumas passagens que foram marcantes da vida pessoal do casal. A idade dos filhos e o prefeito em exercício, por exemplo, eram duas teclas básicas para Dona Cergídia que frequentemente era acionava para lembrar-se de determinada época. Sendo perceptível a dimensão coletiva da memória que se funde com o pessoal, já que os grupos sociais elegem suas memórias primordiais, tanto as que serão eternizadas, quanto as que devem ser esquecidas estrategicamente sendo, portanto, uma construção coletiva.

Para Pollack, a memória além de registrar arquivos temporais, também elege personagens específicos:

Além desses acontecimentos, a memória é constituída por pessoas, personagens. Aqui também podemos aplicar o mesmo esquema, falar de personagens realmente encontrados nos decorrer da vida, de personagens freqüentadas por tabela, indiretamente, mas que, por assim dizer, se transformam quase que em conhecidas, e ainda de personagens que não pertenceram necessariamente ao espaço-tempo da pessoa. (POLLACK, 1992, p.202).

Dona Cergidia reproduz o mesmo tipo de associação quando remete a determinada época: *“nesse tempo o Iris era pequeno ainda, e a nenê era de colo”*,

tendo sempre como marco cronológico a idade dos filhos. Essa dimensão coletiva da memória funde-se com a pessoal num processo estratégico e racional, uma vez que os grupos sociais elegem suas memórias primordiais, tanto as que serão eternizadas, quanto as que devem ser esquecidas pelos indivíduos, sendo, portanto, uma construção subjetivamente coletiva.

Os prefeitos da cidade, sem dúvida, por algum motivo foram marcados fortemente no imaginário do casal, esses sendo os personagens emblemáticos dessas memórias, falavam da aparência e da personalidade de cada prefeito da época do surgimento de Maringá. Talvez pelo fato de Seu José ter sido funcionário da prefeitura, tendo no horizonte sempre os prefeitos como “patrões”, e logo, responsáveis pelas agruras ou pelo crescimento do casal, segundo seus relatos, já que dizem que as dificuldades do início foram devidas ao pagamento irregular de Américo Dias e a construção do primeiro “rancho” graças a regularização dos débitos vencidos no mandato de João Paulino.

Outra questão curiosa, encetada por Pollack, são as distorções do espaço-tempo na exibição das memórias, como no caso da queda do avião no feriado cívico, em que Dona Cergídia conta com riqueza de detalhes, ilustrando até detalhes da queda, seguida pela explosão e fumaça preta emitida após o acidente. Imaginei que estivesse presente na ocasião, o que não aconteceu, já que ainda estava no Nordeste e nem conhecia Maringá. O caso corrobora significativamente com as projeções demonstradas por Pollack, em que a memória, antes de um fenômeno íntimo, guarda suas variações coletivas e sociais.

3.11 A presença incômoda do gravador

Optei também pelo uso do gravador como recurso de registro auditivo que fosse capaz de guardar com mais precisão as falas, buscando a transcrição literal e detalhada que pudesse denotar reações, variações no tom de voz que pudessem emitir sinais sonoros sobre os assuntos narrados que nem sempre são captados no “calor” da conversa. Com o uso desse recurso o real vivido é mantido e passível de ser analisado em suas variações quantas vezes o pesquisador considerar necessário (Queiroz, 1983).

Com o gravador ligado observei algumas mudanças no comportamento dos entrevistados, além do agravamento do desconforto de Seu José já citado, Dona Cergídia narrou de maneira diferenciada alguns episódios e capítulos das histórias de

suas vidas. Algumas narrativas foram editadas, outras excluídas e alguns fatos novos foram incorporados.

O fato é que independente da intencionalidade adotada ou não frente ao gravador é impossível negarmos que esse tipo de aparelho não cause influência nos sujeitos envolvidos, tanto para o observado como para o observador. O registro, mesmo auditivo, faz aflorar sensações e ideias não suscitadas em uma conversa informal, já que o interlocutor vislumbra a possibilidade de ser ouvido por uma terceira pessoa, imaginando que esses novos agentes receptores (reais ou imaginários), causem impactos e reações significativas que não podem ser desprezadas pelo pesquisador.

Nesse sentido, observei que substancialmente a história que dona Cergídia me relatou na conversa anterior pouco se alterou com o gravador. Contudo, alguns detalhes importantes entraram em cena na ocasião, Como por exemplo, o leve embate que nossa informante faz com a divergência religiosa entre ela e o esposo que é católico, como evangélica crítica de maneira árdua, mas, sutil a religião do marido que é católico, neutralizando logo a frente a postura conflituosa que levantara, quando o esposo diz que não a acompanha nem é contra sua prática religiosa protestante porque não entende o sentido de “*ser crente*”, como já relatamos acima.

Outro fato interessante é que no encerramento da conversa nossa informante fez questão de narrar as dificuldades financeiras enfrentadas assim que chegaram em Maringá, obrigando a ir pedir comida na casa do então prefeito Américo Dias (1956-60), mandato que oferecia como provento aos funcionários públicos municipais quantias escassas e de pouco valor nutritivo de alimentos aos trabalhadores. Dona Cergídia parecia fazer questão de trazer as lembranças dessa passagem delicada e triste de suas vidas, carregadas de emoção e com certo orgulho por ter passado por isso e “*hoje com a graça de Deus ter para dar e vender*”- segundo suas palavras.

Esse segundo encontro veio reafirmar muitas constatações levantadas na primeira conversa. Fica evidenciado com intensidade o valor substancial da família e da religião para o casal, além da possibilidade que temos de visibilizar eventos históricos presentes na historiografia de Maringá e região. Tendo por fim, a fala convicta de Dona Cergídia ao afirmar que se considera ao lado de Seu José, pioneiros da cidade:

Pioneiro nós é né, porque faz 55 anos que nós mora aqui, a Socorro tinha 7 meses, e aí aquele tempo eu fui na casa do Américo Dias, nós pegava coisa lá nas freira do Maringá Velho. Aí a pessoas

faziam ficha pra pegar o que comer lá em uma igreja.(Dona Cergídia)

Embora, nessa ocasião nossa informante tenha sido convicta na afirmação de serem “pioneiros”, delegando essa identidade ao fato de morarem a 55 anos na cidade, curiosamente, ela desvia a conversa novamente para as dificuldades passadas nessa época, como alguém que quer deixar registrado que as adversidades enfrentadas pelos migrantes no surgimento de Maringá foram as marcas indeléveis que mais imprimiram significados na relação com a cidade, sinalizando que o que passaram no local é mais importante de ser mencionado do que a atribuição de uma “identidade pioneira”, que pelos relatos, nunca fizeram questão de reivindicar.

A fala breve, mas convicta sobre a noção da condição de pioneiros da cidade, antecedida pela oscilação anterior nos faz pensar sobre os mecanismos de aceitação/rejeição de uma “auto-imagem”. Já que a imagem que fazemos de “nós” é sempre relacional, negociável e sujeita a mudanças, como versa a citação de Pollack:

Ninguém pode construir uma auto-imagem isenta de mudança, de negociação, de transformação em função dos outros. A construção da identidade é um fenômeno que se produz em referência aos outros, em referência aos critérios de aceitabilidade, de admissibilidade, de credibilidade, e que se faz por meio da negociação direta com os outros. Vale dizer que memória e identidade podem perfeitamente ser negociadas, e não são fenômenos que devam ser compreendidos como essências de uma pessoa ou de um grupo. (POLLACK, 1992, p.205)

A noção de pertencimento á figura “pioneira” ao destoar da insegurança nos primeiros encontros nos coloca diante um questionamento sobre as variações que esse título gera no casal, denotando que a assimilação da identidade de pioneiros passa por algumas fronteiras de aceitação da auto-imagem, tendo em vista que nossa identificação é sempre legitimidade e aprovada ou não pelo crivo dos imperativos sociais. Provavelmente, a incerteza da condição de pioneiro, que foi acionada e assimilada nos próximos encontros, sinaliza que o casal nunca foi relacionado oficialmente á esse título, ou mesmo mencionado pelas pessoas próximas, tendo em vista que essa representação estava fora do imaginário do casal.

Levamos a hipótese que Dona Cergídia, ao rememorar e remontar as histórias de suas vidas, percebe a ligação e a importância que suas trajetórias tiveram para a cidade, ou até mesmo pelo fato de ter tido alguém realmente interessado nas suas histórias que estendiam-se tarde a fora. Seja qual for o mecanismo que facilitou

essa variação, não devemos negar que as identidades são relacionais e construídas com base na aceitação ou rejeição dos interlocutores envolvidos nesses processos, sendo esses papéis sociais, sempre flutuantes e em disputa.

3.12 Relatos do filho do casal

Diante de algumas incongruências no relato dos informantes somadas a algumas informações subentendidas, achei que fosse produtivo ter um conversa com o filho mais velho do casal, já que esse teoricamente teria uma memória preservada em relação aos irmãos mais jovens. O relato de Íris, de 54 anos, ao contrário dos desabafos extensos da mãe, se limitou a uma conversa formal, monossilábica e desconfiada, mas que mesmo assim deixaram escapar aspectos importantes e proveitosos para algumas inquietações na pesquisa.

Ao questionar o êxito parcial dessa entrevista, fazendo uma auto-análise dos pecados capitais cometidos no campo, como por exemplo, a falta de um contato e uma conversa prévia com o entrevistado, e até mesmo o uso do gravador no primeiro encontro, uma das implicações frequentes no uso desse recurso metodológico entre entrevistador-entrevistado. Queiroz nos fala da importância de se ter um vínculo mínimo para o sucesso dessa relação:

Que não exista entre ambos determinado grau de confiança, as respostas irão limitar-se apenas ao que o entrevistado considere suficiente, não permitindo que o pesquisador entre muito em sua vivência. Um relacionamento impregnado de simpatia e amizade constitui condição importante para a coleta de dados. (QUEIROZ, 1983, p.69).

Uma dessas ‘suspeitas’ levantadas no discurso dos informantes é a questão da vinda do Ceará para o Paraná e os fatores que motivaram uma família se deslocar de um ambiente narrado como farto e pujante, para vir para um local ainda em desenvolvimento, somado ao fato do esposo fazer essa viagem a principio sozinho e deixando a esposa aguardando um de seus filhos. Longe de emitir juízos sobre as escolhas de vida que nos foram contados, essa informação se colocou como se omitisse os reais motivos da mudança do nordeste para o sul do país. A socióloga Maria Isaura de Queiroz (1983) contempla que *“sempre é importante retornar aos informantes e tentar verificar as circunstancias das discrepâncias dos relatos, se fatos*

existiram, se foram omitidos, e por quê?, questionando sempre esse caráter duvidoso das falas.

Essa inquietação de fato se confirma na fala do filho do casal, ao responder que a vinda ao Paraná foi deflagrada pela pobreza e pela instabilidade climática do local, como as secas, contrariando as informações iniciais da mãe, Iris atribui a vinda a outros fatores:

“As terras lá eram ruins, lá não produzia tudo que plantava, é um estado pobre, não é igual aqui. Lá era um pessoal pobre, estado pobre, muita seca, às vezes dá 6 meses de seca, sofrimento...” (Iris-filho casal.)

Usando a inferência e juntando as peças de história de vida, Dona Cergidia parece buscar por vezes a idealização de uma história romantizada dessa viagem, omitindo pra si mesmo as condições objetivas que lhe tiraram do Nordeste, como um recurso seletivo da memória, dando o tom de uma história que minimiza as agruras enfrentadas na terra de origem.

Outro fato importante a ser considerado é que todos os filhos, conforme foram casando e constituindo suas famílias, inicialmente moraram de aluguel e viram-se forçados a habitarem locais distantes da Vila Operária, bairro em que viveram na infância. Foram pulverizados para bairros populares como Conjunto Champagnat, Itaparica, núcleos habitacionais derivados de loteamentos com condições de pagamento facilitadas, situados nas extremidades do centro de Maringá.

Nota-se nesse ponto que o empreendimento imobiliário da Companhia de Terras obteve um êxito matemático ao “ceder” terras a preços irrisórios no princípio, para logo após afastar as pessoas de baixo poder aquisitivo das regiões centrais da cidade. Essa constatação não representa nenhuma novidade em uma cidade ancorada nos pilares do capital imobiliário, tendo um caráter sócio-espacial planejado para a cidade antes mesmo de sua ereção, sempre contando com a aliança do poder público, que fez o papel de “afastar” estrategicamente as classes sociais despossuídas. No relato de todos os membros da família há presente a lembrança da “favelinha do cemitério”, espaço caracterizado por amplo terreno repleto de ranchos e casebres com construções rudimentares e precárias que foram extintas pelo então prefeito João Paulino, que transferiu os moradores da potencial favela maringaense para casas populares situadas nos bairros Cidade Alta e Santa Felicidade. O filho do casal de informantes lembra essa época:

Tinha uma favelinha de ranchos, ai cresceu até bem a favelinha lá, ai de repente o João Paulino acabou com a favelinha, ai construiu umas casas lá do outro lado da Cerro Azul, pra baixo do Frigorífico Maringá, pra lá do riozinho, um monte de casa de bloco, pra acabar com a favela, aí o pessoal foi pra lá. (Iris-filho casal).

É relevante atentarmos que a segunda geração da família (os filhos de Seu José e Dona Cergídia), tem suas biografias marcadas pelas dinâmicas imobiliárias da cidade. Já que na memória de Iris, morar na Operária e depois mudar-se para outro lugar é uma lembrança sempre digna de ser citada. Se para o casal de migrantes que chegaram nos primeiros dias de Maringá os determinantes foram questões como o perfil do prefeito, o poder da companhia de Terras na cidade, para os filhos a marca impressa da cidade foi a questão da mobilização imobiliária. De uma forma ou outra, os imperativos sociais urbanos teceram em certa medida a biografia desses sujeitos, daí a visualização plena de que os sujeitos são “produtos” e “produtores” dos espaços urbanos que vivem.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

“Maringá é uma jovem bonita que precisa ser vestida”

(IPÊS DA MINHA TERRA)

A pesquisa trouxe questões que superaram as premissas iniciais, vimos através da excelente memória de nossa informante principal que a história nada mais é do que um apanhado de relatos que também podem ser adquiridos em lugares e pessoas comuns.

Conhecer Dona Cergídia e Seu José foi um privilégio duplo, primeiramente pela simpatia, irreverência de ambos, mesmo Seu José com toda desconfiança se demonstrou um personagem muito interessante. Aliados também a riqueza de detalhes preservados na história de vida do casal, sendo possível realizar um exercício prazeroso com as categorias “biografia” e “história”, como um quebra-cabeça harmônico que paradoxalmente, tomava forma à medida que era desmontado.

É fato que várias outras perspectivas ecoaram no vazio, como por exemplo, o pressuposto e a busca inicial de encontrarmos uma “rede de relações” que ligassem os nordestinos. Vimos, pelos menos no exemplo particular do casal, que se quer conheciam conterrâneos aqui em Maringá, talvez pela vida caseira da família. O que obviamente não significa que essa “rede” não tenha existido ou exista. O fato de a cidade ter possuído uma “Associação dos Nordestinos”, como citado no início dessa dissertação, é um indicativo que provavelmente essa relação de identidade e integração dos nordestinos já tivera vigorado ou quem sabe ainda vigora entre os migrantes e os seus descendentes.

Outro ponto que causou inquietação foi a oscilação da “auto classificação” dos informantes como “pioneiros”. Constatamos que legalmente, pelos critérios cronológicos que diplomam sujeitos com tal título, eles são pioneiros legítimos por terem chegado em 1957, embora não sejam oficializados nos registros de nomes dos pioneiros da cidade. Entretanto, foi possível perceber a certeza dos informantes sobre essa condição tão valorizada na cidade. No início das conversas o elemento “pioneiro” quando provocado nas questões era pouco comentado, demonstrando um significado simbólico insignificante para ambos, mas que ao desenrolar dos encontros foi tomando forma e ganhando força na fala dos migrantes, talvez pela valorização e interesse que era dada as histórias narradas. Ao final da etapa das entrevistas, os filhos de Seu José e Dona Cergídia questionaram empolgados como os pais poderiam ser oficialmente classificados como pioneiros de Maringá.

Ao problematizarmos em diversos momentos da pesquisa os “motivos da vinda” do casal ao Paraná, buscávamos entender os principais fatores que motivaram o fluxo de uma “família de migrantes nordestinos padrão” para o Paraná, visando um entendimento linear simplificado desse caso específico que refletisse um processo mais amplo em nossa análise. Contudo, constatamos que a realidade social é muito mais complexa do que nossas hipóteses reducionistas sobre ela, e que os eventos não tem uma única via explicativa, mas sim uma simbiose de fatores, nem sempre passíveis de serem esgotados, sobretudo em uma pesquisa de mestrado.

A história do casal não nos proporcionou apenas reflexões sobre as dinâmicas urbanas de uma cidade ou região específica, mas também uma gama de análises que não foram satisfatoriamente aprofundadas, dadas as limitações metodológicas e temporais desse tipo de trabalho. Como por exemplo, a questão familiar narrada por Dona Cergídia, que nos leva a um sobrevoo sociológico sobre as mudanças da estrutura familiar em poucas décadas, a importância da tradição, a força e manutenção do elemento religioso, os conflitos e conciliações nas relações de gênero com o esposo. Observamos que as narrativas de Dona Cergídia sempre remetem a vida privada, o cuidado com os filhos, o serviço da casa etc. Já as falas de Seu José, inversamente, dizem respeito às experiências profissionais, aos eventos ocorridos na cidade, às suas viagens etc.

Não concluímos, mas problematizamos que o “silêncio historiográfico” sobre alguns grupos reside basicamente em duas hipóteses: a primeira que esses grupos estrategicamente não tiveram reconhecimento de sua atuação e presença efetiva na construção da cidade pois foram inseridos em um projeto delineado e arquitetado para que outros grupos sobressaíssem. Assim, a jovem e moderna cidade seria construída por homens que só poderiam vencer pelo trabalho e porque tinham uma visão de futuro e condições de desenvolver um projeto capitalista de exploração de terra.

Outra possível via explicativa é que muitos grupos pioneiros, como os nordestinos, talvez nem possam ser considerados como “grupos”, já que atualmente são encontrados de maneira dispersa, ou seja, sem nenhuma filiação a qualquer entidade que busque a valorização simbólica e das memórias dessas pessoas. Seu José e Dona Cergídia, como “pioneiros” podem exemplificar a trajetórias de “grupos”, ou indivíduos que não tiveram espaço (material, espacial e simbólico) diante de um planejamento urbano racional e excludente.

Nessa perspectiva é imprescindível também fazermos uma análise do rápido e eficaz desenvolvimento urbano da cidade, o município que a princípio era uma floresta

empoeirada que assustava os que chegavam tornou-se em meio século uma confortável e rica cidade-média. Mas é preciso registrar também, que esse acelerado crescimento deixou um ônus social com muitos dos grupos que integraram esse processo, já que para concretizar as metas do planejamento urbano, muitos segmentos populares foram excluídos ou omitidos.

Quando falamos desse “ônus” nos referimos não apenas aos migrantes nordestinos, mas também aos moradores que foram mobilizados estrategicamente para as franjas da cidade, em locais que muitas vezes os serviços públicos chegam precariamente. Uma prática que pertence a um contexto mais amplo da gestão urbana dos espaços médios e se refere a forma como enfrenta a pobreza. A própria criação das cidades médias, como Maringá, se dá por incentivo do executivo federal, para que os pobres não chegassem aos grandes centros urbanos brasileiros, para que os excluídos do processo de produção dos latifúndios permanecessem em suas regiões de origem e não fossem engrossar a fileira de pobres nas grandes cidades. (Costa, 2004, p. 163)

De toda forma, observamos também que, de tempos em tempos, a cidade tenta se entender com o seu passado histórico e com os vários grupos que estão, de alguma forma, às margens da cidade, espacial ou simbolicamente. A tentativa de diálogo com a comunidade negra maringaense pode ser citada como exemplo, sendo inclusive criada uma Divisão de Igualdade Racial, que busca em seu discurso, valorizar o segmento afro-descendente na região. Ao passo que busca esse “acordo”, paradoxalmente, veta-se o projeto de Lei municipal que implantaria o dia 2 de Novembro como o Dia da Consciência Negra e, portanto, como feriado na cidade.

Já as vésperas do fechamento dessa pesquisa algo semelhante ocorreu com os nordestinos. Os migrantes foram homenageados no tradicional desfile de aniversário da cidade realizado historicamente em 10 de Maio. O desfile desse ano (2013) intitulado “Do Sertão para Maringá”, fez uma homenagem a colonização nordestina na cidade, por meio de blocos carnavalescos, fantasias, músicas típicas e símbolos folclóricos do nordeste, realizados em praça pública com muitos expectadores que não perdem o desfile temático anual. A festa foi noticiada da seguinte forma por um jornal local:

O desfile que comemora o aniversário de 66 anos de Maringá terá como tema "Do Sertão para Maringá", uma homenagem às pessoas que saíram do Nordeste do Brasil e vieram à Cidade Canção. A participação dos nordestinos na colonização de Maringá, a atuação dos retirantes desde a época do desmatamento e os traços da cultura do sertão, como a Festa Junina, serão retratados nas alas do desfile. Primeiramente, os nordestinos se instalaram na área rural de Maringá, em sítios e fazendas, e

desenvolveram atividades importantes para a construção do município. Ainda há a presença de muitos nortistas e nordestinos na Cidade Canção, principalmente baianos, pernambucanos e cearenses. (JORNAL “O DIÁRIO DO NORTE DO PARANÁ”, publicado em 01/04/13)

Essa manifestação marcou ineditamente o reconhecimento formal e oficial dos nordestinos na cidade, prestando uma homenagem pública, numa festa muito prestigiada pela comunidade local. Curiosamente o secretário de Cultura da cidade, um dos organizadores responsáveis pelo evento, Jovi Barbosa, é também nordestino, justificando na reportagem o motivo das homenagens:

"As narrativas orais e escritas sobre a história oficial de Maringá muitas vezes omitiram a participação dos nortistas e nordestinos na aventura colonizatória, mas a relação do povo nordestino com Maringá remonta bem antes do início da formação da cidade" (BARBOSA, Jovi in JORNAL “O DIÁRIO DO NORTE DO PARANÁ”, publicado em 01/04/13).

Nota-se que a alegação do secretário para a realização da homenagem aos nordestinos converge com boa parte da proposta dessa pesquisa, que felizmente pode ser fechada com a sinalização de que existe um movimento que busca valorizar esse grupo e romper com os “silêncios da historiografia”.

Todavia, apenas o evento em si não pode ser encarado com indicio que os grupos efetivamente terão espaços formais, ou que serão inclusos efetivamente no imaginário social da cidade. Desse modo, notamos que o tema que essa pesquisa se propôs a investigar está longe de ser esgotado, do contrário deve ser amplamente debatido.

ANEXOS

ANEXO I - TRANSCRIÇÃO ENTREVISTAS

Relato de Dona Cergidia sobre sua vida e trajetória

O Zé veio, ficou um ano e um mês aqui trabalhando na prefeitura, daí ele foi me buscar no Ceará com as crianças. Nós viemos na empresa de Chácara Bezerra, no dia 2 de Novembro, Dia de Finados, de 1957. Era só os quatro, Dedé foi daqui do Paraná, nos ficamos 9 dias até São Paulo, e de São Paulo pra viemos de trem, mais dois dias, foi 13 dias que a viagem levou.

Chegamos aqui meu veio já tinha comprado uma casinha, ele comprou junto com o irmão, tinha a casa da frente que era da minha sogra e nos morávamos na casa dos fundos.

Ele tinha pedido as contas na prefeitura para me buscar, aí quando ele chegou, trabalhou para um homem chamado Andó. Aí depois Seu Antonio Mandicari perguntou se ele estava trabalhando registrado, ele disse que não, Zé pediu serviço e ele falou: pode começar amanhã. Ele entrou na prefeitura de novo, onde trabalhou 37 anos, aí se aposentou.

Quando chegamos aqui fomos morar lá em frente o Colégio João XXIII, tinha a escola Anita Garibaldi, aí nos colocamos as crianças para estudar lá Com dois anos que nos moramos lá, o meu cunhado vendeu e comprou aqui na Rua Itapura, aí nos viemos morar com eles. Moramos uns meses juntos, até que meu veio comprou uma data da Companhia Melhoramentos, ai ele fez um “rancho”, nós moramos no rancho um ano. Depois que saiu o prefeito Américo Dias, aí o Américo não pagava, depois quando saiu e entrou o João Paulino e pagou tudo os atrasados, nos começamos a fazer a casa, que nós temos até hoje.

Nós casamos no dia 1 de Fevereiro de 1930 em Barbalha no Ceará, casamos no civil às 15 hrs e no religioso e no religioso às 16. Tivemos 5 filhos, já todos casados, que casou primeiro foi a Maria do Rosário, ela casou e depois de 7 anos se separou e casou

de novo, tem 4 filhos. Depois casou a Francisca com o Luis e teve dois filhos, depois casou o Iris e tem 3 filhos, depois foi a Socorro que casou e também se separou.

Depois das filhas tudo criada, até a caçula já casou, já tem 21 anos, a Talita, filha de Socorro, agora eles já tem até um filho- o Tiago, que já vai fazer 3 meses. O Francisco casou e mora em Marialva, e também tem 2 filhas.

Eu falo pra eles que a gente tem que saber viver, tem gente que qualquer coisinha já fica bravo, então a gente tem que ter paciência, porque a gente tendo paciência a gente vence, vence tudo né. Às vezes um está nervoso, o outro não pode ficar mais nervoso, porque daí briga né. Nossa, o amor é tudo pra mim, o meu veio, nós estamos velhos, mas ele me chama de “minha bonequinha”(risos). Eu digo: “ah essa bonequinha tá velha”(risos). Mas a gente é assim, graças a Deus a gente tem carinho um pelo outro e nós vivemos bem graças a Deus, estamos fazendo 60 anos de casados.

ENTREVISTA SEM O AVISO DA PRESENÇA DO GRAVADOR

ENTREVISTADOR- Seu José, como foi o trabalho na prefeitura de Maringá?

SEU JOSÉ- Eu trabalhei 37 anos na prefeitura, serviço ruim era meu, emprego ruim era meu, salário ruim era meu. Ganhava um salário mínimo só.

ENTREVISTADOR -E vocês falaram que ainda tinham prefeitos que não pagavam ainda?

SEU JOSÉ - É, a prefeitura não tinha dinheiro, naquela época não dava muita renda não. Hoje em dia a prefeitura recolhe muito dinheiro.

ENTREVISTADOR O prefeito Américo Dias que não pagava?

SEU JOSÉ -Pois é.

DONA CERGÍDIA- Daí João Paulino veio e pagou tudo os atrasados.

ENTREVISTADOR- O rancho que a senhora falou era para vocês passarem um tempo apenas?

DONA CERGÍDIA -É porque ele comprou um terreno. Seu José interrompe: -O dinheiro não dava nem pra pagar aluguel

ENTREVISTADOR -O senhor não pensou em mexer com o café, não dava mais dinheiro?

SEU JOSÉ- Café? Eu tomo café só bule(diz seu José se esquivando da pergunta). Olha, eu varria rua, trabalhava no caminhão de lixo, na cidade inteira. Eu trabalhei naqueles caminhões de lixo caçamba, quebrei meus dentes tudinho, emprego ruim era meu, salário ruim era meu.

DONA CERGÍDIA- O café aquela época não tinha preço, era bem baratinho, a prefeitura dava sacos de café para o povo.

ENTREVISTADOR - Sobrava café então?

Eram os cafés quebrados, não era café bom. Tinha bastante tipo de café, tinha um bem redondinho que esqueci o nome.

ENTREVISTADOR - Então quem trabalhava na colheita de café não ganhava muito dinheiro né?

DONA CERGÍDIA- Não ganhava quase nada, aí depois deu dinheiro quando queimaram o café. Olha eu não sei de onde veio tanto café, eram caminhões noite e dia levando café para queimar. Era lá pro lado de onde é hoje o Cesumar. Tinha muito café estocado e eles levavam pra lá pra queimar tudo, e não podia pegar nenhum quilo, até os empregados que estavam trabalhando também não podiam pegar.

ENTREVISTADOR- A senhora se recorda do ano desse acontecimento?

DONA CERGÍDIA -Deixa eu ver, foi em 58/59.

ENTREVISTADOR -Por isso a senhora falou que a geada foi um castigo né?

DONA CERGÍDIA -Foi. Deu uma geada, daí o café caiu o preço.

SEU JOSÉ- A geada que deu preço, mas acabou com tudo, agora hoje tá normal.
Você é crente ou católico?-dispara.

ENTREVISTADOR -Eu sou Católico.

SEU JOSÉ- Mas eu nunca te vi lá...

ENTREVISTADOR- É que eu moro lá na vila morangueira, de vez em quando eu vou na paróquia Sagrado Coração de Jesus, a paróquia de lá da comunidade.

SEU JOSÉ (BRINCA)- Então você mora na Mulambeira? (risos)

ENTREVISTADOR - Dizem que não tinha nada ali nesse seu José? para baixo da colombo era só mato e café?

DONA CERGÍDIA- É, eu lembro que meu cunhado fez uma casa lá, no meio do matagal.

ENTREVISTADOR -Eu moro perto daquele lago.

DONA CERGÍDIA- Do lado do postinho ali?

ENTREVISTADOR -Isso!

DONA CERGÍDIA- Eu já fui em batismo lá. O meu filho é guarda na prefeitura, ele fica lá.

ENTREVISTADOR -O pai (Seu José) trabalhou na prefeitura e o filho hoje também trabalha?

DONA CERGÍDIA É, e os outros filhos também, a Socorro trabalha no postinho, o caçula no correio e a Lucélia na regional de Saúde. Tem 3 filhos na prefeitura, e uma nora também.

ENTREVISTADOR - Só a socorro mora na vila operária?

DONA CERGÍDIA- É, um mora em Marialva.

ENTREVISTADOR - Eles não quiseram morar na vila operária?

DONA CERGÍDIA -Eles querem morar tudo pra cá.

ENTREVISTADOR - Quando o seu José comprou aqui era bem barato né seu José?

DONA CERGÍDIA- É. Olha, ele pagou 8 conto de entrada, e ficou de pagar o resto em dois anos. Foi barato né, no outro ano quitou tudo. Era baratinho, se fosse hoje não dava, uma casa como a nossa hoje está custando 200 mil. Tinha um corretor que queria comprar a nossa casa para construir prédio e a gente tinha um terreno do lado, ele queria pagar 200 mil em cada um. Aí nós não quisemos, e 200 mil hein, onde agente acha esse dinheiro hoje?

ENTREVISTADOR- Era bem barato aquela época né seu José?

SEU JOSÉ- Era porque Maringá estava começando. Quem comprou naquela época comprou, quem não comprou ficou sem!

Entrevista II seu José/ Dona Cergídia

Entrevistador- Dona Cergídia fala pra gente sobre a região em que vocês saíram e por que vieram pra Maringá?

Seu José- interpelando e precipitando-se a resposta da esposa indaga desconfiado: “Escuta pra que controlar isso aí? Foi o presidente da república que mandou?- em tom irônico.

Entrevistador- Se trata de uma pesquisa seu José, para saber mais sobre os primeiros moradores de Maringá, depois esse registro ficará na UEM.

Dona Cergídia- “Ele não entende. Já tá gravando?!”

Nesse momento a filha do casal que mora no mesmo quintal, interrompe o diálogo, querendo saber do que se tratava a conversa. Ao saber do tema e do interesse para a pesquisa também colabora com algumas lembranças.

Filha do casal- Meu pai foi um dos primeiros pioneiros, mas não está inscrito entre os pioneiros.

Entrevistador- É justamente para isso que serve a pesquisa.

Filha do casal- É meu pai não é lembrado. Qual foi o primeiro prefeito que você trabalhou pai?

Seu José- Foi Vilanova Júnior.

Dona Cergídia- O Zé trabalhou com o Vilanova uns dois meses apenas. Isso foi em 1956, que ele deixou eu no Ceará e veio visitar a mãe, eu já estava esperando a Socorro aquele tempo, a caçula. Ele ficou morando aí 1 ano e 1 mês.

Entrevistador- A senhora falou que ele veio pedir a benção da mãe?

Dona Cergídia- a dona Dazinha, mulher do Seu Cazé, primo dele, perguntava: “José, como você vai deixar a Cergídia assim? Mas eu vou deixar dinheiro para ela.” Ele toda vida foi trabalhador sabe?! Nós tínhamos roça, feijão, milho, andú, arroz. O arroz era cana-roxa, esse arroz subia e crescia mais que uma pessoa. Eu tinha prazer de colher aquele arroz sabe, que a terra era boa. Aí ele tirava aquele “de come” um pouco para vender, e outra parte para a gente comer.

Entrevistador- Lá em Barbalha-CE, tinha bastante fartura pelo que a senhora fala?

Dona Cergidia- Tinha. Esse primo dele era bem de vida. O Zé era primo dele, mas não tinha nada porque a minha sogra casou com o pai dele só na igreja, aí ele morreu e deixou só dois filhos, aí ele não ficou com nada. A família ficou com tudo que eles tinham.

Entrevistador- E o Seu Cazé tinha bastante dinheiro?

Dona Cergídia- Foi assim: eu morava no Pernambuco com minha vó, por que minha mãe morreu. Depois que minha vó morreu eu fui morar com meu tio, aí ele casou de novo e fui morar no Pernambuco. Aí Dona Dazinha, que era mulher do seu Cazé, foi ganhar um filho perto de onde a gente tava. Dona Dazinha precisava de uma pessoa para ajudar a cuidar do filho. Aí eu fui morar com a dona Dazinha. Ninguém queria que eu fosse, mas eu fui, por que acho que era coisa que era para acontecer né, porque quem manda na gente é Deus né. Aí eu fui.

Entrevistador- Foi aí que a senhora conheceu o seu José né?

Dona Cergídia- Foi, quando eu cheguei na casa dela no Ceará, aí o Zé morava lá com seu Cazé, porque ele tinha padrasto que era ruim para ele, tinha levado uma pisa uma vez e ele com raiva do padrasto fez um ranchinho e foi morar sozinho. Aí a mãe dele lavava a roupa dele, levava comida, mas ele não queria voltar pra casa. A minha sogra conta que tinha 18 filhos, contando com os filhos que perdeu. Aí o Zé morava lá, tinha um engenho de fazer rapadura, tinha casa de farinha. Na roça o Zé trabalhava 3 dias para ele e 3 para Seu Cazé.

Seu José- Esse menino veio atrás só disso aí ?! (irritado).

Dona Cergídia- É entrevista Zé, você não entende- contemporizando.

Seu José- Não estou com preguiça não. (Risos) – Pela interpretação equivocada devido o problema de audição que porta seu José.

FILHA DO CASAL- Mas você é da prefeitura? – Questiona desconfiada depois da intervenção do pai.

ENTREVISTADOR- Não, sou da UEM, e estou fazendo uma pesquisa sobre os primeiros moradores de Maringá, principalmente os nordestinos.

FILHA DO CASAL- Depois você arruma uma cópia pra gente né?

ENTREVISTADOR- Sem dúvida, e se tudo der certo na pesquisa, ainda fica um exemplar na biblioteca da UEM.

DONA CERGÍDIA- Aí eu conheci o Zé, nós casamos e ficamos morando sítio deles. Eles gostavam muito da gente, até hoje quando vou pra lá, é como se fosse nossa família. O seu Cazé e dona Dazinha já morreram, mas os filhos dela me consideram como uma irmã, apesar de ter ficado apenas 2 anos e meio é como se fosse uma família. Aí o Zé construiu uma casa e nós fomos morar um pouquinho mais longe, mas sempre trabalhando no seu Cazé. Foi aí que minha sogra veio pra cá, e ele veio atrás depois tomar benção á mãe dele, veio e ficou um ano e meio.

ENTREVISTADOR- Então vocês vieram mais pela benção da mãe mesmo, por que fartura vocês tinham, o pessoal gostava de vocês. Foi mais por conta disso mesmo né?

DONA CERGÍDIA- Foi

ENTREVISTADOR- Conta pra gente como foi essa vinda?

DONA CERGÍDIA-

ENTREVISTADOR- Qual foi a primeira imagem, a primeira impressão que a senhora teve de Maringá?

DONA CERGÍDIA- A primeira imagem eu fiquei feliz, porque vi a sogra os meninos tudo, mas aí a gente não tinha nada. Meu veio vendeu o terreno e a casa por dois mil, não trouxemos nada.

ENTREVISTADOR-E o plano era ficar aqui mesmo em Maringá?

DONA CERGÍDIA- Era, porque o Zé já tinha trabalhado na prefeitura. Aí o irmão dele comprou uma casa em frente ao João XXIII, hoje derrubaram essa casa, tá vazia a data. A data tinha uma casinha de 3 cômodos na frente e no fundo era para gente. Aí nos ficamos morando naquela casa. Até que meu cunhado comprou uma casa na rua Itapura, Vila Operária. Mais aí resolvemos separar porque os meninos começaram a crescer e brigavam muito. Foi aí que o Zé comprou essa casa da companhia (**Melhoramentos Norte do Paraná**) e construímos o ranchinho, mandou cavar o poço, aí nos moramos no ranchinho um ano, aí o Zé fez a casa.

ENTREVISTADOR- Vocês chegaram a extrair esses troncos do Parque do Ingá pra construir o rancho?

DONA CERGÍDIA- Ele pegava da Laguna pra baixo, era só mato. Ele chegava do serviço, e ia tirar madeira, aí ele tirava madeira e fez o rancho, ele fez tudo em volta, dava uns dois desse (apontando a medida da varanda), dava um quarto e uma cozinha. Nós moramos um ano, aí foi o tempo que João Paulino entrou de prefeito, aí pagou os atrasados que Américo Dias não pagava, aí o Zé começou a construir a casa.

ENTREVISTADOR- Construíram a casa naquele terreno comprado da companhia?

DONA CERGÍDIA- Foi, comprou uma data barata.

ENTREVISTADOR - Esses ranchinhos tinham bastante na cidade?

DONA CERGÍDIA -Vixi, ali para baixo do cemitério tinha uma favelas, aí aquela favela tinha umas casinha ruim, e dentro do cemitério o povo pegava cosia para comer, melancia, abóbora, o povo plantava as coisas e comia ali. A favela quem tirou foi João Paulino ou o outro Zé?

SEU JOSÉ- Ih, eu não lembro não.

DONA CERGÍDIA- era pra mim ter caçado um papel com a cara de tudo os prefeito que ai pra te mostrar. Daí tirou a favelinha dali, e colocou na cidade alta, ali pra baixo. Como é que chama lá?

ENTREVISTADOR- Santa Felicidade.

DONA CERGÍDIA – Isso. Aí esse prefeito foi bom, pôs o povo tudo pra lá e acabou com as favelas.

ENTREVISTADOR- Tem umas histórias sobre o pessoal que lavava roupas no Parque do Ingá, a senhora ai lá?

DONA CERGÍDIA - Ia bastante gente lava roupa ali, mas nós não iam porque nos tinha medo, aí falaram que um dia acharam os ossos de uma pessoa que tinham matado lá. Aí eu lavava roupa no poço, e pegava roupa dos outros pra lava em casa porque o meu Zé não deixava eu trabalhar pra fora. Lavava eu e a Sunta, minha vizinha. Aí fiz uns serviços por Banco Comercial do Paraná, que hoje é o Bamerindus. Foi quando morreu aquele menino que mataram no hotel, o Claudemar Pedrosa Lô, quando passou o enterro nos estávamos lá sentado na praça. O povo fala que ele faz milagre, mas eu não acredito não, é que judiaram muito dele, os policiais achavam que ele tinha roubado. Aí o pai dele veio para se vingar e matou o gerente do hotel, o hotel ficava ali na avenida Brasil pertinho daquele banco da esquina na praça da Pernambucanas. Eu trabalhei 10 anos naquele banco, 5 anos com registro e 5 sem.

ENTREVISTADOR- E a senhora falou que era muita poeira aqui começo?

DONA CERGÍDIA- Era poeira, essa rua aqui era um buraco, o povo amarrava os burros aqui para comer capim, chovia e vinha aquela enxurrada.

ENTREVISTADOR- Devia ter bastante gente do nordeste por aqui? A senhora conhecia esse pessoal?

DONA CERGÍDIA- Eu não sei, o Zé nunca gostou de sair de casa. Às vezes eu chamava para assistir o filme do Mazarropi no Cine Horizonte, porque aquele tempo eu não era crente né?! Ele dizia que não ia, mas depois ele ia, depois ficava falando que ia na marra. Ele nunca gostou de nada, ainda hoje é só em casa. Quando chamam pra ir em algum canto ele pergunta se tem bagunça.

SEU JOSÉ-INTERROMPE- E eu tô certo ou tô errado?

DONA CERGÍDIA- Tá certo Zé. Tá certo.

ENTREVISTADOR- É o caminho largo e o caminho estreito seu José?

SEU JOSÉ- É assim, o caminho está lá pra quem quiser.

ENTREVISTADOR- Vocês se converteram lá no Ceará ou aqui?

DONA CERGÍDIA- Eu e ele era católico. Eu me converti aqui faz 42 anos.

ENTREVISTADOR - De que igreja?

DONA CERGÍDIA - Da Presbiteriana Renovada, mas no começo ia na Cristo Jesus, veio um pastor de São Paulo, nos ia tudo lá na Francisco Glicério, até hoje a igreja é lá, o pastor hoje é Pedro Paulo. Aí eu batizei em Dezembro, dia 29, do ano de 1969. Aí ele nunca me empatou de eu ir na minha igreja e eu também não.

SEU JOSÉ- Mas como eu vou empatar se eu não entendo nada de igreja de crente?

DONA CERGÍDIA- Mas era bom que entendesse, porque a gente acha que tá bem certo... Mas tá bom, na igreja católica tem o evangelho e tudo. Mas o padre é responsável por muita coisa que não explica para pessoas, que eu acho errado. E ele vai ser responsável quando Jesus chamar, mas nos evangélicos também tem muita gente que não é evangélico nada, em toda igreja tem isso né. Mas tá bom...Ele vai na missa e eu vou no culto.

ENTREVISTADOR- A senhora estava dizendo que no Nordeste tinha muitas festas religiosas.

DONA CERGÍDIA – Tinha, um dia os missionários, nas missões o padre benzia, as mulheres levavam fósforo, vela, eu não levava não. A gente ia na missa, eu tinha padrinho de São João, madrinha, minha madrinha preta, e a gente respeitava como se fosse mesmo.

Seu José boceja alto entediado.

ENTREVISTADOR -A senhora sente muita saudade do nordeste? Ou do pessoal?

DONA CERGÍDIA- Dá, que nem o meu pai tava no Maranhão, hoje eu digo “que coisa, por que que eu nunca fui atrás do meu pai?”, hoje eu me pergunto, a gente era bem desligado.

ENTREVISTADOR - Vocês tiveram vontade de voltar pro Nordeste ou ainda tem?

DONA CERGÍDIA- Hoje não, só tenho vontade de passear, agora eu não tenho mais. Eu fui quando era nova, e parece que foi a despedida, mas quando a gente saiu de lá da rodoviária ele chorou, daí eu pensei em nunca mais ir pra não deixar ele, ficamos 19 dias, nos foi na Fortaleza, em Barbalha, de lá nos fomos pro Crato, pra Juazeiro, aí nos foi lá nos lugar lá que eles frequenta pra visitar. Aí nos fomos no Jardim, onde eu nasci, onde tem tudo a minha família, quando de tarde tiramos a passagem pra Fortaleza, no outro dia viemos embora.

SEU JOSÉ- Olha já tá chovendo... (fazendo pouco caso e buscando desviar o assunto)

ENTREVISTADOR -Quando vocês vieram para cá o objetivo era só trabalhar e criar os filhos mesmo, ou ter alguma terrinha pra cultivar?

DONA CERGÍDIA - Era só esse mesmo, eu acho que deu certo assim porque ele nunca foi de luxo e nem eu. Não sei se você lembra daquele sapato pé de gato? Ele usava e nem ligava, era só viver e criar os filhos, ele fez a casinha ali e nós moramos, antes era 4 cômodos, hoje é 6, o Iris morava no fundo, aí depois o marido da Lucélia bebia muito. Aí nos voltou pra nossa casa que tava alugada, aí aumentamos a casa. Aí a Socorro mora ali.

ENTREVISTADOR- E a mãe do seu José, veio pra cá por quê?

DONA CERGÍDIA - Porque o seu Pedro Rocha, padrasto dele, ficava daqui pra lá, ia e voltava, até que resolveram trazer os filhos e morar aqui,

ENTREVISTADOR- Ele trabalhava no que?

DONA CERGÍDIA- Ele trabalhava na feira. O Zé tem 18 irmãos.

ENTREVISTADOR -Eu vejo que a família é bem importante pra vocês né?

DONA CERGÍDIA- É, minha sogra é sepultada aqui, o padrasto dele e tudo. Ele fala que nos temos que fazer uma economia para comprar um lugarzinho para nós mora quando nós morreremos, daí nos fomos lá no cemitério ele escolheu pertinho do túmulo da mãe dele, já tudo certinho, mas eu falei pra ele que não tinha pressa não de morar

ali. (risos). Mas eu falei pra Lucélia, quando nos morre não deixa enterrar no mesmo dia, porque tem gente que acorda. Sabe que lá enterraram uma moça que tinha desmaiado de tomar remédio de emagrecer e depois tava virada no caixão, por isso eu digo pra me enterrar só no outro dia.

ENTREVISTADOR - Acho que era isso Dona Cergídia, a senhora falou tudo o que tínhamos conversado aquele dia, já dá para fazermos um bom levantamento.

DONA CERGÍDIA- Mas era isso? Eu já falei tudo? (risos)

ENTREVISTADOR -Fique a vontade, só estou preocupado com a igreja de vocês.

DONA CERGÍDIA - Então nos veio já faz tempo...

ENTREVISTADOR - Vocês se consideram pioneiros?

DONA CERGÍDIA - Nós é né, porque faz 55 anos que nós mora aqui, a Socorro tinha 7 meses, e aí aquele tempo eu fui na casa do Américo Dias, nós pegava coisa lá nas freira do Maringá Velho. Aí a pessoas faziam ficha pra pegar o que comer lá em uma igreja. Aí eles visitavam as casas, não tinha leite. Aí que eu resolvi ir na casa do Américo, cheguei lá dizia que não tinha arroz, a prefeitura dava um vale pra gente pegar, mas não tinha arroz, o macarrão era azedo. Aí eu pedi leite e arroz na casa de Américo Dias, ai a moça me deu um pouco de arroz. Mas graças e Deus que hoje melhorou, hoje a gente tem pra dar.

ENTREVISTADOR - Lá no Nordeste tinha fartura e aqui que foi faltar?

DONA CERGÍDIA - Aqui faltou, a gente comprava carne seca, feijão, mas ainda faltava, eu sei que a gente passou, e hoje só história boa pra contar porque Deus é pai e Deus que te abençoa.

Entrevista com o filho mais velho do casal- Iris

ENTREVISTADOR - Quais são as lembranças que você tem do Nordeste?

IRIS- Eu tinha 4 anos, nós viemos de trem de ferro de São Paulo pra cá, do nordeste até São Paulo foi de ônibus, foi em 57, e aquele tempo ainda tinha trem de ferro, a Maria-Fumaça né. Eu lembro pouca coisa, mas lembro.

ENTREVISTADOR Dona Cergídia diz que foi uma viagem muito longa né? 13 dias de viagem?

IRIS-Foi, 13 dias, porque o ônibus também estragava né, enguiçava, era muito antigo.

ENTREVISTADOR E vinha gente de todo lado?

IRIS-Sim, uns ficaram no caminho, até chegar aqui na região. Maringá, Marialva, a cidade nova aqui né, pra Terra Boa também, muita gente vinha plantar café, colher...

ENTREVISTADOR Era tudo movido ao café nessa época né?

IRIS-É...

ENTREVISTADOR Você tem lembranças de Maringá quando era criança?

IRIS-Maringá só tinha asfalto no centro da cidade, paralelepípedo ainda, aquelas pedra quadrada, só no centro. E era bem diferente rapaz, morei num ranchinho de madeira né.

ENTREVISTADOR Dona Cergídia me fala muito das lembranças da Vila Operária, eram muitos pioneiros que iam chegando e ficando por ali?

IRIS-É, por isso o nome Vila Operária, cidade dos operários, tinha muitos trabalhadores da prefeitura, era lugar dos operários.

ENTREVISTADOR O que motivou eles a virem para o Paraná? Você se lembra?

IRIS-As terras lá eram ruins né, lá também é um estado pobre, não produz tudo que dá aqui, aqui produz de tudo, lá não. Lá o pessoal são pobres mesmo, estado pobre, seca, às vezes dá até 6 meses de seca.

ENTREVISTADOR Mas mesmo na região que vocês moravam em Barbalha(CE) ?

IRIS- É, a gente morava num sitio lá, do sitio até Barbalha dá 15 km.

ENTREVISTADOR Dona Cergídia falou que vocês trabalhavam na terra de Seu Cazé, um grande amigo da família...

IRIS-É, ele tinha um engenho de cana, fazia rapadura, melado de cana, essas coisas...

ENTREVISTADOR Daí quando chegaram aqui, Seu José foi trabalhar na prefeitura e Dona Cergídia, também trabalhava?

IRIS-Minha mãe lavava roupa pra fora, meu pai na prefeitura com limpeza pública, meu pai fez o teste de marceneiro e começou a trabalhar na marcenaria, carpintaria.

ENTREVISTADOR Foi na época do prefeito Américo Dias né? Eles falam bastante dos prefeitos...

IRIS-Foi na época de Villa Nova Júnior, depois veio o Américo Dias.

ENTREVISTADOR O seu José sempre foi muito trabalhador né?

IRIS-Foi sempre trabalhador, trabalhava na prefeitura, carpintaria, carpia data também, fazia bico né.

ENTREVISTADOR Até a primeira casa foi ele que construiu né?

IRIS-É, o ranchinho, na rua Itapura.

ENTREVISTADOR Ele mesmo recolhia a lenha?

IRIS-É, pegava lá no bosque, naquela época podia pegar madeira, cortar madeira e tudo, aquela madeira que fazia os ranchos.

ENTREVISTADOR As pessoas lavavam roupa ali também né?

IRIS-É...

ENTREVISTADOR Dizem que era muito perigosa aquela região da Vila Operária né?

IRIS-É, saia briga direto, naqueles barzinho lá, o povo só jogando ali, bebendo, saia briga de faca ali, mataram muita gente ali.

ENTREVISTADOR Mas pra vocês não tinha problemas né, pois saiam pouco de casa...

IRIS-É, saia pouca coisa, saia com colega só depois dos 20 anos, com 15, 16 já tinha colega, mas não saia não.

ENTREVISTADOR Dona Cergídia fala que a família é muito importante pra vocês né? Fala até que Seu José veio para Maringá no início pra pedir benção á mãe. Você lembra dessa história da benção?

IRIS-Lembro não. Ah, sim. Naquele tempo tinha o negócio de dar benção né, bença pai, bença mãe, e meu pai gostava muito de dar bençã né.

ENTREVISTADOR Você lembra de alguma história dessa época de Maringá?

IRIS- Não lembro muito não.

ENTREVISTADOR O Seu José fala muito de um acidente de avião que aconteceu...

IRIS-Ah é, isso aconteceu no aniversário de Maringá, que tinha completado 10 anos. Veio a esquadrilha da fumaça, mas aquele tempo era mais atrasado a aviação, eu tinha 4 anos de idade.

ENTREVISTADOR Dona Cergídia fala muito do desperdício do café na época, você lembra disso?

IRIS-É, foi um castigo a geada, porque eles queimavam café né.

ENTREVISTADOR Você não chegou a trabalhar no café?

IRIS-Não, a gente ia de carroça pra pegar os café bom, a gente separava os café preto dos branco. Aí a gente catava e pegava por saco. Hoje a gente só vê plantado soja, trigo, mas naquele tempo era só café. Deu uma geada em 55 e 75 que acabou com o café. Acabou com tudo, uns fizeram pasto, outros mecanizaram a terra pra plantar soja e trigo.

ENTREVISTADOR Iris conversando com seus pais, percebi que eles são muito religiosos. Desde de crianças vocês freqüentam a igreja?

IRIS- Sim, desde criança, éramos católicos, íamos sempre na Igreja São José da Vila Operária.

ENTREVISTADOR Dona Cergídia virou evangélica, não deu briga (risos)?

IRIS-O meu pai é católico, mas não tem esse negocio, quase não tem santo em casa. Mas ele é católico ainda.

ENTREVISTADOR Sua esposa é nordestina também?

IRIS-Ela é maringaense mesmo.

ENTREVISTADOR Vocês se conheceram na Vila Operária?

IRIS-Não, conheci na igreja, lá na operária, na igreja evangélica.

ENTREVISTADOR Quando vocês casaram pretendiam morar na Vila Operária?

IRIS-Nós moramos 17 anos lá, morava nos fundos da casa do meu pai. Mora minha irmã na outra casa hoje, e minha nora em outra casa lá, que também é do meu pai.

ENTREVISTADOR Na época já era muito caro ali pra comprar?

IRIS-Era bem caro, na Operária sempre foi caro, só não no começo. Meu pai comprou a data lá e todo mundo dizia: “deixa de ser bobo, aí não valoriza”. Era um lugar feio, e hoje...

ENTREVISTADOR E dizem até que tinha uma favelinha né. Onde é o cemitério, você se lembra?

IRIS-Ah lembro, tinha uma favelinha de rancho, aí o João Paulino acabou coma favela. Construiu umas casas lá no outro lado da Cerro Azul, pra baixo do Frigorífico Maringá, pra lá do riozinho, um monte de casa de bloco, aí o pessoal da favela foi pra lá.

**ANEXO II - FOTOS DO CASAL DE INFORMANTES- SEU JOSÉ E DONA
CERGÍDIA**





REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ANDRADE, Arthur. Maringá, ontem hoje e amanhã. **Boletim Informativo**. Ano 26. Associação Comercial e Industrial de Maringá - ACIM: Maringá, 1979.
- BAPTISTA, Dulce Maria Tourinho. **Nas terras do Deus dará: nordestinos e suas redes sociais em São Paulo**. São Paulo, 1998. Tese (Doutorado em Ciências Sociais), Departamento de Ciências Sociais, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo.
- BORGES, Selma Santos. **O Nordeste em São Paulo: desconstrução e reconstrução de uma identidade**. São Paulo, 2007. Dissertação (Mestrado em História), Departamento de História, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo.
- BOURDIEU, Pierre. A ilusão biográfica. In AMADO, J.; FERREIRA, M.(Org.). **Usos e abusos da história oral**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006, p.183-191.
- CABRAL, Marcelo. **Pelo fim dos nordestinos**. Publicado em: 30 jan. 2007. Disponível em: <<http://www.overmundo.com.br/overblog/pelo-fim-do-nordestino>>. Acesso em: 10 jan. 2013.
- CARDEL, Lidia Maria. Territorialidade, Liminaridade e Memória: um estudo de caso sobre o choque entre imaginários e (re)construção de identidades. **Revista Eletrônica de Ciências Sociais**, ano 2, (3). 2008
- CASTRO, Celso. Sociologia e a arte da manutenção de motocicletas. In: C. WRIGHT MILLS. (Org.). **Sobre o artesanato intelectual e outros ensaios**. Rio de Janeiro: Zahar, 2009, p. 7-19.
- CHIES, Cláudia; YOKOO, Sandra Carbonera. Colonização do Norte Paranaense: Avanço da cafeicultura e problemas decorrentes deste processo. **Revista GEOMAE**, Campo Mourão – PR, v.3-n.1 p.27 – 44, 1ºSem. 2012.
- CHIZZOTTI, Antonio. **Pesquisa em Ciências Humanas e Sociais**. São Paulo: Cortez, 1995.
- _____. **Pesquisa qualitativa em ciências humanas e sociais**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2006.
- CORRÊA, Roberto. Lobato. **O Espaço Urbano**. São Paulo: Ática, 2ª edição, 1994.
- CORREIA, Telma de Barros. De vila operária a cidade-companhia: as aglomerações criadas por empresas no vocabulário especializado e vernacular. **Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais**, nº 4, maio 2001.
- COSTA, Simone Pereira e Dourado, S. P.. **As arenas iluminadas de Maringá: Reflexões sobre a constituição de uma cidade média**.. Antropolítica (UFF), EdUFF - Niteroi-RJ, v. 1, n.16, p. 161-187, 2004.
- _____. **Formas de sociabilidade padrões de comportamento nas cidades agropecuárias do Norte do Paraná**. VIII Congresso Latino-americano de Sociologia Rural, Porto de Galinhas, 2010.

DIAS, Reginaldo Benedito; GONÇALVES, José Henrique Rollo (Org.). **Maringá e o norte do Paraná** (Estudos de história regional). EDUEM: Maringá, 1999.

DESCICLOPÉDIA. **Nordestino**. Disponível em: <<http://desciclopedia.org/wiki/Nordestino>> Acesso em: 05 Jan. 2013.

FERNANDES, Maria Esther. História de vida: dos desafios de sua utilização. **Revista Hospitalidade**. São Paulo, v. VII, n. 1, p. 15-31, jan.- jun. 2010.

FERNANDES, Leticia. Do Norte ao Sul: Os nordestinos na Frente Pioneira no Norte do Paraná (1950/1970). **Anais do XI Encontro Nacional de História Oral: Memória, Democracia e Justiça**. Rio de Janeiro, 2012.

FERRAROTTI, Franco. Les biographies comme instrument analytique et interprétatif. **Cahiers Internationaux de Sociologie**. Numéro Special. Histoires de vie et vie sociale (Paris), v. 69, p. 223-245, 1980.

GOLDMAN, Marcio. Os tambores dos mortos e os tambores dos vivos. Etnografia, antropologia e política em Ilhéus, Bahia. **Revista de Antropologia**, São Paulo, USP, v. 46, nº 2, 2003.

GONÇALVES, José Henrique Rollo (org). **Maringá e o Norte do Paraná – Estudos de História Regional**. Maringá: Eduem, 1999.

GRECO, Leandro, BARROS, Denise. Vírus de Laboratório. **Revista Super Interessante**. Editora Abril/ Maio 2011.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA - IBGE. **Dados Infográficos - Barbalha/Ceará**. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/cidadesat/xtras/perfil.php?codmun=230190>>. Acesso em: 26 jun. 2013.

IPÊS DE MINHA TERRA. **Os primeiros anos de Maringá: as primeiras casinhas de Maringá**. Disponível em <http://www.ipesdaminhaterra.com.br/cidade3.htm>. Acesso em 20/02/13.

LEAL, João Laércio Lopes. (Des) Conhecida História de Maringá: Novas Possibilidades Temáticas. **Revista Espaço Acadêmico**, Maringá, n. 121, 2011.

_____. **A Memória de uma Vila chamada Operária**. Maringá: 2002.

LEEDY, P. D., & ORMROD, J. E. Qualitative research. In P. D. Leedy & J. E. Ormrod (Orgs.), **Practical research: planning and design** (pp. 133-160). Columbus, Ohio: Pearson Prentice Hall. (2005).

LUZ, France. **O fenômeno urbano numa zona pioneira: Maringá**. Microrregião “Norte Novo de Maringá” – 1950/1980. Maringá: Prefeitura Municipal de Maringá, 1997.

MALINOWSKI, Bronislaw. (1998 [1922]), "**Argonautas do Pacífico Ocidental**". *Os Pensadores*, São Paulo, Abril Cultural.

- MARINGÁ. Prefeitura Municipal. **Memória dos Bairros: Vila Operária**, 2002.
- MARINGA.COM. **Pontos turísticos - Parque do Ingá**. Disponível em: <http://www.maringa.com/turismo/parque_inga.php>. Acesso em: 05 fev.2013.
- MARINGA HISTÓRICA. **Aviões FAB em 1957**. Disponível em: <<http://maringahistorica.blogspot.com.br/2011/03/avioes-da-fab-1957.html>>. Acesso em: 10 fev. 2013.
- MEIRELES. Maximiano Martins. Sujeito(s) representação e discurso(s) e identidade(s) polifônicas: entrelaçando conceitos. Feira de Santana. UEFS. 2012.
- MENEZES, Eduardo. Diatahy B. de. Existe o Nordeste? (Gênese de sua Invenção como Região). **Revista do Instituto do Ceará**, v. 119, p. 125-179, 2005.
- MEYHI, J.C.S.B., HOLANDA, F. **História Oral: como fazer, como pensar**-apud BARROS, MENDES. In BOURGUIGNON, Jussara Ayres, OLIVEIRA JUNIOR, Constantino R. de. **Pesquisa em Ciências Sociais: Interfaces, debates e metodologias**. Ponta Grossa: Editora Toda Palavra, 2012.
- MILLS, Charles Wright. **A Imaginação Sociológica**. Rio de Janeiro: Zahar, 1980.
- MOTA, Lucio Tadeu. **História do Paraná: Ocupação Humana e Relações Interculturais**. Maringá: Eduem, 2005.
- MOURA, Cristina Patriota. . Pioneers and Entrepreneurs: bio/ethnographic notes towards an anthropology of urban growth. **Vibrant**, Florianópolis, v. 8, p. 502-528, 2011.
- NOELI, Francisco Silva; MOTA, Lúcio Tadeu. A pré-história da região onde se encontra Maringá, Paraná. In: DIAS, Reginaldo Benedito; GONÇALVES, José Henrique Rollo (Org.). **Maringá e o norte do Paraná: Estudos de história regional**. Maringá: EDUEM, 1999.
- O DIARIO DO NORTE DO PARANÁ. SATO, Larissa. **Seis pioneiros são homenageados por mérito profissional nesta quinta-feira**. Publicado em: 22 mai. 2013. Disponível em <<http://maringa.odiariorio.com/maringa/noticia/746155/seis-pioneiros-sao-homenageados-por-merito-profissional/>>. Acesso em: 10 jun. 2013.
- O ESTADO DE SÃO PAULO, 4/12/88 in PENNA. Maura. O que faz ser nordestino: Identidades Sociais, interesses e o “escândalo” Erundina. São Paulo: Cortez, 1992.
- O JORNAL. Notas policiais - **Umbanda e Quimbanda na mistura de remédios que enlouquecem**. Publicado em 01 dez. 1954. Maringá/Pr.
- OLIVEIRA. Franciso de. Elegia para uma Re(li)gião: Sudene, Nordeste, planejamento e conflito de classes. 4 edição. Rio de Janeiro; Paz e Terra, 1985 in PENNA. Maura. O que faz ser nordestino: Identidades Sociais, interesses e o “escândalo” Erundina. São Paulo: Cortez, 1992.
- OSTERROHT, Edgar Werner. **Homenagem ao cinquentenário de Maringá**. Década de 1950-1960. Paraná: Gráfica Regente, 1997.

POLLACK, Michel. **Memória e Identidade Social**. Estudos Históricos, Rio de Janeiro, vol.5. n°.10, 1992, p. 200-212.

QUEIROZ, Maria Isaura de. **Variações sobre a técnica de gravador no registro de informação viva**. 2. ed., São Paulo: CERU e FFLCH/USP, 1983. Col. Textos, 4.

_____. Relatos orais: do indizível ao dizível. In: SIMSON, Olga de Moraes (org.). **Experimentos com história de vida Itália/Brasil**. São Paulo: R. T., 1988.

PENNA, Maura. **O que faz ser nordestino: Identidades Sociais, interesses e o “escândalo” Erundina**. São Paulo: Cortez, 1992.

PIRES, Vera Lúcia; TAMANINI-ADAMES, Fátima Andréia. **Desenvolvimento do conceito bakhtiniano de polifonia. Estudos Semióticos**. [on-line] Disponível em: <http://www.fflch.usp.br/dl/semiotica/> Editores Responsáveis: Francisco E. S. Merçon e Mariana Luz P. de Barros. Volume 6, Número 2, São Paulo, novembro de 2010, p. 66–76. Acesso em 15/02/13.

RIGAMONTE, Rosani Cristina. **Sertanejos Contemporâneos: entre a metrópole e o sertão**. Ed. Humanitas/FFLCH/USP: Fapesp, São Paulo, 2001.

SILVEIRA, Rosa Maria Godoy. **O regionalismo nordestino: existência e consciência da desigualdade regional**. Moderna: São Paulo, 1984 in BORGES, Selma Santos. **O Nordeste em São Paulo: Desconstrução e reconstrução de uma identidade**. Dissertação de Mestrado. PUC. São Paulo.2007.

TOMAZI, Nelson Dacio. Construções e Silêncios sobre a (re)ocupação da Região Norte doParaná. In: Dias, Reginaldo Benedito. GONÇALVES, José Henrique Rollo (org.) **Maringá e o Norte do Paraná-Estudos de História Regional**. Maringá: Eduem, 1999.

UNIÃO NACIONAL DOS ESTUDANTES - UNE. **Hoje é comemorado o dia do nordestino em São Paulo**. . Disponível em: <<http://www.une.org.br/2012/10/hoje-e-comemorado-o-dia-do-nordestino-em-sao-paulo/>>. Acesso em 12/12/12.

VIANNA, Hermano. **Funk e Cultura Popular Carioca**. Estudos Históricos, n.6, FGV, 1990.

WEBER, Max. **A "objetividade" nas ciências sociais**. Metodologia das Ciências Sociais. Tradução: Wernet, Augustin. Campinas: Cortez, 1992.